Carmen Lúcia Lobo Giusti

Estudo para criação da Biblioteca Retrospectiva no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Pelotas

lugar para a memória bibliográfica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Úrsula Rosa da Silva

Pelotas, 2012.

Dados de Catalogação na Publicação e Normalização do Trabalho

G538e Giusti, Carmen Lúcia Lobo.
Estudo para criação da Biblioteca Retrospectiva no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Pelotas : lugar para a memória bibliográfica / Carmen Lúcia Lobo Giusti ; orientadora Úrsula Rosa da Silva. – Pelotas, 2012.
150f.

Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

1. Memória. 2. Patrimônio cultural. 3. Biblioteca Universitária. 4. Preservação de acervos. I. Silva, Úrsula Rosa da, orient. II. Título.

CDD: 025.7

Bibliotecária Carmen Lúcia Lobo Giusti CRB 10/813

TERMO DE APROVAÇÃO

CARMEN LÚCIA LOBO GIUSTI

Estudo para criação da Biblioteca Retrospectiva no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Pelotas

lugar para a memória bibliográfica

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas pela seguinte Banca Examinadora:

Data da defesa: 13 de fevereiro de 2012.

Banca examinadora:

.....
Profª. Drª. Úrsula Rosa da Silva (Orientadora)
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

.....
Prof. Dr. Paulo Pezat
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pela Université Paul Valery Montpellier (França)

.....
Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Santos
Doutor em Conservação, Restauro e Desenho Urbano pela Universidade Federal da Bahia (UFBa)

A minha avó Maria,
minha lembrança mais remota de leitura de
livros para ela dormir.
Meu irmão Luis, meu sogro Carlos.
Meu pai, Paulo de Souza Lobo,
meu grande amigo de todas as horas.
Saudade.

Agradecimentos

Ao meu marido Mauro, grande incentivador para que eu não desistisse deste e tantos outros sonhos, pelo nosso amor, pelo apoio em todas as horas.

Aos meus queridos filhos, Maurício e Vinícius, meus grandes amigos, pelo carinho e incentivo que me fazem continuar sempre. Ao Vinícius pela grande ajuda na tabulação dos dados deste trabalho. Amo vocês.

À minha mãe Geni, pela minha existência e ajuda ao longo de minha vida. À minha sogra Yara, por estar sempre presente em nossas vidas.

Ao meu irmão Gilson, meu mentor, presença constante nas boas e difíceis horas.

Às minhas queridas noras, Paula e Natália, minhas amigas, estudiosas nas quais muito me espelhei para dar continuidade e finalizar este trabalho.

À minha "Grande Família", pelo incentivo e nossa união.

À minha orientadora Úrsula, pelo carinho, apoio, incentivo e orientação durante todos os momentos do curso e deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, pelas aulas ministradas.

Aos colegas de turma, pela amizade, incentivo e ajuda em vários momentos.

À Aline, colega de turma no mestrado e de trabalho na universidade, pelas horas dedicadas aos estudos e trabalhos realizados.

Aos funcionários da Biblioteca de Medicina da Universidade Federal de Pelotas, em especial Sandra, Raquel e Cláudio, meus fiéis escudeiros, pela amizade e competência, ao desempenharem suas atividades, principalmente nas minhas ausências.

Ao pessoal do Núcleo de Bibliotecas, em especial a amiga e Coordenadora Elionara, pela confiança em momentos tão importantes para o Sistema de Bibliotecas.

Às amigas Rute e Nilza, pelo carinho e incentivo.

Às colegas entrevistadas, Clarice, Dona Cely e Lenita, muito obrigada. Aos colegas Ubirajara (BC&T), Aydê (BCS), Patrícia (BEF), Edila (BCP), Leci (BCAVG), José Carlos (CAVG), Vanda (FEO), Nelma e Silvio (FAUrb), Eva (FaE), Sidney (ICH), agradeço pelas datas e locais confirmados. Às demais pessoas que aqui não citei, mas que muito contribuíram nesta etapa, minha gratidão.

E principalmente, a Deus, por ter, ao longo desses anos, me concedido o privilégio de construir uma família maravilhosa, permitir grandes momentos com eles, realizar este grande desafio e consolidar dois grandes projetos profissionais: a nova Biblioteca de Medicina e a informatização do Sistema de Bibliotecas, que, durante os últimos 21 anos, nortearam minha vida profissional na Universidade Federal de Pelotas.

Apresentação da Antiga e da Nova Biblioteca de Medicina da Universidade Federal de Pelotas, onde a autora atua desde 1993, um de seus diversos projetos.

Antiga Biblioteca (1969-2010)

Entrada da antiga Biblioteca
Fonte: autora.

Sala do acervo da antiga Biblioteca
Fonte: autora.

Nova Biblioteca (2011)

Entrada da nova Biblioteca
Fonte: autora.

Sala do acervo da nova Biblioteca
Fonte: autora.

Acervos em estudo acondicionados em diversos depósitos nas Bibliotecas da UFPel

Biblioteca de Ciências Sociais
Fonte: Foto da Bibliotecária Aydê Andrade de Oliveira.

Biblioteca de Medicina
Fonte: autora.

Biblioteca de Medicina
Fonte: autora.

Biblioteca de Ciência & Tecnologia
Fonte: Foto do Bibliotecário Ubirajara Buddin Cruz.

Biblioteca de Ciências Agrárias
Fonte: Foto da Bibliotecária Marlene Cravo Castillo.

"Empreendimentos eletrônicos vêm e vão. Bibliotecas de pesquisa duram séculos. É melhor fortalecê-las do que declará-las obsoletas, porque obsolescência é uma característica de mídias eletrônicas".
(DARNTON, 2010, p.55)

Resumo

GIUSTI, Carmen Lúcia Lobo. **Estudo para criação da Biblioteca Retrospectiva no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Pelotas**: lugar para a memória bibliográfica. 2012. 150f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

O presente estudo é o resultado da constante necessidade de espaço das bibliotecas, que, após criteriosa seleção, se deparam com acervos retirados de suas estantes ativas para o registro de novos materiais ou implementação das novas tecnologias. Estes acervos, bens patrimoniais utilizados para estudos, fazem parte da memória bibliográfica da instituição e, portanto, ainda possuem valor histórico e cultural e, por isso, não devem ser descartados definitivamente. O objetivo principal é influenciar na tomada de decisões das unidades de informação das diversas universidades brasileiras, mas principalmente do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Pelotas, quanto à solução dos problemas de armazenamento e acessibilidade dos acervos selecionados pelo processo de desbastamento. A presente proposta é criar a Biblioteca Retrospectiva, com uma política adequada ao setor, respeitando a importância na construção de pesquisas históricas e preservando a memória bibliográfica dos patrimônios culturais que um dia fizeram parte dos acervos da universidade e, portanto, não devem ser descartados. Seu principal foco será a pesquisa retrospectiva, sem distanciá-la das modernas ferramentas de busca da informação, possibilitando que pesquisadores e futuras gerações, de um lado, disponibilizem informações históricas e retrospectivas, e de outro, convivam com o avanço tecnológico e o acesso a informações virtuais do mundo inteiro. Através da aplicação de um questionário, utilizado como instrumento para a coleta de dados, foi realizada a análise, e os resultados apontaram que em 88,9% das bibliotecas federais brasileiras não existe um local próprio para armazenar, organizadamente, o acervo em estudo. Na Região Sul do Brasil, este índice é de 83,3% das bibliotecas analisadas, sendo que em 60% deste universo os administradores já cogitaram criar essa biblioteca, mas nunca a concretizaram. Dessa forma, acredita-se que a criação desse novo espaço teria grande valia para a preservação do patrimônio cultural bibliográfico na instituição.

Palavras-chave: memória; patrimônio cultural; biblioteca universitária; preservação de acervos.

Abstract

GIUSTI, Carmen Lúcia Lobo. **A study for creating a retrospective library at the Library System at Federal University of Pelotas:** a place for bibliographic memory. 2012. 150f. Dissertation (Master Degree) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

This study results from the constant need of space that libraries face when, after a careful selection, take collections out of their active spaces in order to place new materials and technologies. These collections still have their historical and cultural value and because of that, must not be definitely discarded. The main aim of this study is to be an influence in decision-making at the information units at several Brazilian federal universities, but specially at the Library System at Federal University of Pelotas, regarding storage and accessibility issues regarding collections selected by chopping processes. The proposal here is the creation of the Retrospective Library, with an adequate policy which respects the importance of historical research and preserving bibliographic memory of the cultural heritage that one day composed the university collections and should not be discarded. The main focus is on retrospective research, but we are still attentive to the modern information research tools, allowing researches and future generations to access both historical and retrospective information and new technologies and virtual content from the whole world. Analysis was done through a survey used to collect data. Results showed that 88,9% of the libraries at federal universities in Brazil do not have a good space for storing the studied collections in an organized way. In Southern Brazil, 83,3% of the libraries analyzed do not have this space and among them, 60% have already considered creating it without ever putting it into action. Because of that, we believe that creating such a space would be very important for preserving the bibliographic cultural heritage of this institution.

Key-words: memory; cultural heritage; university library; collections preservation.

Lista de Figuras

Figura	1	Imagem da escrita cuneiforme	34
Figura	2	Imagem da Biblioteca de Alexandria, sec. III a.C., cerca de 400 mil volumes	35
Figura	3	Imagem de um pergaminho	36
Figura	4	Gráfico indicativo da região do Brasil em que está inserida a instituição consultada	43
Figura	5	Gráfico indicativo de onde está inserida a Biblioteca na estrutura organizacional da Instituição	44
Figura	6	Gráfico indicativo da existência de uma Biblioteca específica que reúna o acervo desbastado nas Bibliotecas das Universidades Federais Brasileiras	45
Figura	7	Gráfico indicativo da não existência de uma biblioteca específica para reunir o acervo desbastado nas Bibliotecas das Universidades Federais Brasileiras	46
Figura	8	Gráfico indicativo das razões da criação de uma Biblioteca com o acervo desbastado nas Bibliotecas das Universidades Federais Brasileiras	47
Figura	9	Gráfico indicativo das justificativas da não existência de uma Biblioteca com o acervo desbastado nas Bibliotecas das Universidades Federais Brasileiras	49
Figura	10	Gráfico indicativo sobre questões não contempladas no instrumento de coleta de dados	50

Figura 11 Gráfico indicativo da existência de uma Biblioteca específica que reúna o acervo desbastado nas Bibliotecas das Universidades Federais da Região Sul do Brasil 51

Figura 12 Gráfico indicativo, das justificativas, no caso da não existência de uma Biblioteca com o acervo desbastado nas Bibliotecas das Universidades Federais da Região Sul do Brasil 52

Figura 13 Fotografia de uma das unidades fundadoras da UFPel, Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel", localizada no Capão do Leão, inaugurada em 08.03.1959 54

Figura 14 Fotografia do Campus Porto, no antigo Anglo, localizado na Rua Gomes Carneiro, n.1 55

Figura 15 Fluxograma das bibliotecas da UFPel, de 1969 a 1976 56

Figura 16 Quadro demonstrativo da situação das bibliotecas na gestão Delfim Mendes Silveira (1969-1976) 57

Figura 17 Fotografia da antiga Biblioteca Central (de 1977 a 1986), prédio projetado na segunda metade do século XX, localizado no Campus do Capão do Leão. Funciona hoje o Centro de Lazer e Atividade Física e antes a Faculdade de Meteorologia 58

Figura 18 Quadro demonstrativo da situação das bibliotecas na gestão Ibsen Wetzel Stephan (1977-1981) 58

Figura 19 Fluxograma das bibliotecas da UFPel, de 1978 a 1981 59

Figura 20 Quadro demonstrativo da situação das bibliotecas na gestão José Emílio Gonçalves Araújo (1982-1984) 61

Figura 21 Fluxograma das bibliotecas da UFPel, em 1982 62

Figura 22 Quadro demonstrativo da situação das bibliotecas na gestão Ruy Brasil Barbedo Antunes (1984-1988) 63

Figura 23 Fluxograma das bibliotecas da UFPel, de 1986 a 1988 65

Figura 24 Quadro demonstrativo da situação das bibliotecas na gestão Amílcar Goyhenex Gigante (1989-1993) 66

Figura 25 Fluxograma das bibliotecas da UFPel, de 1989 a 1992 67

Figura 26 Quadro demonstrativo da situação das bibliotecas na gestão Antonio Cesar Gonçalves Borges (1993-1997) 68

Figura 27 Depósito de livros retirados das estantes ativas da Biblioteca de Ciências Agrárias (BCA), localizada no Campus do Capão do Leão 68

Figura 28 Fluxograma das bibliotecas da UFPel, de 1994 a 1999 69

Figura 29 Quadro demonstrativo da situação das bibliotecas na gestão Inguelore Scheunemann de Souza (1997-2004) 70

Figura 30 Fotografia da Biblioteca de Ciências Sociais (BCS), as estantes não dispõe de espaços vazios (1/3 da prateleira) para melhor visualização, acomodação e recuperação de seus acervos 70

Figura 31 Fotografia do depósito de livros desbastados da Biblioteca de Ciências Sociais (BCS), aguardando organização em novo local 71

Figura 32 Fluxograma das bibliotecas da UFPel, de 2000 a 2009 72

Figura 33 Quadro demonstrativo da situação das bibliotecas na gestão Antonio Cesar Gonçalves Borges (2005-atual) 73

Figura 34 Fluxograma das bibliotecas da UFPel, a partir de 2010 até o momento 74

Lista de Tabelas

Tabela 1	Região do Brasil em que está inserida a instituição consultada (Brasil)	43
Tabela 2	Onde está inserida a Biblioteca na estrutura organizacional de sua Instituição	44
Tabela 3	Existência ou não de uma Biblioteca específica para reunir o acervo desbastado das demais bibliotecas da Instituição (Brasil)	45
Tabela 4	Procedimento quando não existe uma biblioteca específica para reunir o acervo desbastado das demais bibliotecas da Instituição (Brasil)	46
Tabela 5	Motivos para a criação de uma Biblioteca específica para reunir o acervo “de pouco uso” (Brasil)	47
Tabela 6	Razões da não existência de uma Biblioteca para reunir o acervo “de pouco uso” (Brasil)	48
Tabela 7	Comentário sobre alguma questão não contemplada anteriormente (Brasil)	49
Tabela 8	Existência ou não de uma Biblioteca específica para reunir o acervo desbastado das demais bibliotecas da Instituição (Região Sul)	51
Tabela 9	No caso da não existência de uma Biblioteca para reunir o acervo “de pouco uso”, a idéia foi ou não cogitada (Região Sul)	5

Lista de Abreviaturas

BC	Biblioteca Central
BCA	Biblioteca de Ciências Agrárias
BCAVG	Biblioteca do Colégio Agrícola Visconde da Graça
BCP	Biblioteca do Campus Porto
BCS	Biblioteca de Ciências Sociais
BC&T	Biblioteca de Ciência e Tecnologia
BD	Biblioteca de Direito
BEF	Biblioteca de Educação Física
BM	Biblioteca de Medicina
BN	Biblioteca Nacional
BO	Biblioteca de Odontologia
CAVG	Colégio Agrícola Visconde da Graça
CDI	Centro de Documentação e Informação
FAEM	Faculdade de Agronomia “Eliseu Maciel”
FURG	Fundação Universidade do Rio Grande
NB	Núcleo de Bibliotecas
IPEAS	Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Sul
SISBI/UFPel	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Pelotas
UFPel	Universidade Federal de Pelotas

Sumário

Introdução 16

1 Contextualizando o livro e as bibliotecas 23

1.1 A história do livro e das bibliotecas como lugar para a memória bibliográfica 33

2 As bibliotecas das Universidades Federais Brasileiras e seus acervos desbastados 42

2.1 Análises dos dados no Brasil sobre a existência de uma Biblioteca Retrospectiva 43

2.2 Análises e encaminhamentos possíveis na Região Sul sobre a criação da Biblioteca Retrospectiva 50

3 A história das bibliotecas na UFPel : origens e inserções 53

Considerações finais 78

Referências 81

Apêndices 85

Anexos 100

Introdução

"Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história"
(NORA, 1993)

Em seus estudos, grandes sociólogos e historiadores, como Halbwachs, Nora e Le Goff, nos falam sobre duas questões importantes que, muitas vezes, se confundem: a memória e a história. Para compreender esta diferenciação é necessário ter em mente que elas são as vivências dos grupos sociais.

Para Nora (1993, p.9), "a memória é a vida, [...] em permanente evolução [...]. A história é a reconstrução [...] do que não existe mais, [...] uma representação do passado. A memória é a fonte geradora da história".

Algumas coisas serão sempre guardadas na memória; outras necessitam registro, organização e preservação. Segundo Rosário (2002, p.4), "a memória é não apenas importante para a retenção do conhecimento, mas fundamental para a elaboração do conhecimento científico, tecnológico e filosófico". Estes conhecimentos se produzem pela necessidade de concretizar as potencialidades social, histórica e cultural.

> A memória coletiva ou social não se confunde com a história. Pelo contrário, a história começa onde a memória social acaba e a memória social acaba quando não tem mais como suporte um grupo. Ou seja, a memória social é sempre vivida, física e afetivamente (HALBWACHS, 1990, p.67).

A importância da memória e do patrimônio se reflete no interesse da sociedade em *desvendar* o passado através da representação de sua memória social. O patrimônio é uma vertente, na qual o indivíduo não é mero admirador, mas participa da construção desta memória.

Um patrimônio só existe quando relacionado a algo. Podemos conceituá-lo como o conjunto de bens materiais e/ou imateriais que contam a história de um povo e sua relação com o meio ambiente. É herdado do passado e transmitido às gerações futuras, e pode ser classificado em Histórico, Cultural e Ambiental. O estudo do Patrimônio Cultural – seja de uma nação, de uma região ou de uma comunidade – possibilita a análise das representações simbólicas de toda sociedade e é composto das expressões materiais e espirituais que a constituem. Possui algumas variáveis, entre elas o patrimônio documental, exemplificado pelas fotografias, filmes e todo e qualquer documento gerado por instituições, sejam públicas e/ou privadas.

Desta forma, através da documentação, podemos salvar as lembranças de grupos que desaparecem. Para Halbwachs, salvá-las "é fixá-las por escrito em uma narrativa, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem" (1990, p.80).

As instituições devem se preocupar e buscar uma adequada política no desenvolvimento de suas atividades, de seu trabalho, cuidando de sua documentação, da sua história. As Unidades de Informação, como organizações que são, refletem a ideia de Nora (1993, p.13), de que "bibliotecas, museus, arquivos, [...] são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade", portanto locais onde a história deverá permanecer eternizada. Como criador da expressão "lugares de memória", o historiador francês Pierre Nora traduz a necessidade de registro da memória, com respeito ao passado e o sentimento de se pertencer a um grupo, a uma sociedade que busca criar sua identidade. A história das bibliotecas, é indissociável da história da cultura e do pensamento, já que elas são um lugar de memória onde se depositam os estratos das inscrições das gerações passadas. As bibliotecas são locais para armazenar a história, portanto podem ser traduzidas como "lugares de e para a memória".

Minha trajetória na Universidade Federal de Pelotas teve início em 1979. Fui lotada, após aprovação em concurso público, na Biblioteca Central (BC),

localizada no Campus do Capão do Leão, como assistente administrativa. Minhas atividades na biblioteca despertaram em mim a paixão pela organização e disseminação de acervos. Em 1983, pedi transferência da Universidade Católica de Pelotas para o curso de biblioteconomia da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), o qual concluí em 1985. Em julho de 1986, fui aprovada em concurso público interno e assumi o cargo de bibliotecária/documentalista. Nesse período, houve o desmembramento da Biblioteca Central em 11 pequenas bibliotecas apenas no Campus Capão do Leão. Em todo Sistema de Bibliotecas totalizavam 18 bibliotecas. De 1989 a 1992, assumi a gestão das bibliotecas, quando iniciamos a longa trajetória de reuni-las novamente. Após este período, em 1993, assumi a Biblioteca de Medicina (BM) pela qual sou responsável até hoje.

Meu compromisso profissional e meu interesse pela preservação do patrimônio histórico, científico, tecnológico e cultural, junto com a necessidade de implantação de serviços mais modernos nas Bibliotecas, vêm norteando minhas atividades ao longo desses 32 anos. Entre outros, apresentei o projeto para a criação de um espaço na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) onde pudéssemos armazenar livros selecionados como de pouco uso, a produção intelectual da instituição (funcionando como o depósito legal) anterior a 5 anos e as obras raras. Ainda não concretizado, esse projeto tornou-se o foco deste estudo.

É sabido que a produção do conhecimento em algumas áreas da ciência e da tecnologia se desatualiza de forma espantosa devido às novas descobertas, principalmente na evolução da pesquisa científica e tecnológica. Em outras áreas, como Le Goff (2003, p.421) menciona em sua obra, alguns cientistas foram levados a aproximar a memória de fenômenos diretamente ligados à esfera das Ciências Sociais e Humanas. Nestas áreas, o acervo se traduz em grandes e aprofundados estudos, tornando as pesquisas parte da memória, seja para temas específicos ou para temas gerais. Rosário (2002) afirma que, em nossa cultura atual, desvalorizada pela necessidade do “novo”, o descartável tomou grandes proporções, fazendo com que a noção de memória venha se transformando e receba diferentes atribuições de valor. Os objetos da memória, a cultura e a

tradição, sofrem riscos de reduzir-se ao “não-ser”, diz ela: “o lugar da memória é, pois, o lugar da imortalidade”.

A Universidade Federal de Pelotas possui uma particularidade que não se observa em outras instituições: a frequente transferência dos espaços físicos de suas faculdades e área administrativa, a permanente criação de novos campi. Isso acarreta uma fragilidade para suas bibliotecas. Ao longo de sua história, muitas foram as mudanças físicas dos acervos que compõem o Sistema de Bibliotecas da UFPel (Apêndice A). Esse sistema possui, atualmente, em sua estrutura organizacional, oito (8) bibliotecas que agrupam acervos de diversas áreas do conhecimento, as quais estão, em sua grande maioria, com os espaços físicos extrapolados. Mesmo as bibliotecas recém inauguradas, planejadas para melhor atender a demanda de seus usuários, enfrentam problemas oriundos de seus acervos, como a falta de estantes para acomodar as novas aquisições. Há necessidade de uma constante avaliação de acervos nas bibliotecas, considerando sua capacidade de contribuição à pesquisa.

O Sistema de Bibliotecas (SISBI/UFPel) não possui uma Biblioteca Central. A sua coordenação central é o Núcleo de Bibliotecas (NB) localizado, fisicamente, anexo à Biblioteca do Campus Porto (BCP). Ele não possui acervo próprio e, por essa razão, não há um local apropriado disponível para armazenar o acervo em estudo. Devido à constante falta de espaço físico para acondicionar as novas aquisições sugeridas nas bibliografias dos cursos de graduação e programas de pós-graduação da UFPel, acervos precisam ser retirados periodicamente das estantes das diversas bibliotecas.

Problema de pesquisa

Onde reunir, de forma organizada e acessível, o acervo “de pouco uso” retirado das estantes das diversas bibliotecas da UFPel, visando a abertura de espaços para as novas aquisições e liberação dos espaços físicos para o acesso à informação digital, cujo valor histórico poderá direcionar e enriquecer futuros estudos nas linhas de pesquisas da instituição?

A fim de adequar, de forma permanente, os espaços físicos das demais bibliotecas da UFPel, outros questionamentos devem ser respondidos:

- no processo de avaliação da coleção, as bibliotecas têm realizado a retirada dos acervos pouco utilizados para outros locais (desbastamento de obras)?
- que tratamento vem sendo dispensado ao material que sai da coleção de uso frequente das bibliotecas, mas não deve ser descartado definitivamente?
- o Núcleo de Bibliotecas disponibiliza de um local próprio e adequado para o armazenamento das obras “de pouco uso”, obras raras, periódicos retrospectivos e não correntes, produção intelectual da instituição?

Estas questões parecem não terem sido respondidas positivamente durante os 42 anos de existência da Universidade. Esta solução evitaria que novas e dispendiosas reformas físicas ocorressem em todas suas bibliotecas. Teríamos esta necessidade direcionada apenas à Biblioteca Retrospectiva que, ao longo dos anos, comportaria todo acervo retirado das demais bibliotecas. A preocupação constante com questões urgentes e emergenciais tem sido uma característica da Universidade e, por conseguinte, do Sistema de Bibliotecas. Uma das causas, talvez, seja sua dificuldade nas tomadas de decisões frente ao seu posicionamento na estrutura organizacional da instituição.

Este trabalho tem como objetivo principal influenciar a tomada de decisões das unidades de informação das diversas universidades brasileiras, quanto à solução dos problemas de armazenamento e acessibilidade dos acervos selecionados pelo processo de desbastamento (retirada das estantes da biblioteca, mas sem descarte definitivo).

A partir do objetivo principal, foram traçados os seguintes objetivos específicos: realizar uma pesquisa junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras sobre suas estruturas organizacionais e a existência de um local para organização do acervo desbastado de suas bibliotecas e comprovar, através da análise das pesquisas, a necessidade ou não

de se reunir, em um único local, o acervo selecionado como “de pouco uso” nas diversas bibliotecas, permitindo acessibilidade à comunidade universitária e em geral.

A escolha da metodologia para a realização de um trabalho implica pensar nos procedimentos e técnicas que irão nortear o caminho a ser percorrido pelo pesquisador. Para se conduzir uma pesquisa, o pesquisador necessita de algumas peculiaridades,

> [...] além do conhecimento do assunto, ter curiosidade, criatividade, integridade intelectual e sensibilidade social. São igualmente importantes a humildade para ter atitude autocorretiva, a imaginação disciplinada, a perseverança, a paciência e a confiança na experiência (GIL, 1999, p.42).

Essa escolha é um importante momento no processo de pesquisa. Deve “dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para os desafios da prática” (MINAYO, 2000, p.16). Segundo Godoy (1995, p.59), a pesquisa qualitativa é caracterizada por não ter como objetivo principal apenas medir os resultados coletados. Os dados descritos devem ser fornecidos por pessoas, através de processos interativos por contato direto do pesquisador com a situação pesquisada (LEITÃO, 2005, p.48-49).

O presente estudo compreende três etapas distintas: teórica, empírica e prática. A primeira etapa, teórica, refere-se à revisão de literatura, com base em fontes impressas e virtuais. Na segunda etapa, a empírica, foi realizada uma pesquisa nas coordenações das bibliotecas de universidades federais brasileiras, as quais se posicionaram sobre o tema respondendo um questionário. A terceira etapa, prática, constitui-se de um levantamento dos dados da segunda etapa e da análise dos resultados.

A estrutura do trabalho está organizada da seguinte forma: na introdução, foram apresentadas reflexões sobre memória e patrimônio, justificativa sobre o foco do estudo, a delimitação da questão problema, os objetivos e a metodologia empregada. No capítulo 1, é apresentado um esboço geral sobre a história do livro e das bibliotecas; no capítulo 2, o enfoque é a história das bibliotecas da Universidade Federal de Pelotas, com detalhes enriquecidos pela narrativa das entrevistas de algumas bibliotecárias e funcionárias que também trabalharam na

instituição; no capítulo 3, são apresentados os resultados da pesquisa realizada junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras sobre suas estruturas organizacionais e a existência de um local para organização dos acervos com frequência de uso baixa. No mesmo capítulo, há a análise dos resultados no Brasil, com ênfase na Região Sul. Nas considerações finais, são apontados aspectos sobre a necessidade de criação desse novo local, para armazenamento do patrimônio bibliográfico na UFPel, anterior a 10 anos de publicação: obras raras, livros e periódicos pouco utilizados e a produção intelectual da instituição, local organizado, destinado à pesquisa, com livre acesso à comunidade universitária e em geral.

1 Contextualizando o livro e as bibliotecas

"Como cidadela do saber e plataforma para aventuras na internet,
a biblioteca de pesquisa ainda merece estar no centro do campus,
preservando o passado e acumulando energia para o futuro"
(DARNTON, 2010)

A biblioteconomia, a partir do século XX, ganha grande força. O pensador indiano Ranganathan (1931), professor de matemática, curioso e interessado, foi considerado o pai desta ciência, por ter escrito as cinco leis que a regem até os dias de hoje. Suas leis descrevem pontos, que ainda são presentes e atuais, importantíssimos em uma biblioteca. Elas podem ser resumidas da seguinte forma:

a) **os livros são para serem usados** – são um dos meios que impulsiona o conhecimento;
b) **todo leitor tem seu livro** – estudo de usuários com o objetivo de que o desenvolvimento da coleção ocorra de forma a atender as necessidades de seus leitores;
c) **todo livro tem seu leitor** – disseminação seletiva da informação, na qual a divulgação da coleção de acordo com o interesse de seus leitores é primordial para seu uso;
d) **poupe o tempo do leitor** – a organização da biblioteca e o livre acesso às estantes diminuem o tempo de busca do material;
e) **uma biblioteca é um organismo em crescimento** – controlá-la, através de ações como a atualização de seu acervo, tendo sempre presente a necessidade de administrar o espaço físico disponível.

Sua última lei – uma biblioteca é um organismo em crescimento – se traduz na ideia de Klaes (1991), de que as bibliotecas estão sempre em busca de um "processo criterioso de expansão e atualização de acervos para atender às demandas da comunidade universitária".

Para uma melhor compreensão deste estudo, serão listados alguns conceitos utilizados na biblioteconomia, para fundamentar teoricamente alguns pontos desta narrativa:

- Acervo Histórico, "coleção constituída ao longo dos anos" (RIZZI, 2010).

- Acervo Retrospectivo, "coleção existente de algum tempo, tratada para tornar-se acessível a seus usuários" (RIZZI, 2010).

- Descarte de Obras, "processo que retira definitivamente materiais que não possuem nenhuma justificativa para continuar pertencendo ao acervo" (MIRANDA, 2007, p.17). Para Kremer e Caldeira (1997, p.109), "processo em que, após ser avaliado criteriosamente, o material é retirado definitivamente ou não incluído na coleção ativa da biblioteca". E, para Maciel e Mendonça (2000, p. 25-26), descartar materiais em uma coleção consiste na retirada definitiva dos documentos que, através da função de avaliação, foram considerados desnecessários ou defasados em relação às expectativas dos usuários.

- Desbastamento do Acervo, "processo de remanejamento ou retirada de obras pouco utilizadas pelos usuários, de uma coleção de uso freqüente, para outros locais" (MEDEIROS; MELO; JEUNON, 2007, p.9). Para Maciel e Mendonça (2000, p.26), "o desbastamento consiste na retirada de documentos pouco utilizados pelos usuários, de uma coleção de uso freqüente para outros locais (criados para abrigar este material de consultas eventuais)".

- Biblioteca Depositária, local onde se deposita "no âmbito de órgãos [...] da administração federal, estadual e municipal, publicações emanadas das [...]

unidades integrantes ou vinculadas, na mesma área de competência" (ALMEIDA, 1989).

- Biblioteca de Coleção Ativa – local que armazena documentos de uso frequente. Para Evans (1995 apud VERGUEIRO, 1997, p.16) é o "local que abriga coleções constituídas para comunidades específicas, através da avaliação dos pontos fortes em termos de necessidades dos usuários".

Um acervo está inserido, de diversas formas, na concepção de bem patrimonial e, portanto, deve ser tratado adequadamente. Segundo Poulot (apud Knauss 2008, 304), "o patrimônio tem a ver com interpretação e, desse modo, é concebido como elaboração de significados". O livro é analisado pela influência que seu conteúdo é capaz de gerar nos indivíduos, a construção de diferentes identidades culturais, mesmo que em pessoas da mesma faixa etária, da mesma classe social e econômica e que frequentam o mesmo lugar (POULOT, 2008).

Mas não é apenas este conceito que deve ser levado em consideração. Uma obra tem seu valor de conteúdo intrínseco e deve suprir as necessidades de conteúdo básico e complementar nas diversas disciplinas dos cursos que atende. "O valor da informação está associado à utilidade que ela apresenta para o público a quem se destina" (MIRANDA, 2007, p.2).

A guarda do patrimônio bibliográfico, incluindo-se, principalmente, o livro, deve ser alcançada pela sistematização de seus acervos, uma atividade de tradição, ao longo dos séculos, em bibliotecas.

O livro, através da história, entendido como patrimônio cultural da humanidade, pertence à categoria do pensamento, usa do imaginário, está inserido num contexto que permite o estabelecimento de vínculos sociais e culturais nos indivíduos (POULOT, 2008). O Decreto-Lei nº. 25 de 30/11/1937 do Estado Novo no Brasil regulamenta a necessidade de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, vinculando, como suporte para fixar fatos memoráveis da história, entre outros, o bem bibliográfico. Conceitua como,

> [...] conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (INSTITUTO, 2011).

Impregnado de memórias e histórias, o livro

> adquire o papel de um amuleto da memória, passa a ser um elo entre o indivíduo e seu passado. Preservar esse material é também conservar as reminiscências das situações vividas, de pessoas que foram significativas e de uma fase da vida que não cai no esquecimento. O livro concretiza registros que foram selecionados para não serem descartáveis no tempo (GOULART, 2009, p.125).

O encantamento que a leitura de um livro nos oferece permite que se faça uma viagem pelo imaginário, como também realizar a construção da identidade cultural de um indivíduo. Bojunga nos permite perceber o poder da imaginação:

> [...] pra mim, livro é vida; desde que eu era muito pequena os livros me deram casa e comida. Foi assim: eu brincava de construtora, livro era tijolo; em pé, fazia parede, deitado, fazia degrau de escada; inclinado, encostava num outro e fazia telhado. E quando a casinha ficava pronta eu me espremia lá dentro pra brincar de morar em livro.De casa em casa eu fui descobrindo o mundo (de tanto olhar pras paredes). Primeiro, olhando desenhos; depois, decifrando palavras. Fui crescendo; e derrubei telhados com a cabeça. Mas fui pegando intimidade com as palavras. E quanto mais íntimas a gente ficava, menos eu ia me lembrando de consertar o telhado ou de construir novas casas. Só por causa de uma razão: o livro agora alimentava a minha imaginação. Todo dia a minha imaginação comia, comia e comia; e de barriga assim toda cheia, me levava pra morar no mundo inteiro: iglu, cabana, palácio, arranha-céu, era só escolher e pronto, o livro me dava. Foi assim que, devagarinho, me habituei com essa troca tão gostosa que no meu jeito de ver as coisas é a troca da própria vida; quanto mais eu buscava no livro, mais ele me dava. Mas, como a gente tem mania de sempre querer mais, eu cismei um dia de alargar a troca: comecei a fabricar tijolo pra em algum lugar uma criança juntar com outros, e levantar a casa onde ela vai morar (2004, p.12).

Na atualidade, são incorporadas aos acervos das bibliotecas publicações em diversos suportes, o que, de certa forma, vem facilitar a indisponibilidade de espaços físicos, tema que ainda preocupará os bibliotecários por muitas décadas. A biblioteca deve ser reconhecida para se compreender melhor o seu espaço. São muitas as funções desenvolvidas em sua administração, entre as quais formação, desenvolvimento, organização e dinamização das coleções e funções gerenciais (MACIEL; MENDONÇA, 2000).

A formação e desenvolvimento de uma coleção é um processo que envolve diversas funções: planejamento e elaboração de políticas; seleção; aquisição; avaliação; desbastamento e descarte de coleções (MACIEL; MENDONÇA, 2000, p.17).

A avaliação de uma coleção tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento de um acervo, pois tem a função de "identificação dos pontos fortes e fracos de uma coleção [...] em termos de necessidades dos usuários e recursos da comunidade, tentando corrigir as fraquezas existentes [...]" (EVANS, 1995 apud VERGUEIRO, 1997, p.16).

O desbastamento e o descarte de coleções são atividades necessárias após uma adequada e correta avaliação da coleção. De acordo com Vergueiro (1989, p.74), "por mais segura que tenha sido a seleção e por mais completa que seja a coleção, os interesses mudam, o desbastamento é inevitável". É um ponto crítico para o bibliotecário, que tem o receio de descartar materiais que, um dia, poderiam ser úteis aos futuros pesquisadores. Ele deve ser constante e ter por finalidade retirar de circulação materiais informacionais que, por motivos de desatualização, desuso, duplicidade, desgaste e títulos de periódicos descontínuos ou sem interesse já não têm mais razão de estarem inseridos na coleção ativa das bibliotecas universitárias (ROMANI; BORSZCZ, 2006).

A digitalização de coleções, um recurso que se acreditava ser a salvação da documentação impressa, hoje passa por novos estudos, cujos resultados mostram que a preservação de grande parte desses documentos é considerada de fundamental importância. Conforme Chartier,

> num momento em que se discute a possibilidade ou a necessidade de as bibliotecas digitalizarem suas coleções [...] este processo nunca deve conduzir à relegação ou à destruição dos objetos impressos do passado (2002, p.28).

A preservação dos acervos selecionados em uma coleção deve ser realizada por um bibliotecário e de acordo com a necessidade de administração do espaço físico da biblioteca. Uma correta política no recebimento de doações ajuda a controlar seus espaços. Esta seleção deve também ser realizada com a ajuda de uma comissão formada por professores da área, analisando critérios

como obsolescência, estado de conservação, frequência de uso das obras e incidência de citações do material na literatura.

No processo de desbastamento de coleções não devem ser incluídos os livros raros, ou obras raras[1], os quais devem receber tratamento diferenciado. O livro raro é definido por Rodrigues (2006, p.115) como:

> [...] aquele difícil de encontrar por ser muito antigo, ou por tratar-se de um exemplar manuscrito, ou ainda por ter pertencido a uma personalidade de reconhecida projeção e influência no país e mesmo fora dele (por exemplo: imperadores, reis, presidentes), ou reconhecidamente importantes para determinada área do conhecimento (física, biologia, matemática e outras). Enfim, os elementos qualificadores envolvidos são diversos. Torna-se necessário, portanto, sistematizar uma metodologia a fim de explicitar e justificar os critérios adotados para identificar livros raros dentro de uma coleção.

Selecionados por razões de uma adequada política de avaliação, muitos desses acervos não devem ser descartados definitivamente. Por diversas razões, ganham um destino pouco apropriado, como depósitos abarrotados, sem organização, gerando em parte da comunidade universitária um desapontamento com a falta de resposta para suas consultas contínuas. Uma queixa constante dos usuários de bibliotecas, frustrados, decepcionados, é a não localização de um determinado acervo que já haviam utilizado em algum dia de sua vida universitária.

A falta de espaço físico nas bibliotecas, com o passar dos anos, é um dos motivos que leva à retirada de títulos com pouco uso, pois sua constante ampliação física é inviável para qualquer instituição. Uma periódica avaliação dos acervos é necessária para a realização de um adequado descarte ou desbaste, quando inevitável. Segundo Burton e Kleber (1960 apud Lancaster 2004), a obsolescência de acervos é determinada pela diminuição de seu uso, à medida que vão envelhecendo, como uma meia-vida. De acordo com Lancaster (2004, p.112), "se o uso diminui com a idade, é preciso que se possam descartar itens com base em sua idade, ou pelo menos retirar itens mais antigos para

[1] No trabalho defendido pela Bibliotecária Aline Herbstrith Batista no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, intitulado *Conceitos e critérios para a qualificação de Obras Raras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas*, os critérios e a política das Obras Raras da UFPel estão contemplados.

depósitos menos acessíveis e menos dispendiosos". A meia-vida do uso dos livros não é absoluta, pois eles poderão ser emprestados no futuro e o procedimento a ser aplicado será o seu retorno à biblioteca ativa. Entre os métodos empregados após a avaliação do acervo, podemos citar: a determinação de seu uso (período de tempo durante o qual ele recebe a metade de todos os usos), citações feitas em bibliografia corrente (num periódico será o tempo decorrido entre a data de edição até um ponto em que haja recebido metade de todas as citações que um dia viria a receber). "Um programa de desbaste eficaz pode melhorar a relação custo-eficácia da biblioteca ao transferir material pouco usado para áreas de depósito menos dispendiosas (Lancaster (2004, p.115)". Porém, estes custos devem ser avaliados rigorosamente, pois o próprio estudo do acervo para realização do desbaste pode gerar altas despesas à biblioteca, assim como a busca do material estocado remotamente para atender pedidos dos usuários (tempo de busca até o depósito, se não for uma biblioteca aberta e de livre acesso). Outros "custos" devem ser considerados, como o incômodo causado aos usuários pelos atrasos na entrega dos acervos que se acham em depósitos e possíveis prejuízos à circulação, devido a itens que não se acham imediatamente disponíveis. A criação da biblioteca sugerida evitaria prejuízos, principalmente, aos usuários, pois seria um local aberto ao público e não um depósito para estocagem de acervos.

Em sua obra, Chartier (2002, p.29) nos narra episódios que ilustram o fato acima: conta ele que, entre os anos 70 e 90, o Council on Library Resources dos Estados Unidos estabeleceu uma política de microfilmagem de jornais e livros dos séculos XIX e XX e destruiu milhões de volumes. A justificativa era de sua preservação em outro suporte e a necessidade de esvaziar estantes das bibliotecas para as novas aquisições. Em 1999, a British Library também decidiu microfilmar e destruir ou vender todas as suas coleções de jornais americanos a partir de 1850. Os compradores cortaram os jornais para vender seus artigos como lembranças para aniversariantes. A política das bibliotecas dos Estados Unidos mudou com este escândalo e a matança não mais acontece em larga escala. As perdas foram muitas e mesmo com a possibilidade de digitalização, a ameaça de destruição não se afastou.

Esses acervos possuem seu valor sócio-histórico-cultural e devem ser armazenados de forma adequada e acessível. Outra queixa frequente dos usuários de bibliotecas é o fato de terem que se deslocar por extensos corredores na busca demorada do que é essencial para seus trabalhos acadêmicos. Esta premissa se sustenta devido à explosão bibliográfica e à alta produção de documentos eletrônicos que são impressos em papel. A escassez dos espaços e a necessidade de atualização dos acervos exigem racionalidade.

Este é um dos fatos que torna o desbastamento de acervos um tema muito discutido no gerenciamento de acervos e das bibliotecas. Com esta preocupação, Maciel e Mendonça (2000, p.26) fazem um questionamento quanto ao problema em estudo:

> [...] a criação de acervos paralelos, não diríamos inativos, mas de freqüência de uso baixa, chamados semi-ativos, está a exigir dos bibliotecários estudos urgentes e acurados, como medida indispensável para o cumprimento dos novos paradigmas da gerência dos acervos.

As bibliotecas universitárias estão assumindo um importante papel de referência para estudantes e pesquisadores, os suprindo de informações de cultura e história de determinada localidade, e não apenas atendendo as necessidades informacionais dos diversos cursos de graduação e pós-graduação. Bibliotecas existem para promover um bem público. Digitalizar acervos é necessário, mas democratizá-los é ainda mais importante. É preciso garantir livre acesso à herança cultural (DARNTON, 2010). Estas bibliotecas devem também, como suporte aos seus pesquisadores,

> [...] assumir uma política de preservação dos seus acervos históricos, visto que, por meio desta documentação, desenvolvem-se pesquisas que trazem benefícios para o futuro e resgatam-se elementos da história cultural de um povo (RODRIGUES, 2006, p.116).

Esta preocupação vem assombrando os bibliotecários por muitas décadas,

> no início dos anos 80 [...] os administradores passaram a observar com cuidado o que deveria ser feito para adaptar suas instalações às novas e constantes demandas. [...] pode apresentar dois desafios para o planejamento do espaço físico. O primeiro é causado pelo fato de que muitos prédios foram concebidos para dar suporte a sistemas que não utilizam muitos equipamentos [...] O segundo é que essas instalações foram projetadas para serem utilizadas durante várias décadas sem grandes alterações (MICHAEL, 1987 apud CUNHA, 2000, p.78).

Bibliotecas consagradas mundialmente estão demonstrando esta preocupação, acumulação de livros e outros materiais pouco usados, realizando a transferência de seus acervos para outros locais. Um exemplo atual é a Biblioteca da Engenharia da Universidade de Stanford que já deu início a transferência de 98 mil livros e revistas, cerca de 85% da sua coleção impressa, para um local fora do *campus*, com vistas a

> [...] acomodar o ambiente crescentemente digital e aos novos estilos de pesquisa e estudo. Os novos alunos de graduação que possuem enorme familiaridade com os recursos da internet, a denominada Geração Internet. Espaços para indivíduos e grupos, que abrigam computadores, escâneres, impressoras rápidas e baratas, bem como uma gama enorme de *softwares* que poderão ser utilizados na preparação de trabalhos escolares, apresentações multimídia e/ou acesso ao correio eletrônico ou às redes sociais[2].

Os motivos de diversas instituições para o tratamento inapropriado dos acervos são, entre tantos: falta de uma política da biblioteca ou da administração superior, falta de pessoal para o adequado cuidado, falta de um espaço apropriado que oportunize sua organização. A forma de tratar a informação mostra como uma instituição trabalha suas ações, possibilitando a percepção e tendência das pessoas que estavam executando-as. É uma importante fonte, que auxilia a recuperar e até mesmo a mudar o rumo de uma pesquisa. Cunha, uma década atrás, já afirmava que:

> o vento da mudança já começou a soprar, e alterações precisam ser feitas, portanto, até 2010, muitas bibliotecas universitárias deverão sofrer reformas ou mudar-se para novas instalações. Cada uma deve avaliar cuidadosamente o seu espaço, levando em conta os requisitos do programa de disponibilidade da informação que combinará, por alguns anos, o uso tradicional do suporte em papel com a ampla gama dos suportes digitais e do crescimento do ensino à distância. O prédio que emerge dessa consideração precisa combinar os elementos que fazem uma biblioteca funcionar em um ambiente de rápida mudança e, ao mesmo tempo, manter-se como o centro intelectual do *campus.* De qualquer forma, uma coisa é certa: a futura biblioteca coexistirá em um ambiente no qual os usuários estarão conectados a uma ampla variedade de recursos informacionais que muitas das bibliotecas não poderão prover (2000, p.79-80).

[2] Palestra de abertura proferida pelo professor **Murilo Bastos da Cunha** durante o XVI Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias e II Seminário Internacional de Bibliotecas Digitais, ocorrido no Rio de Janeiro, de 17 a 22 de outubro de 2010.

A nova invenção, o livro eletrônico, mais radical que a de Gutenberg, modifica não somente a técnica como também as estruturas e as formas de suporte para comunicação com leitores. Com a tela, a organização e a estruturação do suporte da escrita é que se modificaram. A mudança ocorrida nesta última década fez passar o livro (ou objeto escrito) como o conhecemos, com seus cadernos, suas folhas, suas páginas, ao texto eletrônico e à leitura em uma tela de computador.

Chartier, em sua obra, comenta que o mundo eletrônico provoca uma tríplice ruptura ao leitor: “propõe uma nova técnica de difusão da escrita, incita uma nova relação com os textos, impõe-lhes uma nova forma de inscrição” (2002, p.23-24).

A revolução digital obriga o leitor a abandonar todas suas heranças de leitura, este novo universo não mais utiliza a imprensa, ignora o livro unitário e está alheio ao seu antigo suporte.Com a revolução do texto eletrônico tem-se uma revolução no hábito da leitura. Ler em uma tela não é a mesma coisa que ler um livro impresso. “A materialidade do livro é substituída pela imaterialidade de textos sem lugar próprio” (CHARTIER, 2003, p.38).

A criação do livro eletrônico não deverá substituir o seu formato tradicional. Segundo Chartier (2002, p.117), “o novo suporte do escrito não significa o fim do livro ou a morte do leitor”. Esta nova forma de ler não deverá substituir o prazer da leitura e de se folhear as páginas de um livro. Chartier (1999, p.39), apresenta uma ponderação em relação ao binômio leitor x livro, diz que “os leitores se apoderam dos livros (ou de outros objetos impressos), dão-lhes um sentido, envolvem-nos com suas expectativas”. A forma e o sentido, a escrita e a leitura, segundo Chartier (2003), trazem consigo duas exigências: a primeira, acompanhar a mutação nos modos de comunicação e recepção da escrita; a segunda, que a representação eletrônica de todos os textos não signifique o esquecimento ou a destruição dos objetos que foram seus suportes.

1.1 A história do livro e das bibliotecas como lugar para a memória bibliográfica

A história do livro e das bibliotecas é marcada por avanços significativos através dos séculos. São várias as mutações, principalmente do livro e seus suportes. As bibliotecas, lugares de continuidade e de rupturas, possuem um papel crucial na transmissão da cultura e dos saberes (JACOB, 2006). Pela sua tradição, as bibliotecas precisam preservar e conservar sua documentação bibliográfica, mantendo a salvaguarda da memória bibliográfica e da história científica e cultural, com a finalidade de promover a pesquisa, disponibilizando essa documentação de forma acessível às novas gerações.

Segundo Le Goff (2003, p.434), "a memória pode conduzir à história ou distanciar-se dela". Uma importante e decisiva técnica de memória foi a mnemotécnica, que marca a história relacionada à preservação da memória na passagem da leitura oralizada para a era da escrita (CHARTIER, 1994). Era preciso reter a informação de uma forma concreta. Por volta de 4000 a.C. os homens aprenderam a escrever. A escrita alfabética, segundo pesquisadores, data de 1000 a.C. Acredita-se que essa invenção, por permitir que se registre o passado, seja o avanço tecnológico mais importante da história da humanidade. Atlan (1972 apud Le Goff), em seus estudos, aproxima linguagens e memórias:

> a utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para se interpor quer nos outros, quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória (2003, p. 421).

Partindo dessa reflexão, o ser humano obtinha a possibilidade de transformar em história suas memórias. Foi o início do caminho para o aparecimento do livro como força histórica (DARNTON, 2010).

Os povos assírios, sumérios e babilônicos faziam uso de placas de argila para registrar o conhecimento. Em Nínive, capital do reino da Assíria, o Rei Assurbanipal II (século VII a. C.) fundou uma biblioteca, a primeira biblioteca da história chamada Biblioteca de Nínive. Era composta por uma coleção de mais ou

menos 25 mil placas de argila, com textos em escrita cuneiforme (PINHEIRO, 2010).

Figura 1 – Imagem da escrita cuneiforme.

Fonte: PINHEIRO, Carlos. **História das bibliotecas no mundo ocidental**. 2007. Disponível em: http://migre.me/7BXtD Acesso em: 26 nov. 2010.

Um avanço significativo foi o uso do papiro. Foi no Egito que os registros ganharam a forma mais prática para produzir documentos escritos. O papiro era fornecido também ao mundo grego e ao Império Romano. Fabricado com cerca de um palmo por 8 metros, o livro em rolo era chamado *volumen* (MILANESI, 1983).

Um grande exemplo de biblioteca é a de Alexandria, no Egito, fundada por Ptolomeu Filadelfo no início do terceiro século a.C. Por aproximadamente sete séculos, entre os anos de 280 a.C. e 416, teve por finalidade acumular, num mesmo lugar, os livros de todos os povos da Terra, em um acervo que chegou a reunir cerca de 400 mil volumes. A preocupação de Ptolomeu gerou um grande aprendizado, as políticas de domínio, as tentativas de estruturar a memória e reforçar sua visibilidade podem ser produtoras de seleção e de esquecimento (JACOB, 2006). Esse centro de cultura foi, infelizmente, destruído parcialmente em um incêndio. Segundo alguns estudiosos, o prédio próximo ao porto é que foi o incendiado, pois a biblioteca, pela quantidade imensa de acervos que possuía,

já ocupava diversos prédios pela cidade. Segundo Canfora (1986 apud Jacob 2006), a Biblioteca de Pérgamo, fundada antes da de Alexandria, lhe serviu de modelo. Marco Antônio teria presenteado Cleópatra, para ressarcir as perdas sofridas com o incêndio de 48 a.C., doando à Biblioteca de Alexandria, no ano de 41 a.C., 200 mil pergaminhos e livros retirados por ele daquela Biblioteca.

Figura 2 – Imagem da Biblioteca de Alexandria, sec. III a.C., cerca de 400 mil volumes.

Fonte: Hora da história. Disponível em: http://migre.me/7BXK1 Acesso em: 26 nov. 2010.

A Biblioteca de Pérgamo (241-197 a.C.) foi uma das mais célebres da Antiguidade, competindo em importância com a de Alexandría. O rei de Pérgamo, Atalo I Soter, foi o fundador da biblioteca e seu filho Eumenes II foi quem a engrandeceu e a fomentou, chegando a reunir cerca de 200.000 volumes.

Acredita-se que foi a rivalidade existente entre as duas Bibliotecas, Pérgamo e Alexandria, que levou o Egito a cortar o fornecimento do papiro, obrigando a Grécia a buscar alternativas. Foi nesse período, em Pérgamo, que o papiro foi substituído pelo pergaminho, pele de carneiro ou de outros mamíferos. Apesar da importação deste material ser muito onerosa e da produção do pergaminho ser, também, muito cara, havia uma produção de documentos que permitia a formação de acervos e, por consequência, de bibliotecas, o que possibilitava a reunião dos sábios.

Figura 3 – Imagem de um pergaminho.

Fonte: Pergaminho. Disponível em: http://migre.me/7BY4U Acesso em: 26 nov. 2010.

Assim, então, tem início a produção literária. Para Le Goff,

> o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. [...] sua análise permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente (2003, p.535-536).

Acredita-se que a documentação na Antiguidade tenha sido muito maior do que a que o homem conseguiu conservar nesses mais de vinte séculos. A fragilidade física do suporte fez com que se perdessem a maior parte dos registros, antes da criação da imprensa. Algumas das produções literárias geradas ao longo dos séculos tiveram a oportunidade de passar por ações de conservação e preservação. Os cristãos muito contribuíram para a preservação de acervos, a partir da queda do Império Romano. Segundo Milanesi (1983, p.19), “os religiosos juntavam as obras e, em trabalho paciente, ocupavam parte de seu tempo no confinamento dos conventos, na tarefa de reproduzir textos para os pergaminhos”.

As primeiras bibliotecas públicas surgiram no Império Romano, como instrumentos de dominação intelectual. A primeira foi fundada em 30 a.C. por Asinius Pollio, no Atrium Libertatis (PINHEIRO, 2007). Eram espaços em templos ou banhos públicos. Na época de Constantino, início do séc IV d.C.,

> [...] em Roma, no ano 370 existiam 28 bibliotecas públicas. Da grande coleção do passado quase tudo foi perdido. Os manuscritos que se conservam são cópias feitas séculos depois da morte de seus autores. Nas poucas obras que subsistiram dessa Antiguidade que fez pirâmides eternas e papiros precários, ou templos e palácios sólidos, mas pergaminhos frágeis há referência a muitos outros que se perderam definitivamente (MILANESI, 1983, p.18).

O códex (livros composto de folhas dobradas, reunidas e encadernadas) surgiu substituindo o pergaminho, no início da era Cristã, final do Império Romano. De acordo com Chartier,

> com a nova materialidade do livro, gestos impossíveis tornavam-se comuns: assim, escrever enquanto se lê, folhear uma obra, encontrar um dado trecho (2002, p.106).

A cópia manuscrita deixou de ser o único recurso para a multiplicação dos textos. Por volta do século III, a invenção dos livros em rolo, foi o ápice de transformação no uso dos textos e das maneiras da leitura.

Para Chartier,

> a invenção da página, as localizações garantidas pela paginação e pela indexação, a nova relação estabelecida entre a obra e o objeto que é o suporte de sua transmissão tornaram possível a relação inédita entre o leitor e seus livros (2002, p.106).

Os leitores se tornaram capazes de folhear um texto, escrito com palavras separadas por espaço, parágrafos e capítulos, além de sumários e índices. É, para muitos autores, a mais importante revolução da história do livro.

Grandes bibliotecas como as de York, do Monte Cassino e de Bobbio, embora sujeitas a perdas irreparáveis, como roedores e fogo, desempenharam um papel importante na conservação da cultura antiga.

No mundo árabe, inúmeras bibliotecas foram criadas contendo manuscritos gregos, traduções em árabe, livros da ciência árabe, acessíveis tanto a professores como estudantes (PINHEIRO, 2007). A mais importante foi Dar Al-ilm,

fundada em 1004, no Cairo. A Biblioteca de Córdoba, fundada em 965, foi a terceira biblioteca do mundo islâmico.

No século XIII, surgem as universidades e, com elas, aparecem suas bibliotecas. As bibliotecas monásticas já não são os únicos centros da vida intelectual. Nas estantes das bibliotecas só havia lugar para o livro selecionado, o bom, o exemplar (PINHEIRO, 2007).

Por volta de 1450 (século XV), inventada por Gutenberg, a impressão com tipos móveis reutilizáveis permitiu que o livro alcançasse círculos cada vez mais amplos de leitores. Segundo alguns pesquisadores, a utilização de tipos móveis já acontecia bem antes da descoberta de Gutenberg. Na China, no século XI, eram utilizados caracteres de argila cozida e, na Coreia, no século XIII, textos eram impressos com caracteres metálicos.

Mas foi sem dúvida com a invenção de Gutenberg que se propagou, de forma avassaladora, o modo de reprodução dos textos e a produção dos livros. De acordo com Chartier ((2002, p.61), não há dúvida de que as possibilidades de reprodução oferecidas pela invenção de Gutenberg e do *copyright*, que estabeleceu a propriedade do autor sobre um texto sempre idêntico a si mesmo, seja qual for seu suporte, conduziram as justificativas da propriedade literária.

Embora a tecnologia da impressão não tenha sofrido alterações por quase quatro séculos, a gama de leitores ficou cada vez maior graças às melhorias nas formas de alfabetização, educação e acesso à palavra impressa (DARNTON, 2010).

Ao longo de sua história, as mutações materiais do livro influenciaram as funções e as práticas desenvolvidas pela biblioteca (JACOB, 2006). Foi a partir dos séculos XVII e XVIII que as bibliotecas foram vistas novamente como símbolo de riqueza, poder e prestígio. Foi desenvolvida a ideia de que as bibliotecas são locais de estudo e reflexão e de que devem ter, além de livros, um ambiente propício ao desenvolvimento de atividades intelectuais.

A Biblioteca Wren, no Trinity College, em Cambridge, em 1695, é um exemplo de biblioteca construída a partir das contribuições financeiras de diversos estúdios, entre os quais Isaac Newton, com suas experiências sobre a luz e a velocidade do som. A partir desse século, aconteceram mudanças surpreendentes na atividade dos bibliotecários e na organização das bibliotecas.

A diversificação de coleções, com o aparecimento dos livros menos caros, deu fundamento à criação dos sistemas de classificação, já que essas coleções pediam organização. A forma do livro e a forma das bibliotecas se combinavam para oferecer definições que guiavam o leitor. Na Biblioteca do Vaticano, em 1481, foram dados os primeiros sinais de distinções de organização. Foi estabelecida uma divisão em quatro salas: a biblioteca latina, a biblioteca grega, a biblioteca secreta e a biblioteca pontificial.

A partir do século XVI é que as bibliotecas realmente se transformaram, tendo como característica a localização acessível e passando a ter caráter intelectual e civil. Aconteceu a democratização da informação onde foi organizada em diferentes áreas do conhecimento. A biblioteca passou por uma nova concepção com a difusão da imprensa, onde os livros passam principalmente para o uso do público, e não apenas a privilegiados. Eles passam a ser acorrentados às prateleiras para permitir a consulta local, evitando o roubo (PINHEIRO, 2007).

Em 1876, foram criados dois sistemas ainda adotados nas bibliotecas do século XXI. Charles Cutter, bibliotecário do Athenaeum em Boston, criou o catálogo dicionário, no qual se encontravam, no mesmo fichário, os nomes de autores, títulos, assuntos e o tipo de literatura. Várias alterações foram idealizadas, mas sua demonstração da unidade de catálogo acessível por várias vias permanece até hoje em bases de dados recentes (MCKITTERICK, 2006). Neste mesmo ano, Dewey inventou o Sistema de Classificação Decimal, que divide todo conhecimento humano em 10 categorias e depois subcategorias, dividindo cada área em subáreas. Esse sistema foi rapidamente adotado por todos (PINHEIRO, 2007). A organização nas estantes fez com que acabassem as situações de desordem que se apresentavam, sucessivamente, nas administrações de bibliotecas, através dos séculos.

Foi a partir do século XIX que surgiram as maiores bibliotecas pertencentes às universidades, como Harvard, Yale, Princeton e Stanford (DARNTON, 2010). Embora permitissem acesso de pesquisadores do mundo exterior, continuaram fechadas para o público em geral.

No Brasil, a biblioteca oficial é a Biblioteca Nacional (BN), uma das oito maiores bibliotecas nacionais do mundo. Sua história teve início quando, em

1755, Lisboa sofreu um violento terremoto e um grande incêndio, atingindo a Real Biblioteca (Real Livraria) considerada uma das mais importantes bibliotecas da Europa, àquela época. O rei de Portugal, Dom José I e o ministro Marquês de Pombal empenharam-se em organizar, no Palácio da Ajuda, uma nova biblioteca, que se tornou importante pela composição de seu acervo que, em 1807 reunia cerca de sessenta mil peças, entre livros, manuscritos, incunábulos, gravuras, mapas, moedas e medalhas.

Este acervo foi aquele trazido ao Brasil (Rio de Janeiro) após a vinda da família real em 1808, em consequência da invasão de Portugal pelas tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte. Aconteceu em três etapas, sendo a primeira em 1810 e as outras duas em 1811. A biblioteca se instalou nas salas do andar superior do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, depois em um local que havia servido de catacumbas aos religiosos do Carmo e na Rua do Passeio, número 60, no Largo da Lapa. Seu acervo continuava a se ampliar através de compras, doações e pelo Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907, chamado Decreto de Depósito Legal, em vigor até hoje, onde é obrigatório o depósito de um exemplar de todo material impresso. O crescimento constante e permanente de seu acervo foi fundamental para a realização de um projeto de construção de uma nova sede. Sua pedra fundamental foi lançada em 15 de agosto de 1905 e sua inauguração (após 100 anos), em 29 de outubro de 1910. Devido a alta demanda de pesquisadores e a importância do acervo sob sua guarda, buscou acompanhar a evolução tecnológica mundial e investiu no aprimoramento dos mecanismos de segurança e preservação de seu patrimônio. Em 1990, foi transformada em fundação de direito público, vinculada ao Ministério da Cultura, absorvendo o Instituto Nacional do Livro (INL). Possui um Escritório de Direitos Autorais e é a Agência Nacional do ISBN (International Standard Book Number). Tem ainda a função de centro nacional de informações bibliográficas e documentais. Atende, em seu prédio-sede, cerca de quinze mil usuários por mês (PORTELLA, 2010).

As bibliotecas universitárias brasileiras tiveram seu aporte a partir da implementação da Reforma Universitária de 1968, pelo Ministério da Educação. Gico (1990) afirma que as bibliotecas universitárias não foram citadas pela reforma, mas que relatórios e trabalhos posteriores apresentaram recomendações

de que suas instalações estivessem no centro dos campi, de modo que os acessos irradiassem dela para todas as direções; atuação como biblioteca central; de que fossem institucionalizadas enquanto órgão suplementar; de que sua existência fosse exigida para autorização e reconhecimento de cursos. É difícil citar nomes das grandes e melhores bibliotecas, pois, quando se trata de avaliação e desempenho, vale lembrar que são avaliadas juntamente com os cursos que atendem. Não existe um planejamento para a elaboração dessas avaliações, que se restringem a breves visitas, cujos resultados dependem do olhar de cada avaliador enviado pela CAPES, no caso da pós-graduação. Não há dados comparativos com outras da mesma área, que demonstrem um melhor ou pior desempenho.

2 As bibliotecas das universidades federais brasileiras e seus acervos desbastados

"O medo da perda, ou da lacuna, comandou todos os gestos que visavam salvaguardar o patrimônio escrito da humanidade".
(CHARTIER, 2002, p.118)

A pesquisa cujos resultados são apresentados neste capítulo foi realizada junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras. Foram enviados 55 questionários, dos quais 36 questionários (Apêndice B) retornaram devidamente respondidos pelas instituições[3], sendo considerado o universo desta pesquisa. Neste capítulo, a análise dos resultados será apresentada em nível nacional, com destaque especial para os resultados obtidos na Região Sul, onde está localizada a Universidade Federal de Pelotas, foco deste estudo, cuja necessidade urgente é a de preservar os acervos desbastados em suas diversas bibliotecas – principalmente pelo seu valor agregado aos estudos de identidade, memória social e patrimônio cultural desenvolvidos na instituição.

[3] Instituições que participaram da pesquisa: UFAM (Universidade Federal do Amazonas – AM); UNIFAP (Universidade Federal Amapá – AP); UFBA (Universidade Federal da Bahia – BA); UFRB (Universidade Federal do Recôncavo Baiano –BA); UFC (Universidade Federal do Ceará – CE); UnB (Universidade de Brasília – DF); UFES (Universidade Federal do Espírito Santo – ES); UFGO (Universidade Federal de Goiás – GO); UFSJ (Universidade Federal de São João Del Rei – MG); UNIFAL (Universidade Federal de Alfenas – MG); UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto – MG); UNIFEI (Universidade Federal de Itajubá – MG); UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora – MG); UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – MG); UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul –MS); UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso – MT); UFPb (Universidade Federal da Paraíba – PB); UNIVASF (Universidade Federal do Vale do São Francisco – PE); UFPE (Universidade Federal de Pernambuco –PE); UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco –PE); UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – RJ);UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ); UFF (Universidade Federal Fluminense – RJ); UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – RJ); USC (Universidade Federal de Santa Catarina – SC); UFS (Universidade Federal de Sergipe – SE); UFABC (Universidade Federal do ABC –SP); UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo – SP); UFERSA (Universidade Federal de São Carlos – SP); UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – RN); UFPel (Universidade Federal de Pelotas – RS); UNIPAMPA (Universidade Federal do Pampa – RS); FURG (Universidade Federal do Rio Grande – RS); UFSM (Universidade Federal de Santa Maria – RS); UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS); UFT (Universidade Federal do Tocantins – TO).

2.1 Análises dos dados no Brasil sobre a existência de uma biblioteca retrospectiva

Na pesquisa desenvolvida, a primeira questão foi situar a Região do Brasil investigada. Na análise dos dados abaixo, são apresentados os resultados referentes à questão citada, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1 - Região do Brasil em que está inserida a instituição consultada.

Alternativas	Nº Respostas	Percentual
Região Norte.	4	11,1%
Região Nordeste.	10	27,8%
Região Centro-Oeste.	3	8,3%
Região Sudeste.	13	36,1%
Região Sul.	6	16,7%
Total	36	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras, entre os meses de maio e junho de 2010.

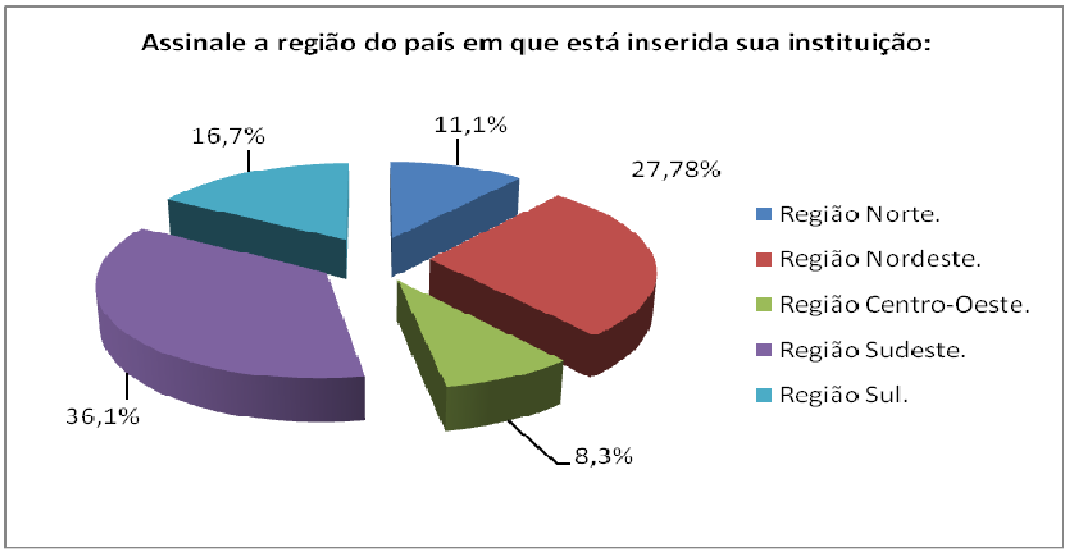


Figura 4 – Gráfico indicativo da região do Brasil em que está inserida a instituição consultada.

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras, entre os meses de maio e junho de 2010.

Tabela 2 - Onde está inserida a Biblioteca na estrutura organizacional de sua instituição.

Alternativas	Nº Respostas	Percentual
Órgão Suplementar à Reitoria.	16	44,4%
Ligada a uma das Pró-Reitorias existentes.	13	36,1%
Ligada a um Departamento de uma das Pró-Reitoras existentes.	3	8,3%
Ligada à Chefia de Gabinete / Reitoria.	1	2,8%
Órgão Suplementar à Vice-Reitoria.	3	8,3%
Total	36	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras, entre os meses de maio e junho de 2010.

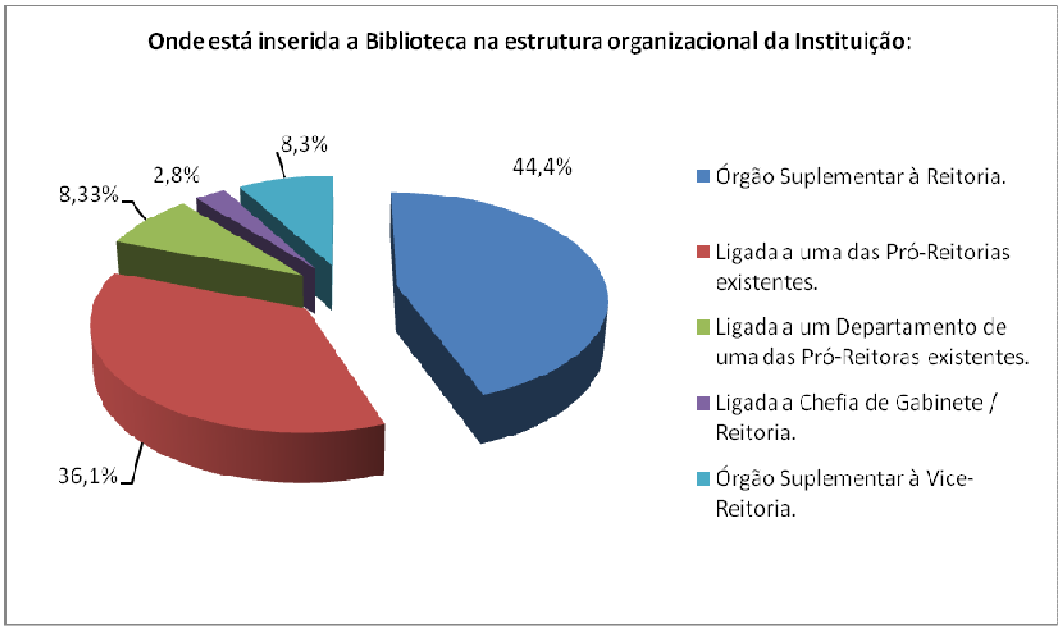


Figura 5 – Gráfico indicativo de onde está inserida a Biblioteca na estrutura organizacional da instituição.

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras, entre os meses de maio e junho de 2010.

A tabela abaixo demonstra os dados obtidos através de questão sobre a existência de uma Biblioteca específica para reunir o acervo desbastado das demais bibliotecas da instituição:

Tabela 3 – Existência ou não de uma Biblioteca específica para reunir o acervo desbastado das demais bibliotecas da instituição (Brasil).

Alternativas	Nº Respostas	Percentual
Sim. Existe uma biblioteca.	4	11,1%
Não existe uma biblioteca.	32	88,9%
Total	36	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras, entre os meses de maio e junho de 2010.

Nesta questão, 11,1% responderam que existe e 88,9% que não existe uma biblioteca específica, conforme apresentado no gráfico abaixo.

Figura 6 – Gráfico indicativo da existência de uma biblioteca específica que reúna o acervo desbastado nas bibliotecas das universidades federais brasileiras.

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras, entre os meses de maio e junho de 2010.

Dos 88,9% que responderam que não existe uma biblioteca específica para reunir o acervo “de pouco uso”, 87,5% responderam que cada uma das bibliotecas que pertencem à instituição adota o seu procedimento específico, sendo que em 12,5% o acervo é organizado em local anexo à biblioteca, aberto

apenas quando solicitado por algum usuário, denominado Armazém, conforme dados abaixo.

Tabela 4 – Procedimento quando não existe uma biblioteca específica para reunir o acervo desbastado das demais bibliotecas da Instituição (Brasil).

Alternativas	Nº Respostas	Percentual
Há uma sala anexa à biblioteca com acervo organizado, denominada ARMAZÉM.	4	12,5%
Não há um procedimento específico.	28	87,5%
Total	32	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras, entre os meses de maio e junho de 2010.

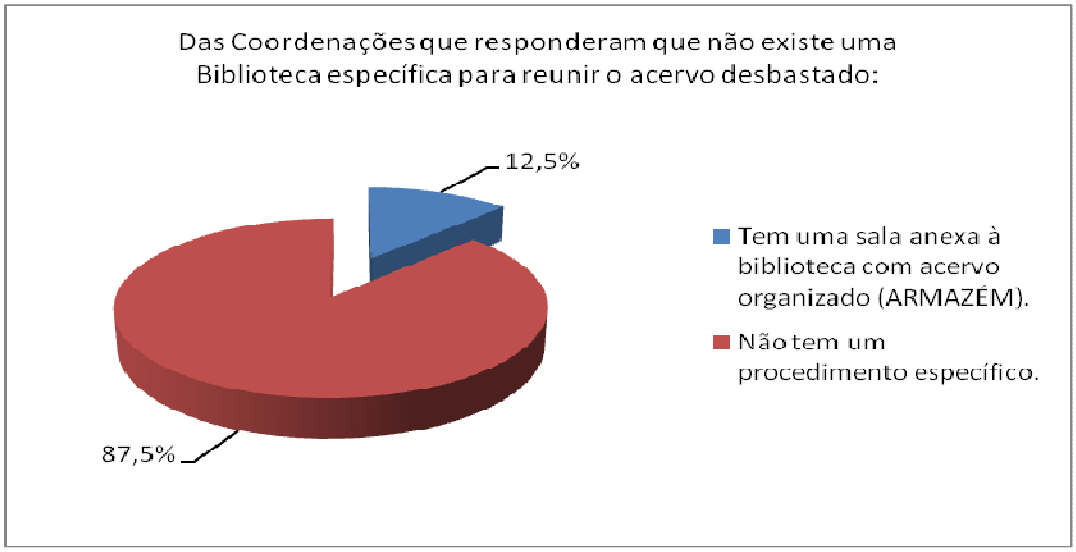


Figura 7 – Gráfico indicativo da não existência de uma biblioteca específica para reunir o acervo desbastado nas bibliotecas das universidades federais brasileiras.

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras, entre os meses de maio e junho de 2010.

Dos 11,1% das coordenações centrais que responderam que existe uma biblioteca para reunir o acervo desbastado, as razões da criação deste local, com sua representação em 100%, apresentam-se conforme descrição da tabela abaixo.

Tabela 5 – Motivos para a criação de uma biblioteca específica para reunir o acervo “de pouco uso” (Brasil).

Alternativas	Nº Respostas	Percentual
Abrir espaço físico nas demais bibliotecas para novas aquisições.	1	25,0%
Local único para as obras raras, produção científica, acervo “de pouco uso”.	1	25,0%
Manter organizado em um único local o acervo “de pouco uso”, visando à pesquisa retrospectiva.	2	50,0%
Total	4	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras, entre os meses de maio e junho de 2010.

As razões para criação deste espaço surpreenderam, com 50,0% respondendo que foi para manter organizado em um único local o acervo “de pouco uso” visando à pesquisa retrospectiva; 25,0% para abrir espaço nas demais bibliotecas para novas aquisições; e 25,0% para manter em um único local o acervo “de pouco uso”, produção científica e obras raras.

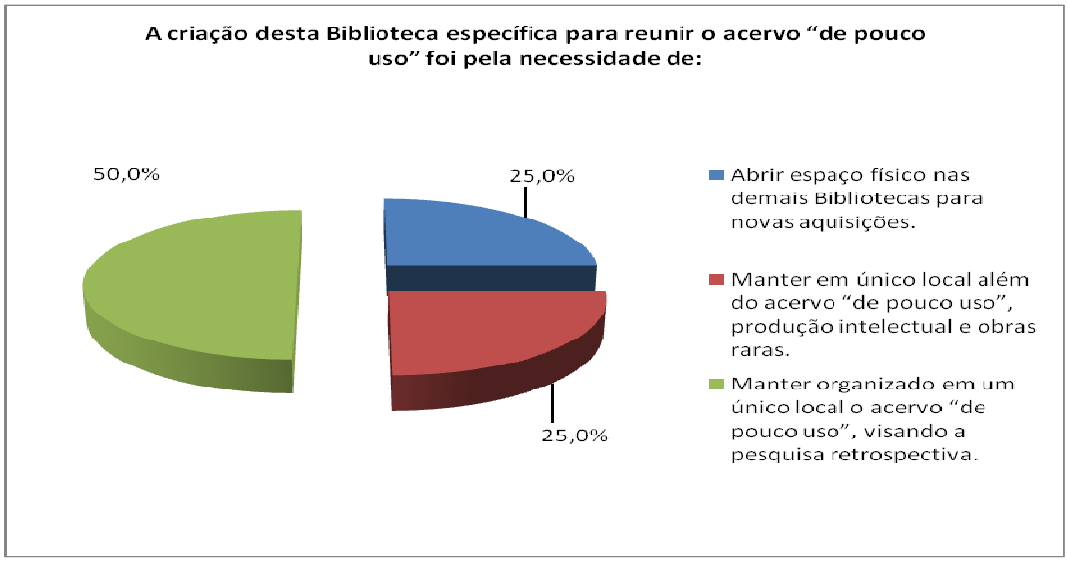


Figura 8 – Gráfico indicativo das razões da **criação** de uma biblioteca com o acervo desbastado nas bibliotecas das universidades federais brasileiras.

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras, entre os meses de maio e junho de 2010.

As razões destes 88,9% de coordenações centrais que responderam que não existe uma Biblioteca para reunir o acervo desbastado serão

representadas num universo de 100 % dentre dos itens apresentados como justificativas, conforme tabela abaixo:

Tabela 6 – Razões para a não existência de uma biblioteca para reunir o acervo “de pouco uso” (Brasil).

Alternativas	Nº Respostas	Percentual
Não terem problema de espaço físico.	2	6,3%
O acervo é das Unidades de Ensino e não pode ficar um único local.	2	6,3%
Foi cogitada a ideia, mas não levada adiante.	7	21,9%
Não foi cogitada esta ideia.	11	34,4%
Separado da biblioteca. Alguns denominam ARMAZÉM.	3	9,4%
Nossa biblioteca é nova.	3	9,4%
Aguardamos a ampliação da biblioteca.	1	3,1%
Cada biblioteca cuida de seu acervo.	1	3,1%
Não respondeu.	2	6,3%
Total	32	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras, entre os meses de maio e junho de 2010.

Dentre as razões para a não existência de uma biblioteca para reunir o acervo “de pouco uso”, sua análise apresenta: 6,3% responderam não existe por não terem problema de espaço físico nas Bibliotecas; 6,3% que o acervo está sob a guarda das unidades de ensino e não pode ser reunido em um único local; 21,9% responderam que a ideia já foi cogitada, mas nunca levada adiante pela coordenação das bibliotecas; 34,4% responderam que nunca foi cogitada esta possibilidade pela coordenação das bibliotecas; 9,4% responderam que existe um local anexo à biblioteca aberto apenas quando solicitado por algum usuário; 9,4% responderam que a instituição é nova e este acervo ainda não foi selecionado; 3,1% aguardam a ampliação do espaço físico da biblioteca; 3,1% responderam que cada biblioteca decide onde colocar o acervo que é pouco usado; 6,3% não responderam à questão.

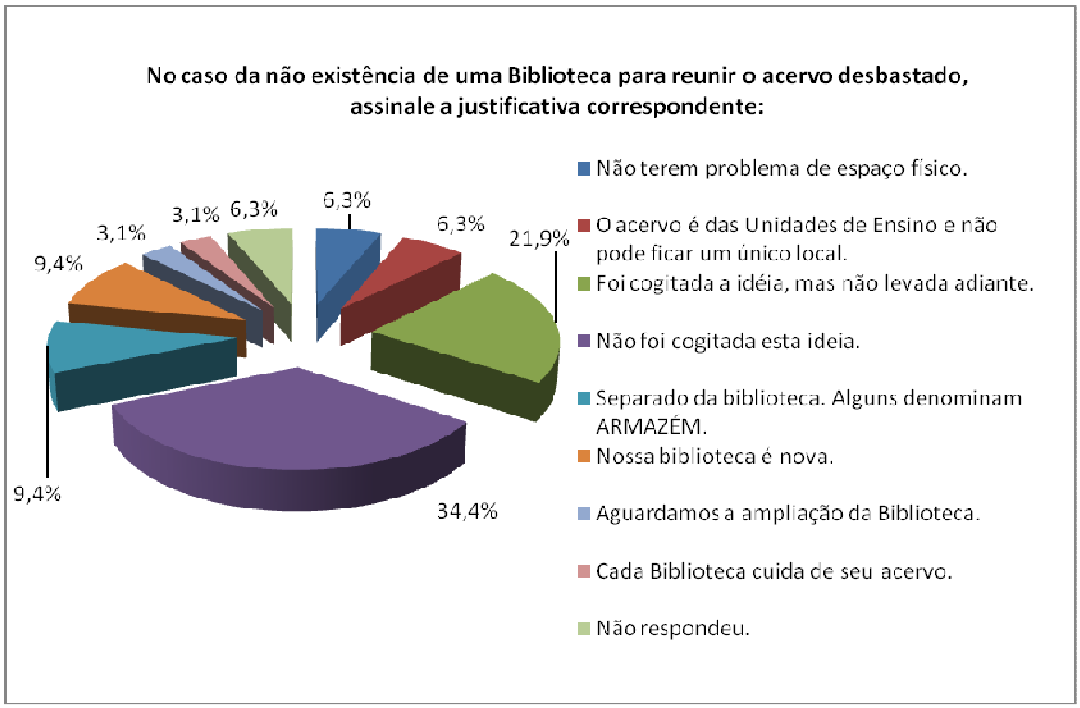


Figura 9 – Gráfico indicativo das justificativas da não existência de uma Biblioteca com o acervo desbastado nas bibliotecas das universidades federais brasileiras.

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras, entre os meses de maio e junho de 2010.

Foi apresentada uma questão aberta para comentários sobre alguma questão não contemplada, para a qual 8 coordenações apresentaram respostas significativas, descritas conforme tabela abaixo.

Tabela 7 – Comentário sobre alguma questão não contemplada anteriormente (Brasil).

Alternativas	Nº Respostas	Percentual
Vamos construir uma nova Biblioteca Comunitária e terá o ARMAZÉM COLETIVO.	1	12,50%
"Desviamos" para uma sala. A baixa é complicada. Preocupação por ter um valor histórico-cultural alto.	1	12,50%
Foi criada uma biblioteca para a guarda das teses e dissertações, como um depósito legal.	1	12,50%
Estamos em fase de criação da nova unidade do Sistema de Bibliotecas, visando a pesquisa retrospectiva.	1	12,50%
Existe um projeto em curso que poderá aumentar substancialmente o número de bibliotecas do Sistema.	1	12,50%
Temos o projeto, mas a Instituição ainda não disponibilizou espaço físico para esta nova Biblioteca.	2	25,00%
Será anexada à Política de Desenvolvimento de Coleções da Instituição.	1	12,50%
Total	8	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras, entre os meses de maio e junho de 2010.

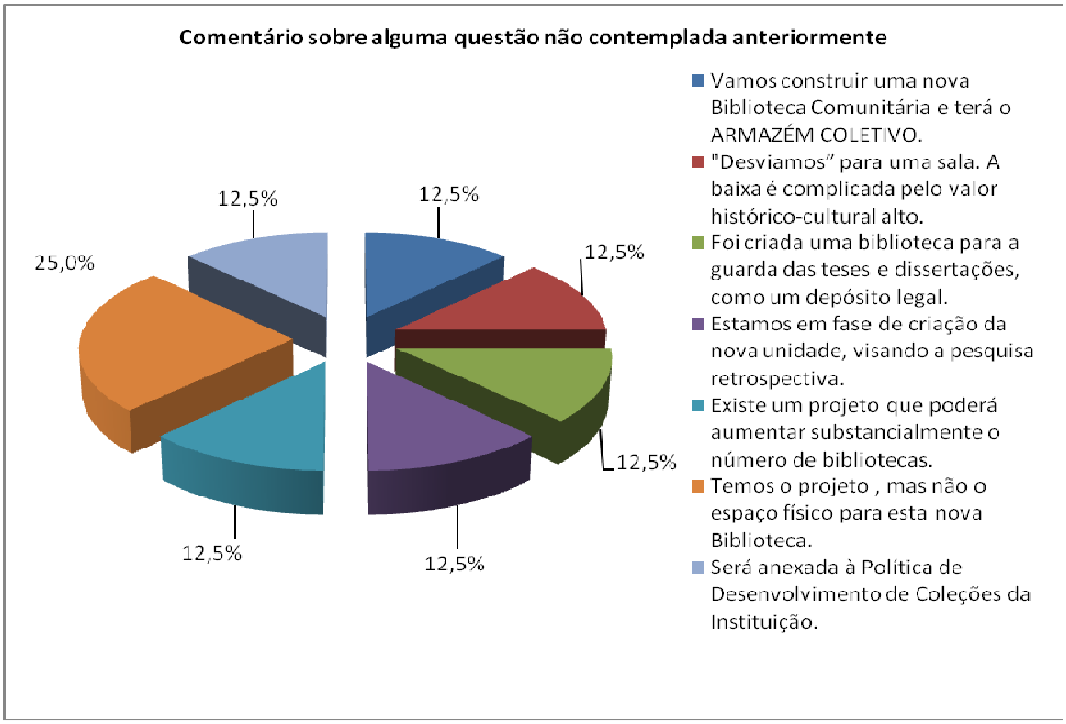


Figura 10 – Gráfico indicativo sobre questões não contempladas no instrumento de coleta de dados.

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras, entre os meses de maio e junho de 2010.

2.2 Análises e encaminhamentos possíveis na Região Sul sobre a criação da Biblioteca Retrospectiva

Os resultados obtidos na Região Sul do Brasil reproduzem uma preocupação representativa das coordenações centrais das bibliotecas. Na questão sobre a existência de uma biblioteca específica para reunir o acervo desbastado das demais bibliotecas, os dados coletados estão apresentados na tabela abaixo.

Tabela 8 - Existência ou não de uma biblioteca específica para reunir o acervo desbastado das demais bibliotecas da Instituição (Região Sul).

Alternativas	Nº Respostas	Percentual
Sim. Existe uma biblioteca.	**1**	**16,7%**
Não existe. Há uma sala anexa à biblioteca com acervo organizado (ARMAZÉM).	**1**	**16,7%**
Não existe uma biblioteca.	**4**	**66,6%**
Total	**6**	**100,0%**

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras, entre os meses de maio e junho de 2010.

No questionamento sobre a existência de uma biblioteca para organizar o acervo desbastado, 16,7 % responderam que existe e 83,3% que não existe essa biblioteca. Dos 83,3% que responderam não existir essa biblioteca, 66,6% responderam que este local não existe e 16,7% que não existe como biblioteca constituída, mas sim como um local anexo à biblioteca, aberto apenas quando solicitado por algum usuário, denominado Armazém.

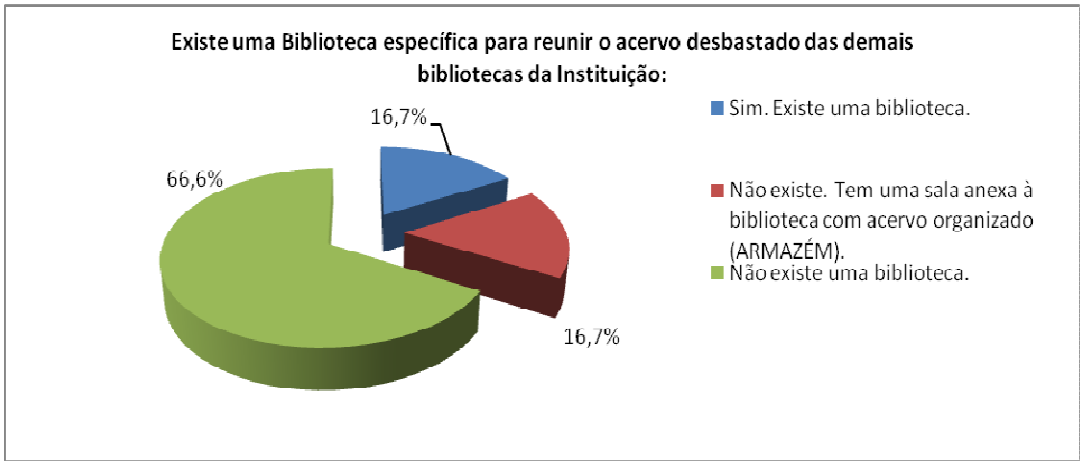


Figura 11 – Gráfico indicativo da existência de uma biblioteca específica que reúna o acervo desbastado nas bibliotecas das universidades federais da Região Sul do Brasil.

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras, entre os meses de maio e junho de 2010.

A soma das instituições cujas coordenações centrais responderam que não existe uma biblioteca para reunir o acervo desbastado chega a 83,3%, representando, na tabela abaixo, 100% das razões da não existência deste local.

Tabela 9 - No caso da não existência de uma biblioteca para reunir o acervo “de pouco uso”, a ideia foi ou não cogitada (Região Sul).

Alternativas	Nº Respostas	Percentual
Foi cogitada a ideia, mas não levada adiante.	3	60,0%
Não foi cogitada esta ideia.	2	40,0%
Total	5	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras, entre os meses de maio e junho de 2010.

Sessenta por cento responderam que esta ideia já foi cogitada, mas nunca levada adiante pela coordenação das bibliotecas e apenas 40% nunca pensaram no assunto.

Figura 12 – Gráfico indicativo das justificativas, no caso da **não existência** de uma biblioteca com o acervo desbastado nas bibliotecas das universidades federais da Região Sul do Brasil.

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras, entre os meses de maio e junho de 2010.

Dos dados analisados e apresentados acima, conclui-se que, principalmente na Região Sul do Brasil, a criação de uma biblioteca específica para reunir o acervo desbastado das demais bibliotecas da instituição, está presente nos estudos e projetos de seus gestores. O resultado obtido neste estudo, aliado às necessidades do Sistema de Bibliotecas da UFPel, com uma adequada política para o setor (Apêndice F) tornarão viável a criação da Biblioteca Retrospectiva.

3 A história das Bibliotecas da UFPel : origens e inserções

"A Biblioteca é o coração do ensino. Todo avanço educacional depende de seus recursos. Em boa parte, o grau de avanço é proporcional ao potencial de resposta da biblioteca. Não é possível um corpo de professores de boa categoria sem uma biblioteca de boa categoria"
(Autor desconhecido)

O atual Núcleo de Bibliotecas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), ligado ao Departamento de Desenvolvimento Educacional da Pró-Reitoria de Graduação, teve origem no Estatuto e Regimento Geral da UFPel (Anexo A), aprovado em 1977, publicado no DOU (Diário Oficial da União) em 22/04/1977, que criava não o Núcleo de Bibliotecas, mas sim a Biblioteca Central.

Para contar um pouco da história das Bibliotecas da UFPel é preciso falar um pouco, também, da história da universidade. Criada pelo Decreto-Lei n. 750, de 08 de agosto de 1969 (Anexo B), tem, em seu Regimento Geral, como objetivo fundamental

> [...] fomentar a educação, o ensino, a pesquisa e a formação profissional e pós-graduada, bem como o desenvolvimento científico, tecnológico, filosófico e artístico, estruturando-se de modo a manter e ampliar a sua natureza orgânica, social e comunitária (UNIVERSIDADE, 2009).

A Universidade foi criada para reunir faculdades, institutos e cursos sediados em Pelotas, entre os quais estão a Faculdade de Veterinária e a Faculdade de Agronomia (1883), a Faculdade de Odontologia (1911), a Faculdade de Direito (1912), a Escola de Belas Artes (1949), o Instituto de Sociologia e Política (1958), o Conservatório de Música de Pelotas (1958),

Faculdade de Ciências Domésticas (1960), a Faculdade de Medicina (1966) e o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (1969). Esta união ocorreu num período de iniciativas que objetivaram

> [...] otimizar a administração, orquestrar recursos e promover o surgimento de novos cursos de ensino superior no país. Assim, a estrutura acadêmica dessa Universidade gestou, já na sua criação, unidades na forma de Faculdades e Institutos que alojaram os cursos existentes e promoveram o nascimento de outros. Essas escolas e faculdades já haviam traçado as suas histórias quando da reunião que as abrigou sob uma única identidade (UNIDADES, 2009).

Muito da memória de nossa instituição existe e precisa ser recuperada. A cada nova década de seus 42 anos de existência, várias tentativas de construção dessa história foram feitas. O que a UFPel terá para contar a partir desta nova década que vem por aí, seu cinquentenário? Existe uma imensa documentação, objetos, fotografias, que compõem um riquíssimo acervo de comprovação de sua existência.

Figura 13 – Fotografia de uma das unidades fundadoras da UFPel, a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, localizada no Capão do Leão, inaugurada em 08.03.1959

Fonte: PRÉDIO da Faem completa 50 anos. **Jornal da UFPel**, v.1, n.1, p.6, abr. 2009.

Em 1969, foram criadas outras unidades acadêmicas, como: Instituto de Biologia, Instituto de Ciências Humanas, Instituto de Química e Geociências, Instituto de Física e Matemática e Instituto de Artes. Ficaram estabelecidas como

instituições agregadas à Universidade: a Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões; a Faculdade de Medicina da Instituição Pró-Ensino Superior do Sul do Estado e o Conservatório de Música de Pelotas. Houve ainda a necessidade da existência de órgãos suplementares à Reitoria – Estação Experimental de Piratini; Centro de Treinamento e Informação do Sul; Imprensa Universitária; **Biblioteca Central (BC)**; Museu e Casa para Estudante – e também de órgãos complementares – Colégio Agrícola Visconde da Graça e Colégio de Economia Doméstica Rural (UNIVERSIDADE, 2009).

Ao longo desses 42 anos decorridos desde sua criação, muitas modificações ocorreram quanto à estrutura organizacional e acadêmica, como a criação de cursos e unidades.

Figura 14 – Fotografia do Campus Porto, no antigo Frigorífico Anglo, localizado na Rua Gomes Carneiro, n.1.

Fonte: UFPel completou 41 anos em 8 de agosto. **Jornal da UFPel**, v.2, n.12, p.2, abr. 2010.

Na década inicial de sua criação, a Universidade manteve suas bibliotecas ligadas às Unidades Acadêmicas. Conforme Raphael[4], apenas a Biblioteca da Escola de Agronomia "Eliseu Maciel", localizada no Largo Adolfo Fetter, antiga Praça 7 de julho, tinha à frente uma Bibliotecária, encarregada de sua

[4] Bibliotecária Cely Farias Raphael em entrevista transcrita no Apêndice C.

estruturação, formação do acervo e organização. Esta biblioteca foi formada pelos acervos do Instituto Agronômico do Sul e da Escola de Agronomia “Eliseu Maciel”. Em 1960, foi transferida para o Capão do Leão, localizada no 2º andar do prédio da Faculdade de Agronomia “Eliseu Maciel” (FAEM), passando a chamar-se Biblioteca da FAEM. Até o ano de 1976, as bibliotecas da UFPel funcionaram ligadas às unidades que atendiam, a saber:

- Biblioteca da Faculdade de Agronomia “Eliseu Maciel”;
- Biblioteca da Faculdade de Odontologia;
- Biblioteca da Faculdade de Direito;
- Biblioteca da Faculdade de Medicina;
- Biblioteca do Conjunto Agrotécnico “Visconde da Graça”.

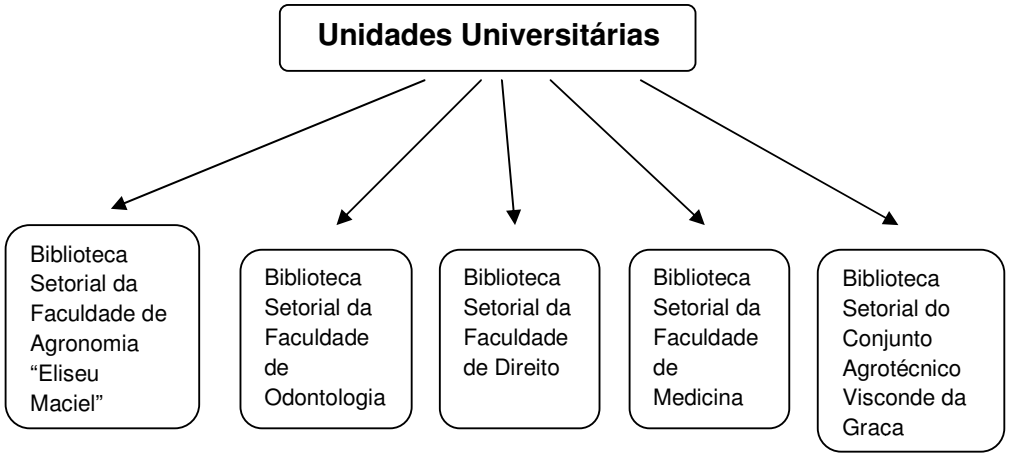


Figura 15 – Fluxograma das bibliotecas da UFPel, de 1969 a 1976.
Fonte: Autora.

Nesse mesmo ano (1976), foi criada a Biblioteca Central, com uma Diretora Bibliotecária no comando, através da Portaria 147/76, apenas no papel (Anexo C). Meses após, a Bibliotecária foi substituída, através da Portaria 238/76 (Anexo D), por um professor do Instituto de Ciências Humanas através da Portaria 239/76 (Anexo E). Conforme Oliveira[5], a biblioteca foi instalada timidamente em uma sala, no prédio do Instituto de Ciências Humanas, atual prédio do Centro de

[5] Secretária Lenita Castro de Oliveira, em entrevista transcrita no Apêndice D.

Biotecnologia da UFPel. Enquanto isso, o prédio projetado para o funcionamento da Biblioteca Central era entregue ao Centro de Tradições Gaúchas (CTG) da Universidade. A referida biblioteca ficou oficialmente consolidada pelo Estatuto e Regimento da Universidade. Foi criado também, o cargo de Fiscal da Biblioteca Central, através da Portaria 202/77 (Anexo F). Não se tem conhecimento do desempenho de tal função.

Reitor	**Ano**	**Estrutura Organizacional**	**Setor Responsável**	**Responsável pelas Bibliotecas**	**Cargo do Responsável**
Delfim Mendes Silveira (1969-1976)	1969	Reitoria, Unidades Universitárias	Unidades Universitárias	Unidades Universitárias	Diversos
	1976 (abr)	Reitoria	Biblioteca Central	Florinda Azevedo Torres	Bibliotecária
	1976 (jul)	Reitoria	Biblioteca Central	Gilberto da Costa Gigante	Professor

Figura 16 – Quadro demonstrativo da situação das bibliotecas na gestão Delfim Mendes Silveira (1969-1976).

Fonte: Autora.

Somente em fevereiro de 1978, o referido prédio foi entregue para funcionamento da Biblioteca Central. Seu projeto contempla uma parte redonda acoplada a uma parte retangular (Figura 8, p.47). De acordo com Pilownic[6], a Biblioteca Central ocupa a parte redonda, e a Biblioteca da FAEM desceu do 2º piso do prédio da Faculdade e ocupou o lado retangular (Apêndice E). Uma nova bibliotecária passou a comandá-la oficialmente, através da Portaria 91/78 (Anexo G).

[6] Bibliotecária Clarice Raphael Pilownic, em entrevista transcrita no Apêndice E.

Figura 17 – Fotografia da antiga Biblioteca Central (de 1977 a 1986), prédio projetado na segunda metade do século XX, localizado no Campus do Capão do Leão. Funciona hoje o Centro de Lazer e Atividade Física; antes, abrigou a Faculdade de Meteorologia.

Fonte: Estação Meteorológica Automática na UFPel. 1995. Disponível em: http://oseculoxx.blogspot.com/2011/11/estacao-meteorologica-automatica-na_04.html Acesso em: 22 nov. 2011.

Reitor	Ano	Estrutura Organizacional	Setor Responsável	Responsável pelas Bibliotecas	Cargo do Responsável
Ibsen Wetzel Stephan (1977-1981)	1978	Reitoria	Biblioteca Central	Nério Sacchi Junior	Bibliotecário

Figura 18 – Quadro demonstrativo da situação das bibliotecas na gestão Ibsen Wetzel Stephan (1977-1981).

Fonte: Autora.

Em meados de 1978, aconteceu a troca da direção da Biblioteca Central, através da Portaria 466/78 (Anexo H), assumindo o cargo um Bibliotecário, através da Portaria 480/78 (Anexo I). Foi criado o Sistema de Bibliotecas, órgão subordinado à Reitoria. As bibliotecas setoriais já consolidadas, ligadas às Unidades Acadêmicas, passaram a integrar o Sistema de Bibliotecas, técnica e administrativamente. Foram criadas novas bibliotecas, através de portarias: Portaria 275/78, Biblioteca Setorial de Educação Física (Anexo J), Portaria 561/78, Biblioteca Setorial de Educação (Anexo K) e Portaria 715/78, Biblioteca Setorial do Instituto de Ciências Humanas (Anexo L). A partir desse ano, o

Sistema de Bibliotecas da UFPel (SISBI/UFPel) foi composto por 9 (nove) bibliotecas:

- Biblioteca Central;
- Biblioteca Setorial da Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel";
- Biblioteca Setorial da Faculdade de Odontologia;
- Biblioteca Setorial da Faculdade de Direito;
- Biblioteca Setorial da Faculdade de Medicina;
- Biblioteca Setorial do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça;
- Biblioteca Setorial da Escola Superior de Educação Física;
- Biblioteca Setorial da Faculdade de Educação;
- Biblioteca Setorial do Instituto de Ciências Humanas.

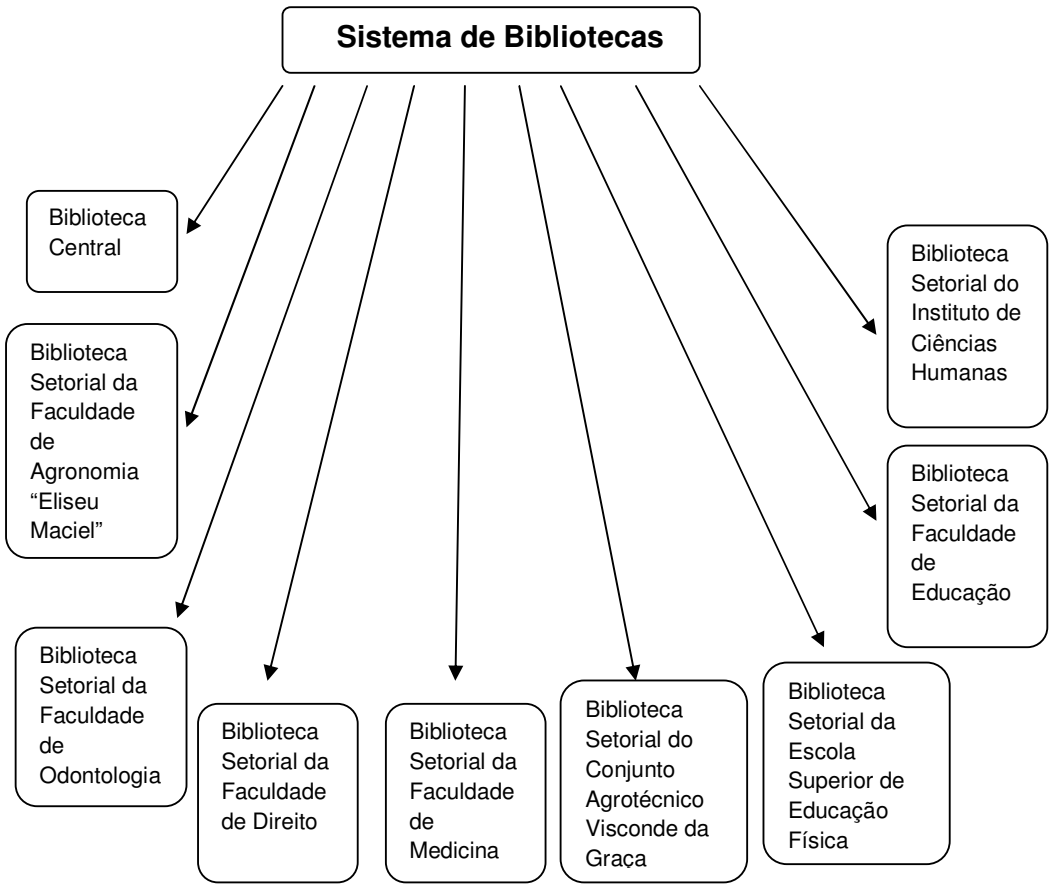


Figura 19 – Fluxograma das bibliotecas da UFPel, de 1978 a 1981.

Fonte: Autora.

Todas as bibliotecas da instituição passaram a ter um regimento único, que direcionou todos os produtos e serviços prestados pelas bibliotecas. A missão do SISBI/UFPel é promover o desenvolvimento do ensino, a pesquisa e a extensão, além das atividades administrativas, contribuindo para o processo de disseminação da informação e do conhecimento na instituição. As bibliotecas se engajaram nessas grandes e decisivas mudanças, as quais deram um grande impulso aos serviços oferecidos. Foram incorporados novos bibliotecários para comporem o quadro, através de concurso público. Iniciou-se uma nova era em prestação de serviços, novas relações com a comunidade universitária, assinaturas de convênios, como o de Sistemas de Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT e do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - BIREME.

São mais de quatro décadas, nas quais as Bibliotecas passaram por grandes modificações, tanto estruturais como de avanço do uso de tecnologias que permitiram o acesso e recuperação da informação. Para um setor que necessita de altos recursos financeiros, é difícil garantir a atualização de seus acervos e a modernização de suas atividades e serviços prestados. As bibliotecas reagem às adversidades impostas, que, muitas vezes, interferem na qualidade de seus serviços e de seus princípios profissionais. Defende-se a garantia mínima de seus serviços prestados, os quais se encontram muito aquém do que necessita e tem direito a Comunidade Universitária a que atende, o que é sempre uma tarefa muito difícil frente às políticas internas que se apresentam a cada nova Administração Superior. Sendo o coração do ensino e da pesquisa na Universidade, as bibliotecas necessitam participar da tomada de decisões, impreterivelmente, quando dizem respeito às questões de planejamento, gerenciamento, disseminação, melhoria das condições de prestação de serviços e otimização no uso de informação.

Em 1982, a universidade passou por transformações em sua estrutura organizacional, quando foi dissolvida a Biblioteca Central. Foi extinto o cargo de Diretor Bibliotecário e criado o cargo de Bibliotecário Chefe, através da Portaria 289/82 (Anexo M). Foi criado o Centro de Documentação e Informação (CDI) através da Portaria 310/82 (Anexo N), novamente comandado por um professor através da Portaria 328/82 (Anexo O). O setor passou a funcionar no prédio da

Reitoria. O CDI continuou a reger todas as bibliotecas da instituição e através da Portaria 445/82 foi criada uma estrutura distinta para o setor (Anexo P). Assumiu a Assessoria de Documentação do CDI uma Bibliotecária convidada de fora do quadro da Universidade. A Biblioteca Central e a Biblioteca da FAEM se unificaram e passaram a chamar-se Biblioteca do Campus. Sua estrutura em relação aos recursos humanos começou a ser sucateada. Diversos funcionários foram transferidos para exercerem suas atividades neste novo local no prédio da Reitoria.

Reitor	**Ano**	**Estrutura Organizacional**	**Setor Responsável**	**Responsável pelas Bibliotecas**	**Cargo do Responsável**
José Emílio Gonçalves Araújo (1982-1984)	1982	Reitoria	Centro de Documentação e Informação - CDI	Antonio Carlos Torres Vianna	Professor
	1982 (ago)	Reitoria, Centro de Documentação e Informação (CDI)	Assessoria de Documentação	Carmen Luz Rodrigues Scarsi	Bibliotecária

Figura 20 – Quadro demonstrativo da situação das bibliotecas na gestão José Emílio Gonçalves Araújo (1982-1984).

Fonte: Autora.

Ainda subordinado à Reitoria, o SISBI/UFPel passou a ser composto por oito (8) bibliotecas, entre elas:

- Biblioteca do Campus;
- Biblioteca Setorial da Faculdade de Odontologia;
- Biblioteca Setorial da Faculdade de Direito;
- Biblioteca Setorial da Faculdade de Medicina;
- Biblioteca Setorial da Faculdade de Educação;
- Biblioteca Setorial do Instituto de Ciências Humanas;
- Biblioteca Setorial da Escola Superior de Educação Física;
- Biblioteca Setorial do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça.

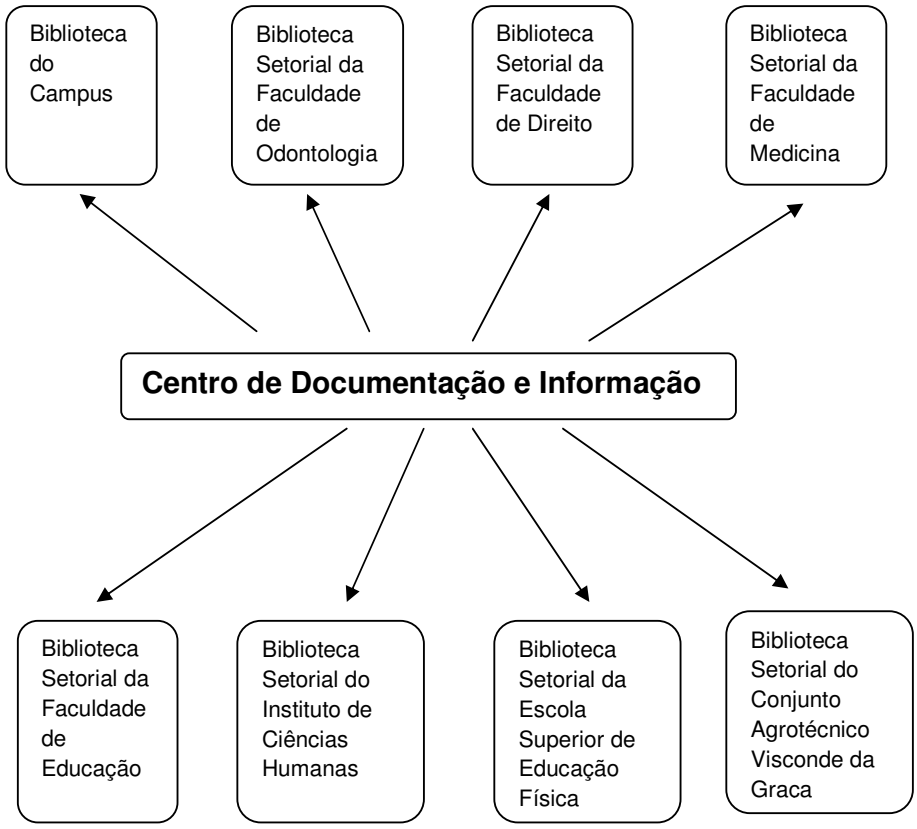


Figura 21 – Fluxograma das bibliotecas da UFPel, em 1982.

Fonte: Autora.

Em 1984, aconteceram diversas reestruturações na estrutura organizacional da UFPel. O setor responsável pelas bibliotecas passou de órgão suplementar à Reitoria para o Escritório de Desenvolvimento Acadêmico, ligado à Pró-Reitoria de Graduação e Assistência. Dois anos depois, aconteceu novamente a troca de nomenclatura, para Departamento de Desenvolvimento Educacional.

Reitor	Ano	Estrutura Organizacional	Setor Responsável	Responsável pelas Bibliotecas	Cargo do Responsável
Ruy Brasil Barbedo Antunes (1984-1988)	1984	Pró-Reitoria de Graduação e Assistência(PRGA) -Escritório de Desenvolvimento Acadêmico	Coordenadoria de Bibliotecas	Maria Helena Miguelles	Bibliotecária
	1986 (maio)	PRGA-Depto. de Desenvolvimento Educacional(DDE)	Divisão de Bibliotecas	Maria Helena Miguelles	Bibliotecária

Figura 22 – Quadro demonstrativo da situação das bibliotecas na gestão Ruy Brasil Barbedo Antunes (1984-1988).

Fonte: Autora.

Em 1986, a Biblioteca do Campus, não suportando a defasagem em seu quadro de pessoal (um funcionário administrativo e seis bibliotecários), ao contrário do que se esperava (ampliação de seu quadro de pessoal), aconteceu uma reunião na reitoria, na qual foi decidido, de cima para baixo, sem possibilidades de argumentação, o desmembramento da Biblioteca do Campus do Capão do Leão em 11 bibliotecas setoriais. Seu funcionamento se deu em pequenas salas de aula, adaptadas para funcionar como bibliotecas não correspondem ao desejado. Elas não passaram de salas de leitura. Os bibliotecários foram obrigados, em sua maioria, a atender duas destas salas em turnos diferentes. A decisão imposta não levou em consideração que o problema estava instalado na falta de recursos humanos e que a grande necessidade do momento era reforçar o quadro de funcionários da Biblioteca do Campus e não dissolvê-la. Todos os problemas se agravaram, pois os diretores das unidades envolvidas não cumpriram o acordo, de destinar novos funcionários em tempo integral para atuarem nestes novos locais. O Sistema de Bibliotecas caiu dois degraus na linha da estrutura organizacional e passou de órgão suplementar

ligado à Reitoria a uma Divisão de Bibliotecas, ligada a um Departamento que, por sua vez, é ligado à Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis, através da Portaria 325/86 (Anexo Q). Em 1987, o curso de Engenharia Agrícola saiu do prédio da FAEM e foi criada mais uma biblioteca.

O SISBI/UFPel passou a ser composto por dezenove (19) Bibliotecas, a saber:

- Biblioteca de Agronomia;
- Biblioteca de Engenharia Agrícola;
- Biblioteca de Veterinária;
- Biblioteca de Química e Geociências;
- Biblioteca de Nutrição;
- Biblioteca de Física e Matemática;
- Biblioteca de Ciências Domésticas;
- Biblioteca de Biologia;
- Biblioteca de Meteorologia;
- Biblioteca de Sociologia e Política;
- Biblioteca de Arquitetura;
- Biblioteca de Medicina;
- Biblioteca de Odontologia;
- Biblioteca de Direito;
- Biblioteca de Educação Física;
- Biblioteca de Educação;
- Biblioteca de Letras e Artes;
- Biblioteca de Ciências Humanas;
- Biblioteca do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG).

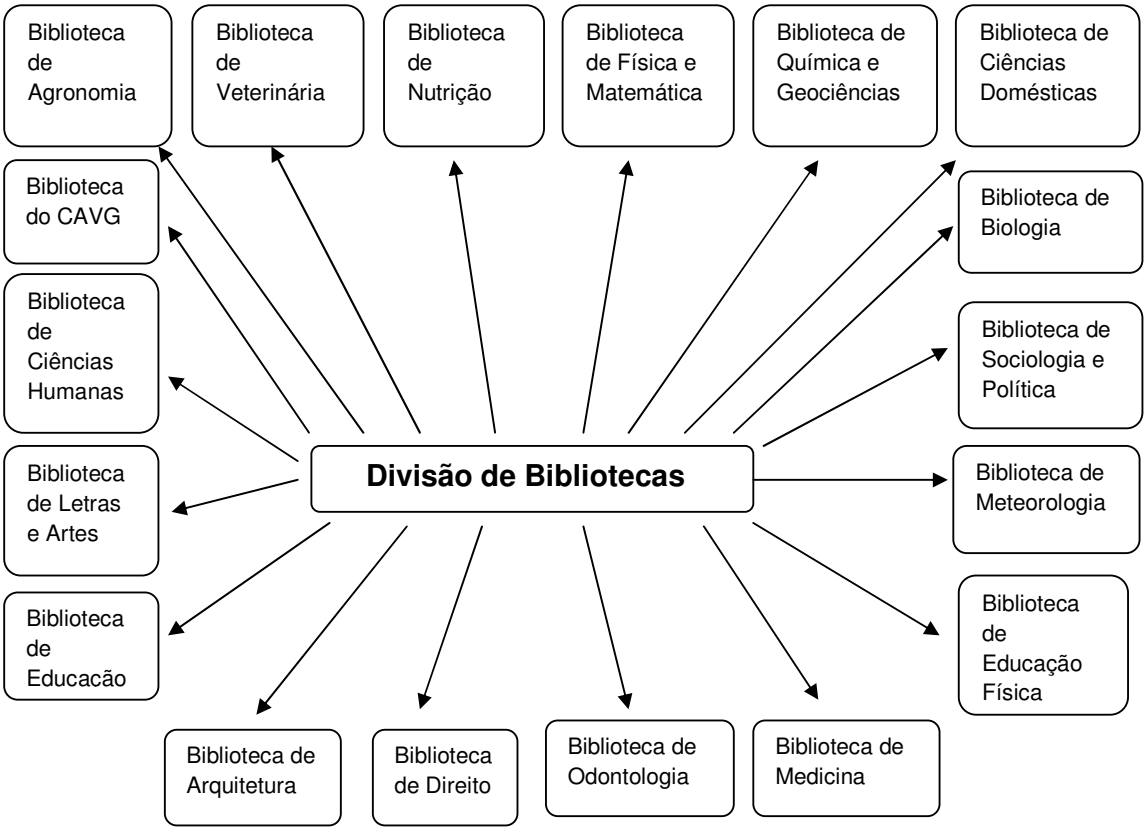


Figura 23 – Fluxograma das bibliotecas da UFPel, de 1986 a 1988.
Fonte: Autora.

Em 1989, após passarem por grandes problemas para oferecer serviços de qualidade, as bibliotecas tiveram a oportunidade, ao assumir um novo Reitor, de ver implantado um novo projeto apresentado à administração. Esse projeto teve como principais objetivos reunir novamente os acervos das pequenas salas de leitura e de implantar a informatização, através da criação do catálogo coletivo das bibliotecas e acesso a base de dados para pesquisa bibliográfica.

Em 1990, foi concretizado o projeto de implantação do SAB (Sistema Automatizado de Bibliotecas), desenvolvido pela FURG (Fundação Universidade do Rio Grande) em parceria com a IBM e a FGV (Fundação Getúlio Vargas). Naquela época, a falta de interligação do Campus do Capão do Leão e da cidade de Pelotas através da comunicação por fibra ótica inviabilizou a concretização da ideia: uma rede para o SISBI/UFPel.

Reitor	Ano	Estrutura Organizacional	Setor Responsável	Responsável pelas Bibliotecas	Cargo do Responsável
Amílcar Goyhenex Gigante (1989-1993)	1989 (set)	PR G-DDE	Divisão de Bibliotecas	Maria Helena Miguelles	Bibliotecária
	1989 (out)	PR G-DDE	Divisão de Bibliotecas	Carmen Lúcia Lobo Giusti	Bibliotecária

Figura 24 – Quadro demonstrativo da situação das bibliotecas na gestão Amílcar Goyhenex Gigante (1989-1993).

Fonte: Autora.

O Sistema de Bibliotecas, em 1991, iniciou uma nova etapa, de reunir novamente os acervos decorrentes da nova reestruturação aprovada pela Reitoria. Das onze (11) bibliotecas localizadas no Campus do Capão do Leão, cinco (5) foram reunidas em uma nova, que passou a chamar-se Biblioteca de Ciência & Tecnologia, reunindo os acervos de: Biologia, Ciências Domésticas, Física e Matemática. Em 1992, acontece a reunião dos acervos dos Cursos Nutrição e Meteorologia. Foi apresentado o projeto de reunião de mais cinco no Capão do Leão, para formar a Biblioteca de Ciências Agrárias no prédio da FAEM, na famosa sala de aula Maracanã, especial para a realização das provas da Agronomia, por ser um curso com ingresso de 100 alunos por turma. Este projeto ficou em estudo, pois diversos professores foram contra a disponibilização da referida sala para uso da biblioteca. Duas bibliotecas foram transferidas para a cidade de Pelotas, junto com as oito que já existiam, totalizando dez bibliotecas na cidade, além de cinco no Campus do Capão do Leão. O SISBI/UFPel passou, finalmente, a diminuir o número de suas bibliotecas para quinze (15):

- **Biblioteca de Ciência & Tecnologia**
- **Biblioteca de Agronomia;**
- **Biblioteca de Veterinária;**
- **Biblioteca de Engenharia Agrícola;**
- **Biblioteca de Química e Geociências;**
- **Biblioteca de Sociologia e Política;**
- **Biblioteca de Arquitetura;**

- **Biblioteca de Medicina;**
- **Biblioteca de Odontologia;**
- **Biblioteca de Direito;**
- **Biblioteca de Educação Física;**
- **Biblioteca de Ciências Humanas;**
- **Biblioteca de Educação;**
- **Biblioteca de Letras e Artes;**
- **Biblioteca do Conjunto Agrotécnico "Visconde da Graça".**

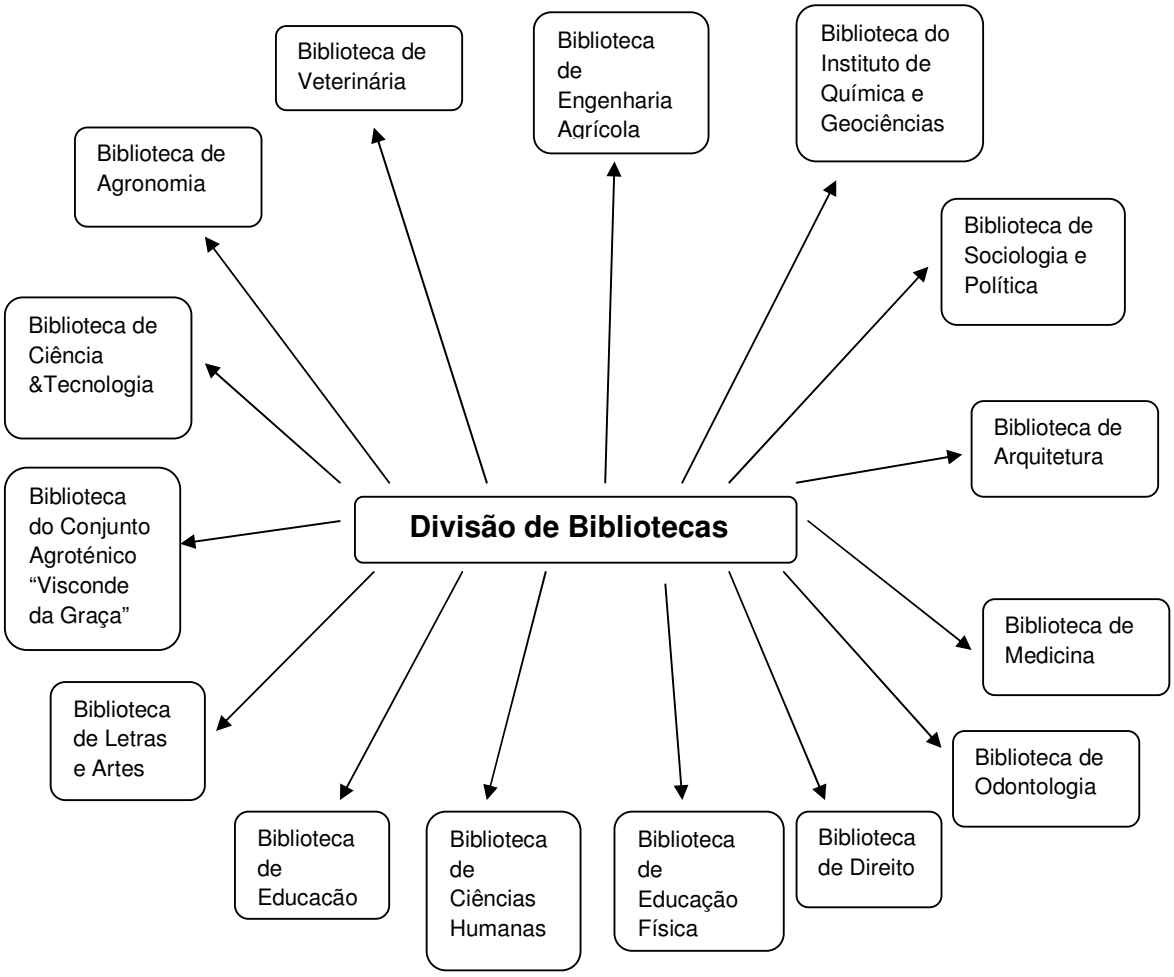


Figura 25 – Fluxograma das bibliotecas da UFPel, de 1989 a 1992.

Fonte: Autora.

Reitor	Ano	Estrutura Organizacional	Setor Responsável	Responsável pelas Bibliotecas	Cargo do Responsável
Antonio Cesar Gonçalves Borges (1993-1997)	1993 (fev)	PR G-DDE	Divisão de Bibliotecas	Carmen Lúcia Lobo Giusti	Bibliotecária
	1993 (mar)	PR G-DDE	Divisão de Bibliotecas	Suzana Celina B. Medeiros	Bibliotecária

Figura 26 – Quadro demonstrativo da situação das bibliotecas na gestão Antonio Cesar Gonçalves Borges (1993-1997).

Fonte: Autora.

Em 1994, foram reunidas, na sala Maracanã da FAEM, mais cinco bibliotecas, formando a Biblioteca de Ciências Agrárias. Este espaço já se encontra extrapolado e seu depósito possui acervos que aguardam, até hoje, uma seleção, organização, para que muitos deles voltem a ter livre acesso.

Figura 27 – Fotografia do depósito de livros retirados das estantes ativas da Biblioteca de Ciências Agrárias (BCA), localizada no Campus do Capão do Leão.

Fonte: Foto da Bibliotecária Marlene Cravo Castillo.

No Campus do Capão do Leão passaram a existir apenas duas bibliotecas. O SISBI/UFPel ficou composto por doze (12) bibliotecas:

- **Biblioteca de Ciência & Tecnologia**
- **Biblioteca de Ciências Agrárias;**
- **Biblioteca de Sociologia e Política;**
- **Biblioteca de Arquitetura;**
- **Biblioteca de Medicina;**
- **Biblioteca de Odontologia;**
- **Biblioteca de Direito;**
- **Biblioteca de Educação Física;**
- **Biblioteca de Ciências Humanas;**
- **Biblioteca de Educação;**
- **Biblioteca de Letras e Artes;**
- **Biblioteca do Conjunto Agrotécnico "Visconde da Graça".**

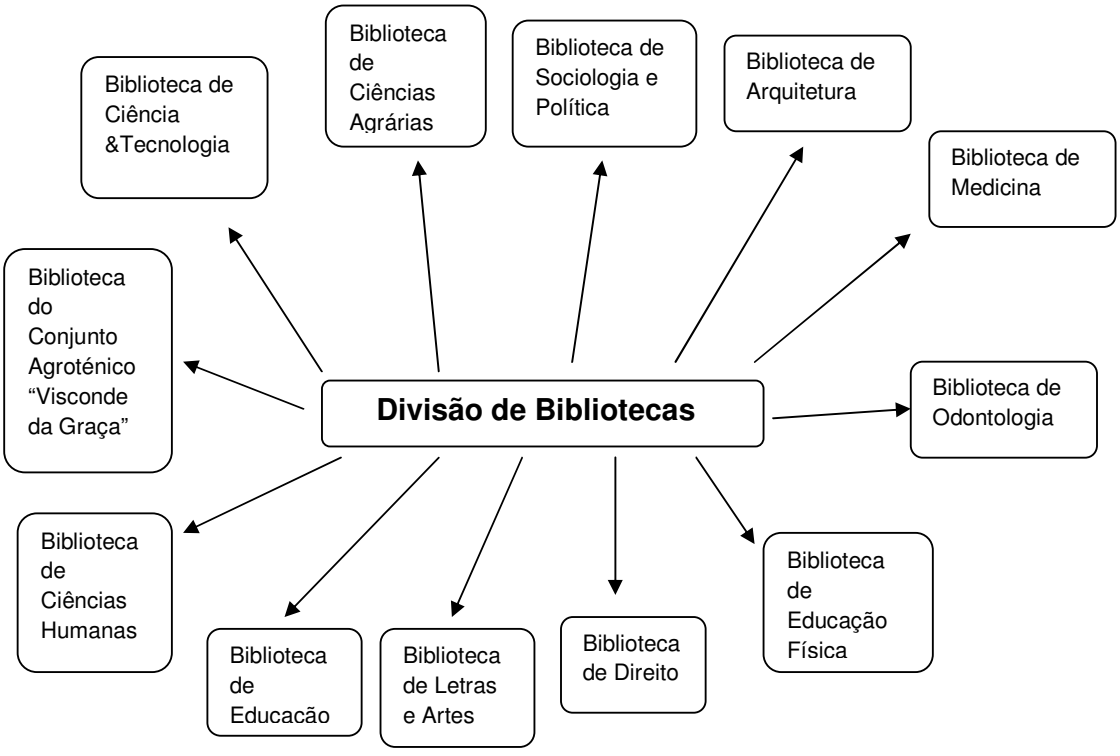


Figura 28 – Fluxograma das bibliotecas da UFPel, de 1994 a 1999.

Fonte: Autora.

A partir de 1998, teve início um novo momento para as bibliotecas da UFPel. O projeto de união de diversas Unidades Acadêmicas no novo Campus das Ciências Sociais permitiu que as bibliotecas iniciassem um novo processo de melhorias.

Reitor	Ano	Estrutura Organizacional	Setor Responsável	Responsável pelas Bibliotecas	Cargo do Responsável
Inguelore Scheuneman n de Souza (1997-2004)	1997	PR G-DDE	Divisão de Bibliotecas	Suzana Celina B. Medeiros	Bibliotecária
	2002	PR G-DDE	Divisão de Bibliotecas	Cláudia Denise Dias Zibetti	Bibliotecária

Figura 29 – Quadro demonstrativo da situação das bibliotecas na gestão Inguelore Sheunemann de Souza (1997-2004).

Fonte: Autora.

No ano de 2000 foi inaugurada uma nova biblioteca, na cidade de Pelotas, formada da reunião dos acervos das Bibliotecas de Educação, Sociologia e Política, Arquitetura, Letras e Artes e Ciências Humanas, denominada Biblioteca de Ciências Sociais. Este novo espaço físico, passados 10 anos, ou seja, em 2010 já havia atingido a sua totalidade de utilização e comprometido em sua carga máximo de peso para o segundo piso onde se localiza no referido Campus.

Figura 30 – Fotografia da Biblioteca de Ciências Sociais (BCS): as estantes não dispõem de espaços vazios (1/3 da prateleira) para melhor visualização, acomodação e recuperação de seus acervos.

Fonte: Foto da Bibliotecária Fernanda Borges.

Parte de seu acervo, já retirado das estantes da coleção ativa por serem pouco usados e/ou por falta de espaço físico para as novas aquisições, se encontra acondicionado em caixas, aguardando uma solução.

Figura 31 – Fotografia do depósito de livros desbastados da Biblioteca de Ciências Sociais (BCS), aguardando organização em novo local.

Fonte: Foto da Bibliotecária Aydê Andrade de Oliveira.

Quando o SISBI/UFPel reduziu consideravelmente o número de bibliotecas, passou para oito (8):

- Biblioteca de Ciência e Tecnologia;
- Biblioteca de Ciências Agrárias;
- Biblioteca de Ciências Sociais;
- Biblioteca de Medicina;
- Biblioteca de Odontologia;
- Biblioteca do Direito;
- Biblioteca de Educação Física;
- Biblioteca Agrotécnica.

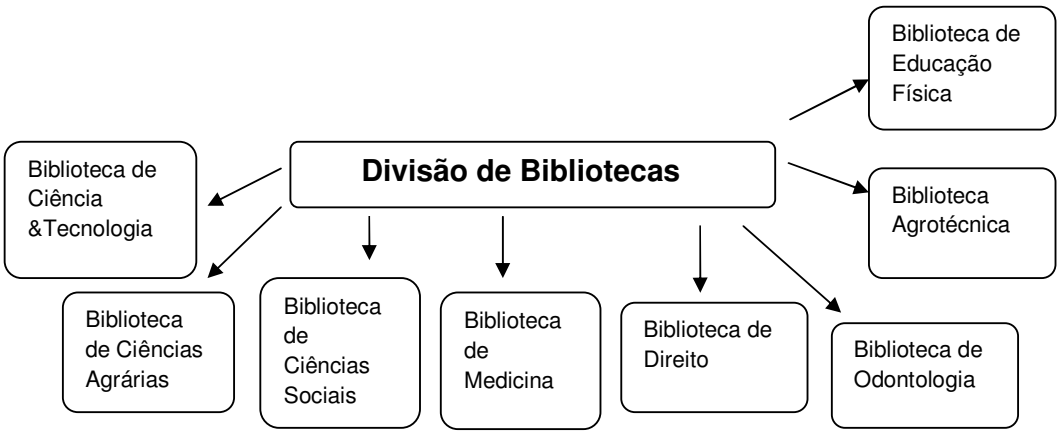


Figura 32 – Fluxograma das bibliotecas da UFPel, de 2000 a 2009.

Fonte: Autora.

Em 2002, teve início um novo projeto para informatização das bibliotecas. O BibNET (**Bib**liotecas da UFPel na Inter**net**) começou a tomar forma a partir de 2003, com os estudos do formato da entrada de dados (MARC21). Alguns módulos foram lançados em 2005 como: cadastro do acervo, disponibilizado aos bibliotecários e consulta ao acervo, à comunidade universitária.

No ano de 2007, novamente acervos foram transportados de um lado para outro, no aguardo de uma solução que preservasse a memória bibliográfica na UFPel, com acervos avaliados como de importância ao patrimônio institucional. Cerca de 1.000 títulos de livros e outros materiais acondicionados na antiga Consulati receberam ordem de despejo, devido às péssimas condições do prédio. Foram transferidos para o antigo ILA, atual prédio do Programa de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural situado na rua Mal. Floriano, nº 177 esquina com a rua Barão de Santa Tecla.

Com a preocupação de preservar este acervo, uma equipe de bibliotecários foi destacada para dar tratamento e organizá-lo.

Devido à necessidade de utilizar as referidas salas de aula para dar início às aulas teóricas, o referido curso solicitou providências ao Núcleo de Bibliotecas. O acervo foi transferido para o prédio dos inservíveis da UFPel, localizado à Rua Barroso, na esquina com a Rua Tiradentes, sob a guarda da Divisão de Patrimônio. Sem aviso prévio, foram doados pelo pessoal encarregado pelo setor.

Em 2008, o projeto de informatização das bibliotecas não recebeu por parte da Administração Central e do Centro de Informática da UFPel a devida importância e prioridades necessárias. Em 2009, foi tomada a decisão de abandonar o projeto de desenvolvimento, na instituição, do *software* para gerenciamento das bibliotecas e um novo estudo se iniciou para a compra de um *software* pronto. Foi extinta a Divisão de Bibliotecas que passou a chamar-se Núcleo de Bibliotecas através da Portaria 522/2009 (Anexo R).

Reitor	**Ano**	**Estrutura Organizacional**	**Setor Responsável**	**Responsável pelas Bibliotecas**	**Cargo do Responsável**
Antonio Cesar Gonçalves Borges (2005-atual)	2007 (jan.)	PR G-DDE	Divisão de Bibliotecas	Cláudia Denise Dias Zibetti	Bibliotecária
	2007 (fev.)	PR G-DDE	Divisão de Bibliotecas	Elionara Giovana Rech	Bibliotecária
	2010	PR G-DDE	Núcleo de Bibliotecas	Elionara Giovana Rech	Bibliotecária

Figura 33 – Quadro demonstrativo da situação das bibliotecas na gestão Antonio Cesar Gonçalves Borges (2005-atual).

Fonte: Autora.

Em 2010, a Biblioteca do CAVG passou para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul) e uma nova biblioteca foi agregada ao Sistema de Bibliotecas, com a criação do Campus Porto, a qual teve sua denominação agregada ao novo Campus. A atual composição do SISBI tem o Núcleo de Bibliotecas, como coordenador de todas as bibliotecas e dois (2) setores com chefia estabelecida: Secretaria Administrativa e Setor de Aquisição. Possui oito bibliotecas agregadas, sendo que a sua maioria funciona junto às unidades acadêmicas. Suas bibliotecas não são oficializadas na estrutura organizacional da Universidade. São atendidas por bibliotecários que respondem pela chefia sem remuneração adicional. Estes profissionais são responsáveis por todo funcionamento do setor, procedendo às tarefas de secretaria, organização, controle e informatização dos acervos, disseminação da informação, treinamentos

de produtos e serviços oferecidos. O Núcleo de Bibliotecas é o setor responsável por todas as atividades propostas para o Sistema de Bibliotecas, respondendo centralização administrativa e técnica de suas oito bibliotecas. O SISBI/UFPel mantém sua formação, ou seja, oito (8) bibliotecas:

- Biblioteca de Ciência e Tecnologia;
- Biblioteca de Ciências Agrárias;
- Biblioteca de Ciências Sociais;
- Biblioteca de Medicina;
- Biblioteca de Odontologia;
- Biblioteca do Direito;
- Biblioteca de Educação Física;
- Biblioteca do Campus Porto.

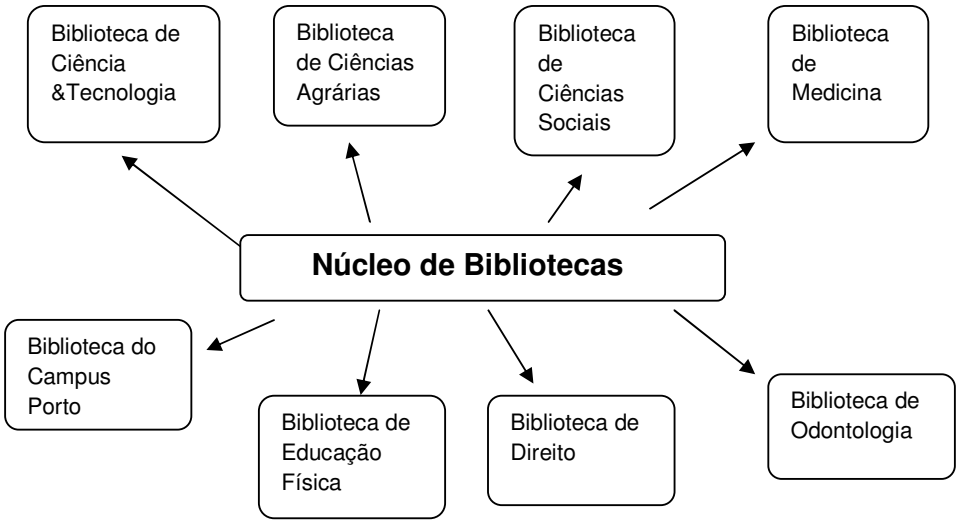


Figura 34 – Fluxograma das bibliotecas da UFPel, a partir de 2010 até o momento.
Fonte: Autora.

Em sua trajetória, foram constantes as mudanças físicas ocorridas em sua posição dentro da estrutura organizacional da instituição. Algumas bibliotecas não passam de locais adaptados para o funcionamento de uma Unidade de Informação. É grande o desgaste físico dos livros e demais materiais que compõem seus acervos, seja pelo manuseio ou pelo transporte. Intempéries e

acidentes também contribuíram para o desaparecimento de títulos de alta relevância para pesquisas históricas.

Atualmente, o Sistema de Bibliotecas possui um acervo médio de 90.000 títulos, totalizando 140.000 exemplares cadastrados em sua Base de Dados. Em abril de 2011, foi efetivada a compra do *software* para gerenciamento das bibliotecas e tiveram início os treinamentos necessários. Em 8 de agosto deste mesmo ano, as bibliotecas da UFPel finalmente tiveram a informatização concretizada, com a implantação do *software* Pergamum. O acervo desbastado da coleção ativa das bibliotecas conta hoje com uma média de 20.000 títulos, estocados em diversos depósitos ou até mesmo em caixas, sem organização e sem a preocupação com ventilação e higienização (ver Figuras 18 e 22). Não há uma Biblioteca Central. A Coordenação Central das Bibliotecas, Núcleo de Bibliotecas (NB), se localiza fisicamente, anexa à Biblioteca do Campus Porto (BCP) e não possui acervo próprio. Por esta razão, não tem disponível um local apropriado para armazenar o acervo em estudo, que deve ser retirado periodicamente das estantes das bibliotecas que atendem os diversos cursos de graduação e programas de pós-graduação da UFPel.

Nos últimos dois anos (2010 e 2011), aconteceram duas alterações nos espaços físicos das bibliotecas: foi criada a Biblioteca do Campus Porto e a Biblioteca de Medicina teve um novo espaço físico inaugurado. Esses dois novos locais contam com uma área física de excelente qualidade, espaço para estudos em salas individuais, *layout* moderno que traz prazer em realizar leitura e estudos aos seus usuários, miniauditório para palestras e aulas expositivas, ambiente climatizado. Um ponto a destacar é que, devido aos recursos financeiros limitados, os móveis adquiridos que seriam para atender apenas uma das bibliotecas, tiveram que ser divididos entre as duas novas bibliotecas. Já temos lá instalado, novamente, o descaso. Livros adquiridos recentemente encontram-se guardados, esperando a aquisição de mais estantes para serem disponibilizados à comunidade.

As demais bibliotecas continuam com seus espaços físicos extrapolados. Estantes que deveriam abrigar apenas 2/3 de sua prateleira para acomodar o acervo estão com sua totalidade preenchida, dificultando o manuseio dos livros, periódicos e demais materiais.

A Biblioteca é um setor de alto custo institucional, frente às necessidades de dispor de novos suportes e tecnologias, visando o acesso à informação. Há ainda as exigências da avaliação dos cursos e programas feitas pelo MEC, em que são cobradas as necessidades básicas e complementares das diversas disciplinas que compõem esses cursos e programas. Com base nas prioridades estabelecidas na época, o Sistema de Bibliotecas chegou a atingir, no século XX, início da década de 90, um montante de recursos na casa dos 4,1% de seu orçamento (OCC) (UNIVERSIDADE, 1993).

Atualmente, frente aos novos paradigmas da Ciência da Informação,

> o principal foco de trabalho da biblioteca é a informação, sua organização, conservação, precisão, abrangência, facilidades de acesso e de uso, trabalho otimizado pelo advento da biblioteca digital, produto dos avanços da informática e das telecomunicações associadas às tradicionais técnicas de tratamento da informação utilizadas nas bibliotecas (KESSLER, 1996).

Miranda (1978) já nos direcionava sobre a importância da biblioteca universitária como fenômeno social. Um profissional da informação deve, antes da abordagem técnica e visão política administrativa, ter habilidade para dialogar com o poder decisório da administração superior.

Baseado na contextualização apresentada, neste século XXI, a Universidade Federal de Pelotas apresenta dados do ano de 2008, conforme dados de seu relatório de gestão, através dos quais se percebe a falta de preocupação com maiores investimentos para o setor. Estava previsto para a qualificação física e estrutural do Sistema de Bibliotecas, publicado no DOU, Port. n. 747, em 03/11/2008, o valor total de R$ 539.363,06, sendo apenas recebido ou transferido no exercício, o montante de R$ 17.196,38, representando 3% dos recursos a serem destinados inicialmente (UNIVERSIDADE, 2009). Esses dados comprovam a insuficiência de recursos e a desfavorável condição em que se apresenta o Sistema de Bibliotecas da UFPel, considerando que, na grande maioria das universidades federais brasileiras, é um importante setor, o coração pulsante da instituição, onde a comunidade universitária busca suprir suas necessidades de informação, para atingir sua formação profissional e de pós-graduação plenamente e com qualidade.

Com a implantação do Programa REUNI pelo Governo Federal foi oportunizada uma mudança geral na infraestrutura de suas instituições. Seu planejamento chegou ao Sistema de Bibliotecas da UFPel, novamente, sem uma efetiva consulta aos profissionais da área, visto que o planejamento, por exemplo, do Campus Porto não priorizou a formação de um Campus para uma área específica do conhecimento. Temos lá novamente um aglomerado de cursos de diversas áreas e sua biblioteca com a necessidade de formar coleções gerais, com a duplicação de títulos que atendem também outras bibliotecas existentes na UFPel, dificultando o fortalecimento de seus acervos.

A biblioteca universitária encontra-se numa total reestruturação. Agora, ela incorpora as ferramentas da chamada *internet 2.0*, caminhando para a "biblioteca 2.0". Para Martell (2000 apud Cunha (2010), "a construção de novas bibliotecas irá diminuir e, dentro de 25 anos, o símbolo físico da biblioteca não será mais viável como uma representação de funcionalidade".

Neste período de grandes alterações estruturais, tanto organizacionais como físicas, é possível que acervos sejam deslocados sem um planejamento prévio e efetivo?

Considerações Finais

" [...] a conversão eletrônica de todos os textos, [...] não deve [...] significar a relegação, o esquecimento ou [...] a destruição dos manuscritos ou dos impressos que antes lhes haviam servido de suporte. Uma das tarefas essenciais das bibliotecas é coletar, proteger, recensear e tornar acessíveis os objetos escritos do passado".
(CHARTIER, 2002, p.119-120)

A partir do problema exposto, associado à urgência de estudos sobre o tema apresentado, faz-se necessária uma solução que não onere demais as instituições, como a permanente ampliação física de suas bibliotecas. Este estudo teve como objetivo principal demonstrar a necessidade de criação de um novo espaço na Universidade Federal de Pelotas, "lugar de memória" para armazenar os acervos pouco utilizados nas bibliotecas de coleções ativas, que ocupam espaços preciosos destinados às novas necessidades de informação deste século e às novas aquisições, de acordo com as bibliografias dos diversos cursos de graduação e pós-graduação. Estes acervos incluem os materiais bibliográficos retirados das estantes das diversas bibliotecas da UFPel, como também a produção intelectual da instituição anterior a 10 anos e as obras raras, e devem ser armazenados em local destinado a sua preservação e cuidados de conservação.

A proposta é a de criação da **Biblioteca Retrospectiva,** com uma política adequada ao setor sugerida no Apêndice F e que atenda as necessidades dos usuários, tornando os espaços físicos das diversas bibliotecas adequados para receber novos acervos. Seu principal foco será a pesquisa retrospectiva, sem distanciá-la das modernas ferramentas de busca da informação, possibilitando que pesquisadores e futuras gerações, de um lado, disponibilizem de informações

históricas e retrospectivas e de outro, conviva com o avanço tecnológico e o acesso a informações virtuais do mundo inteiro.

As bibliotecas são o retrato de sua instituição. Na Universidade Federal de Pelotas, a falta de uma política de gestão quanto ao seu planejamento físico reflete na estrutura de suas bibliotecas. O ideal seria a existência de bibliotecas por área do conhecimento, para que o desenvolvimento e o fortalecimento de seus acervos não permitissem a duplicidade de títulos, o que gera o desperdício de recursos financeiros, pois precisam ser adquiridos títulos iguais para diversas bibliotecas. É de extrema urgência a retirada de acervos não utilizados frequentemente, transferindo-os para novos espaços que, além de armazenar publicações retrospectivas, deverão também disponibilizar de tecnologias para o acesso à informação digital e virtual de bases de dados, em um centro de informação com excelência na disseminação da informação. Nas diversas áreas do conhecimento existem particularidades que devem ser levadas em consideração, principalmente nas ciências humanas e sociais aplicadas, em que há a tendência de os acervos serem utilizados por longo período, pois tratam de clássicos – o que não acontece, por exemplo, na área da saúde, que se atualiza rapidamente.

Foi realizada uma pesquisa junto às coordenações centrais das bibliotecas das universidades federais brasileiras. Os resultados obtidos com esta pesquisa revelaram que em 88,9% do universo pesquisado não existe um local próprio para armazenar, organizadamente, o acervo desbastado da coleção ativa das bibliotecas. Este material, armazenado de forma inadequada, em depósitos abarrotados, não deve ser descartado definitivamente, pois seu conteúdo possui valor sócio-histórico-cultural para a instituição. Entre as coordenações centrais das universidades localizadas na Região Sul do país, sua grande maioria, 83,3%, respondeu que não existe essa biblioteca específica. Deste universo, 60% delas já cogitaram a ideia de criação dessa biblioteca. O resultado obtido nessa região do país demonstra sua tradição e a preocupação de suas coordenações em manter este acervo organizado e disponível, visando às futuras pesquisas retrospectivas.

Com base nos resultados apresentados, existe a necessidade de criação deste novo local, sugerido como Biblioteca Retrospectiva, aberta à comunidade

universitária, para receber os acervos retrospectivos desbastados das demais bibliotecas da instituição. Essa nova biblioteca deverá ter como principal característica a organização do acervo selecionado pelo processo de desbastamento, abrindo espaços para as novas aquisições. Deve ser projetada com perspectivas de um crescimento permanente, pois receberá, periodicamente, esses acervos.

As bibliotecas de coleções ativas da UFPel estão com seus espaços físicos extrapolados, o que vem gerando a necessidade constante de novos planejamentos para ampliação destes locais, projetos impossibilitados devido a dificuldade de novos recursos financeiros.

Com a valorização desse acervo a comunidade universitária poderá disponibilizar de um novo espaço para suas pesquisas. As comissões de bibliotecas terão uma maior participação, colaborando ativamente no planejamento, avaliação e decisões de seleção dos materiais das bibliotecas. A estruturação deste local possibilitará, também, uma maior integração entre as diversas unidades acadêmicas. Esta participação se tornará um valioso instrumento de articulação com os principais segmentos da Universidade. Como resultado, objetiva-se uma nova dinâmica no tratamento do acervo retrospectivo.

A concretização dessa ideia terá particularidades, pois além de armazenar o acervo retirado dessas bibliotecas, permitirá que os espaços das bibliotecas que atendem as diversas unidades acadêmicas estejam mais próximos do adequado, pois a retirada dos materiais “de pouco uso” para esse novo ambiente permitiria uma melhor adequação às novas tendências e necessidades de informação para o século XXI.

Referências

ALMEIDA, Orlando de. A biblioteca depositária no Brasil**:** idéias e reflexões. **Ciência da Informação,** Brasília, v.18, n.1, p.15-20, jan./jun. 1989.

BOJUNGA, L. **Livro** : um encontro. 6.ed. Rio de Janeiro: Casa Lygia Bojunga, 2004.

BRASIL. **Decreto-lei n° 25 de 30 de novembro de 1937 :** organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/12234.pdf Acesso em: 30 maio 2011.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro:** do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. Do códice ao monitor: a trajetória do escrito. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.8, n.21, p.185-199, maio/ago. 1994.

_____. **Formas e sentido, cultura escrita :** entre a distinção e apropriação. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

_____. **Os desafios da escrita.** São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação,** Brasília, v.29, n.1, p.71-89, jan./abr. 2000.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória : leitura de M. Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v.13, n.25/26, p. 97-103, set./ago. 1992/1993.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, v.35, n.2, p.57-63, mar./abr. 1995.

GOULART, Ilsa do Carmo Vieira. **O livro:** objeto de estudo e de memória de leitura. 191 f. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas,

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Decreto-Lei n.25, de 30 nov 1937**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=E19BE7D17018DA1ADC0102FA47FD85B4?id=284> Acesso em: 02 fec 2011.

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc ; JACOB, Christian (Dir.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2006. p. 9-17.

_____. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc ; JACOB, Christian (Dir.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2006. p. 45-73.

KESSLER, Jack. **Internet digital libraries**: the international dimension. Boston: Artech House, 1996.

KLAES, Rejane Raffo. Sistema de informação gerencial para desenvolvimento de coleções. **Ciência da Informação**, Brasília, v.20, n.2, p.220-228, jul./dez. 1991.

KNAUSS, Paulo. Usos do passado e patrimônio cultural: sobre roubos e furtos de bens culturais na atualidade. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de et al. (Orgs.). **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p.304-314.

KREMER, Jeannette M. ; CALDEIRA, Paulo da Terra. Em busca de uma política de descarte nas bibliotecas da UFMG. **Perspectivas na Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.2, n.1, p.109 - 127, jan./jun.1997.

LANCASTER, F. W. Obsolescência, desbaste e aproveitamento do espaço. In: _____. **Avaliação de serviços de biblioteca.** Brasília: Briquet de Lemos, 2004. P.111-123.

LE GOFF, Jacques. **Historia e memória.** 5.ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEITÃO, Bárbara J. M. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária:** grupo de foco. Niterói : Intertexto : Rio de Janeiro : Interciência, 2005.

MACIEL, Alba Costa ; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro : Interciência, 2000.

MCKITTERICK, David. A biblioteca como interação: a leitura e a linguagem BA bibliografia. BARATIN, Marc ; JACOB, Christian (Dir.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2006. p.94-107.

MEDEIROS, Nilceia Lage; MELO, Alfredo Alves de Oliveira; JEUNON, Ester Eliane. A classificação de acervos bibliográficos em bibliotecas de órgãos do judiciário: bens de consumo ou permanentes? **Perspectivas na Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.2, may/aug. 2007.

MILANESI, Luiz. **O que é biblioteca.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação [on line]**, Campinas, v.4, n.2, p.1-19, jan/jun 2007. Disponível em: http://revista.ibict.br/pbcib/index.php/pbcib/article/view/727 Acesso em: 25 maio 2010.

MIRANDA, Antonio. **Biblioteca universitária no Brasil**: reflexões sobre a problemática. Brasília: CAPES/MEC,1978.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993. Disponível em: http://www4.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf Acesso em: 20 jun 2010.

PINHEIRO, Carlos. **História das bibliotecas no mundo ocidental**. 2007. Disponível em: http://migre.me/7BXtD Acesso em: 26 nov. 2010.

PORTELLA, Célia Maria. Releitura da Biblioteca Nacional. **Estudos Avançados, v.** 24, n. 69, p. 1-18, 2010. Disponível em:.http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/celiaMaria.pdf Acesso em: 15 out. 2010.

POULOT, Dominique. Um ecossistema do patrimônio. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (Orgs.). **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material.** Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 26-43.

RIZZI, Iuri Rocio Franco. **A caminho do Centro de Pesquisa e Memória da Casa do Pinhal.** Disponível em: http://www.casadopinhal.org.br/documentos/jornal/n04/artigos/acaminho.html Acesso em: 26 abr. 2010.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras? critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.1, p.115-121, jan./abr. 2006.

ROMANI, Cláudia; BORSZCZ, Iraci (Org.). **Unidades de informação**: conceitos e competências. Florianópolis: UFSC, 2006.

ROSARIO,Cláudia Cerqueira do. O lugar mítico da memória. **Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, 1(1), 2002. Disponível em: http://www.unirio.br/morpheusonline/Numero01-2000/claudiarosario.htm Acesso em: 19 set 2008.

UNIDADES fundadoras da UFPel : [catálogo da exposição comemorativa dos 40 anos da UFPEL, 1969/2009]. Pelotas : Ed. da UFPel, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Relatório de gestão – 2008 – UFPel**. Pelotas, 2009. Disponível em: http://www.ufpel.edu.br/docadmin/relatorio_gestao_2008.pdf Acesso em: 30 out 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Relatório de atividades** : 1989-1992. Pelotas, 1993.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

_____. **Seleção de materiais de informação**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1997.

Apêndices

Apêndice A – Quadro demonstrativo das diversas mudanças físicas realizadas nas Bibliotecas da UFPel de 1969 a 2011

Bibliotecas e/ou Acervos	**Ano inicial de criação e localização (prédios/salas)**					
Biblioteca Central (BC)	1969 Criada pelo Decreto nº 65.881, de 16 de dezembro de 1969 (não foi consolidada)	1976 Prédio do ICH (Capão do Leão)	1978 Prédio Redondo, (Capão Leão)	1982 **Extinta**		
Biblioteca do Campus	1982 Prédio Redondo, (Capão Leão – antiga BC)	1986 **Extinta**				
Odontologia	1969 Gonçalves Chaves, 457 (7. andar)	2011 Provisório Gonçalves Chaves, 437				
Medicina	1969 Duque de Caxias, 250 (1º andar)	2011 Duque de Caxias, 250 (Antigo Ambulatório)				
Enfermagem	1973 Osório, 725	1984 Duque de Caxias, 250 (1º andar)	2010 Biblioteca do Campus Porto			
Direito	1969 Pça. Conselheiro Maciel, 215 (Sala à direita)					
CAVG	1969 Av. Engº Idelfonso Simões Lopes 2791 (Atual sala dos professores)	1979 Av. Engº Idelfonso Simões Lopes 2791(Ao lado do recreativo)	1989 Av. Engº Idelfonso Simões Lopes 2791 (Térreo do internato)	2004 Av. Engº Idelfonso Simões Lopes 2791 (junto ao recreativo)	2006 Av. Engº Idelfonso Simões Lopes 2791 (Prédio na entrada)	2010 Passou para o IF-sul-riograndense
ESEF	1978 (Portaria n. 275/1978) Rua General Osório, 725	1979 Pça. 20 de setembro, 281 (Sala pequena)	1990 Pça. 20 de setembro, 281 (Sala maior)	1998 Rua Luiz de Camões, 625 (Sala 4 – 1º piso)	2008 Rua Luiz de Camões, 625 (Sala 6 – térreo)	
ICH	1978 (Portaria n. 715/1978) Pça. 7 de julho (Sala da frente)	1988 Pça. 7 de julho (Sótão)	1990 Pça. 7 de julho (Sala pela Andrade Neves)	1992 Pça. 7 de julho (Sala da frente)	1996 Prédio do ICH (Alberto Rosa, 154)	2000 Biblioteca de Ciências Sociais (Alberto Rosa, 154)

Educação	1978 (Portaria n. 561/1978) Colégio São José (2º andar)	1990 Barroso, 1734	2000 Biblioteca de Ciências Sociais (Alberto Rosa, 154)			
ILA (Atual Artes e Design)	1978 Biblioteca Central	1982 Mudou nome para: Biblioteca do Campus	1986 Floriano, 179 (Antiga Escola de Belas Artes)	2000 Biblioteca de Ciências Sociais (Alberto Rosa, 154)	2010 **Acervo de Letras** Biblioteca do Campus Porto	
ISP	1978 Biblioteca Central	1982 Mudou nome para: Biblioteca do Campus	1986 Prédio das Ciências Domésticas (térreo -Capão do Leão)	1988 Gomes Carneiro, 2074	2000 Biblioteca de Ciências Sociais (Alberto Rosa, 154)	
Arquitetura	1978 Biblioteca Central	1982 Mudou nome para: Biblioteca do Campus	1986 Prédio da Arquitetura (Capão do Leão)	1987 Rua 15 de novembro, 209	1998 Rua Benjamin Constant, 1359	2000 Biblioteca de Ciências Sociais (Alberto Rosa, 154)
Ciências Domésticas (Depois Administração e Turismo)	1978 Biblioteca Central	1982 Mudou nome para: Biblioteca do Campus	1986 Prédio das Ciências Domésticas (2º piso - Capão do Leão)	1991 Biblioteca de Ciência & Tecnologia (Capão do Leão)	2001 Barroso, 1734	2000 Biblioteca de Ciências Sociais (Alberto Rosa, 154)
Meteorologia	1978 Biblioteca Central	1982 Mudou nome para: Biblioteca do Campus	1986 Prédio das Ciências Domésticas (térreo - Capão do Leão)	1989 Prédio Redondo (antiga BC-Capão do Leão)	1992 Biblioteca de Ciência & Tecnologia (Capão do Leão)	
Nutrição	1978 Biblioteca Central	1982 Mudou nome para: Biblioteca do Campus	1986 Prédio das Ciências Domésticas (Capão do Leão-2. andar)	1992 Biblioteca de Ciência & Tecnologia (Capão do Leão)	2010 Biblioteca do Campus Porto	
IFM	1978 Biblioteca Central	1982 Mudou nome para: Biblioteca do Campus	1986 Prédio 15 (Capão do Leão)	1991 Biblioteca de Ciência & Tecnologia (Capão do Leão)		
Biologia	1978 Biblioteca Central	1982 Mudou nome para: Biblioteca do Campus	1986 Prédio 17 do Instituto de Biologia (Capão do Leão)	1991 Mudou nome para: Biblioteca de Ciência & Tecnologia (Capão do Leão)		

FAEM	1946 Pça. 7 de julho	1960 FAEM (2º piso, Capão do Leão)	1978 Biblioteca Central	1982 Mudou nome para: Biblioteca do Campus	1986 FAEM (2º piso, Capão do Leão)	1994 FAEM (Sala Maracanã, Capão do Leão)
Veterinária	1978 Biblioteca Central	1982 Mudou nome para: Biblioteca do Campus	1986 Prédio da Veterinária (Palma)	1994 FAEM (Sala Maracanã, Capão do Leão)		
Engenharia Agrícola	1978 Biblioteca Central	1982 Mudou nome para: Biblioteca do Campus	1986 FAEM (2º piso, Capão do Leão)	1986 Antigo Prédio da Arquitetura (Capão do Leão)	1994 FAEM (Sala Maracanã, Capão do Leão)	
IQG	1978 Biblioteca Central	1982 Mudou nome para: Biblioteca do Campus	1986 Prédio 1 do IQG	1994 FAEM (Sala Maracanã, Capão do Leão)		

Em vermelho – Mudanças físicas realizadas nos acervos das bibliotecas de 1969 a 2011 (42 anos de criação da instituição). Total= 54 mudanças.

Apêndice B – Questionário utilizado como **i**nstrumento de coleta de dados aplicado às Coordenações Centrais das Bibliotecas das Universidades Federais Brasileiras

Questão 1. Assinale a região do país em que está inserida sua instituição:

( ) Região Norte.
( ) Região Nordeste.
( ) Região Centro-Oeste.
( ) Região Sudeste.
( ) Região Sul.

Questão 2. Estrutura organizacional à qual a(s) Biblioteca(s) está(ão) inserida(s):

( ) Órgão Suplementar à Reitoria.
( ) Ligadas a uma das Pró-Reitorias existentes.
( ) Ligadas a um Departamento de uma das Pró-Reitoras existentes.
( ) Ligada à Unidade de Ensino.
( ) Outra. Qual? _____

Questão 3. As Bibliotecas formam um Sistema de Bibliotecas:

( ) Sim.
( ) Não.

Se respondeu NÃO, vá direto para a questão 6.

Questão 4. A Central das Bibliotecas possui acervo:

( ) Sim.
( ) Não.

Questão 5. As Bibliotecas estão subordinadas:

( ) Técnica e administrativamente a uma Coordenação de Bibliotecas.
( ) Técnica e administrativamente às Unidades de Ensino a que atendem.
( ) Tecnicamente a uma Coordenação de Bibliotecas e administrativamente à Unidade de Ensino.
( ) Outra. Qual? _____

Questão 6. Não sendo um Sistema de Bibliotecas, como as Bibliotecas estão estruturadas:

( ) Bibliotecas subordinadas às Unidades de Ensino **COM** uma Coordenação Central **SEM** acervo.
( ) Bibliotecas subordinadas às Unidades de Ensino **COM** uma Coordenação Central **COM** acervo.
( ) Bibliotecas subordinadas às Unidades de Ensino **SEM** uma Coordenação Central.
( ) Apenas Biblioteca Central.
( ) Outra. Qual? _____

Questão 7. Existe uma Biblioteca específica para reunir o acervo selecionado pelo processo de desbastamento retirado das demais bibliotecas da Instituição por serem obras "de pouco uso":

( ) Sim.

( ) Não. Existe uma sala anexa à biblioteca para guardar este acervo.

( ) Não existe nenhum procedimento específico.

Se respondeu NÃO, vá direto para a questão 9.

Questão8. A criação desta Biblioteca (acervo "de pouco uso") foi pela necessidade de:

( ) Abrir espaço físico nas demais Bibliotecas para novas aquisições.
( ) Local único para as Obras Raras, produção científica, acervo antigo e com pouco uso.
( ) Manter organizado em um único local o acervo com pouco uso (BEM PATRIMONIAL) da Universidade e não poderem ser descartados definitivamente.
( ) Manter organizado em um único local o acervo com pouco uso (BEM PATRIMONIAL) da Universidade visando a pesquisa retrospectiva.
( ) Outro. Qual?_____

Questão 9. No caso da não existência de uma Biblioteca para reunir o acervo "de pouco uso", assinale a justificativa correspondente:

( ) Não terem problema de espaço físico nas Bibliotecas.
( ) O acervo está sob a guarda das Unidades de Ensino e não pode ser reunido em um único local.
( ) Foi cogitada a idéia, mas nunca levada adiante pela Coordenação Central das Bibliotecas.
( ) Nunca foi cogitada esta possibilidade pela Coordenação Central das Bibliotecas.
( ) Outro. Qual?_____

Questão 10. Comentário sobre alguma questão acima (favor citar o número da questão).

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Apêndice C - Entrevista com a primeira bibliotecária da UFPel/FAEM Cely Farias Raphael

Legenda: CRP - Entrevistada Cely Farias Raphael
CLG – Autora

Data: 21/11/2011

Roteiro:

CLG - Por gentileza, seu nome.

CFR - Cely Farias Raphael

CLG - Tempo de atuação profissional (tempo de trabalho)?

CFR – 30 anos (1946 a 1976)

CLG - Na década compreendida entre 1969 (criação da Universidade) até 1978, período anterior à criação da Biblioteca Central, quantas Bibliotecas existiam? É possível listá-las?

CFR –Não estou bem lembrada de todas. Tinha a Biblioteca da Escola de Agronomia, que eu atuava. A da Medicina e do Direito. Não lembro todas.

CLG - Em sua estrutura organizacional, estavam subordinadas a que órgão superior? Eram regidas por uma Unidade Administrativa ou todas funcionavam regidas pelas Unidades Acadêmicas a que pertenciam?

CFR - Não existia uma ligação Central. Eram todas ligadas as Unidades Acadêmicas.

CLG – Quanto às mudanças físicas nas bibliotecas? Era comum ocorreram? Qual mudou e para onde?

CFR – A Biblioteca da Agronomia começou em 1946 no prédio da Escola localizado na Praça 7 de julho, constituindo-se numa biblioteca conjunta do Instituto Agronômico do Sul e da escola de Agronomia Eliseu Maciel. Depois em 1960, mudou-se para o Campus, 2º andar do prédio da FAEM.

CLG - E quanto aos dirigentes de cada período? Eram todos bibliotecários ou funcionários administrativos que chefiavam essas bibliotecas?

CFR – Apenas a Biblioteca da Agronomia tinha um bibliotecário formado.

CLG - Era efetuado o processo de desbastamento (retirada da coleção “de pouco uso” para outro local)?

CFR – Não

CLG - E quanto ao descarte (retirada definitiva da estante), eram efetuadas baixas no acervo?

CFR – Não.

(Contato realizado por telefone. Posteriormente enviado o roteiro, via e-mail, respondido pela entrevistada. A transcrição da entrevista não passou por correção de português).

Apêndice D - Entrevista com a primeira secretária da Biblioteca Central Lenita Castro de Oliveira

Legenda: LCO - Lenita Castro de Oliveira
CLG – Entrevistadora a autora

Data: 28/11/2011

Roteiro:

CLG - Por gentileza, seu nome.

LCO - Lenita Castro de Oliveira

CLG - Tempo de atuação profissional (tempo de trabalho)?

LCO - Com lotação ligada às Bibliotecas foram nove anos, de 1976 até 1985.

CLG - Cargo que ocupavas?

LCO - Secretária

CLG - No período de teu ingresso até teu afastamento por aposentadoria, é uma trajetória considerável, de acontecimentos e riqueza de produtos e serviços oferecidos. É possível descrevê-los? Como funcionavam as bibliotecas antes da criação da Biblioteca Central, quanto à ligação administrativa? Estavam ligadas a algum órgão da Reitoria ou às Unidades Acadêmicas?

LCO - Quando fui admitida na UFPel a Biblioteca Central já havia sido criada.

CLG - Em que ano foi criada a Biblioteca Central?

LCO - Acho que no primeiro semestre de 1976; quando fui admitida, em 1°/9/1976, já havia sido criada.

CLG - Em que prédio funcionava?

LCO - Funcionava no seguimento da entrada principal do Campus Universitário, no segundo prédio térreo após o da administração da Prefeitura Universitária, em frente ao Instituto de Física e Matemática (no primeiro prédio - entre a Prefeitura a Biblioteca - localizavam-se a Reitoria e a Pró-Reitoria Administrativa .

CLG - Seu Diretor era um bibliotecário?

LCO - Não. Era o Prof. Dr. Gilberto da Costa Gigante, advogado e professor da UFpel.

CLG - As demais bibliotecas eram administradas pela Central?

LCO – Depois de 1978, Sim. Havia poucas Bibliotecas. Além da Biblioteca Central eram apenas: a Biblioteca que atendia aos Cursos do Campus, que funcionava na Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel"; a Biblioteca da Faculdade de Direito; a Biblioteca da Faculdade de Odontologia e a Biblioteca do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça. A Biblioteca do Instituto de Ciências Humanas estava desativada.

CLG - Quando a Biblioteca Central passou para o novo prédio projetado para funcionar a Biblioteca Central?

LCO - No início de 1978, ainda sob a direção do Prof. Gilberto Gigante.

CLG - Como funcionava esta Biblioteca no novo prédio?

LCO - Nessa época, o acervo e o pessoal da Biblioteca das Ciências Agrárias, que até então funcionava na FAEM, juntaram-se aos da Biblioteca Central no novo prédio. No módulo retangular do prédio ficava a maior parte do acervo e a parte administrativa. Na área circular funcionavam o empréstimo e sala de leitura.

CLG - Foi a partir desse período (ano) que foi criado o Sistema de Bibliotecas?

LCO - Ainda no primeiro semestre de 1978, quando assumiu a direção da Biblioteca Central o Bibliotecário Nério Sacchi Junior que apresentou e teve aprovada pelo então Reitor Dr. Ibsen Wetzel Stephan a nova estrutura administrativa: o Sistema de Bibliotecas da UFPel, com a criação das Bibliotecas Setoriais subordinadas à Biblioteca Central. Nessa época foi reinstalada a Biblioteca do Instituto de Ciências Humanas, já como Biblioteca Setorial.

CLG - A partir das descrições acima, podes me contar as demais alterações ocorridas na estrutura organizacional do Sistema de Bibliotecas? Em que períodos (anos) ocorreram?

LCO - Em 1982, na gestão do Reitor Prof. Dr. José Emílio Araújo, foi extinta a Biblioteca Central. As demais Bibliotecas, juntamente com a Editora e Gráfica Universitária passaram a ser subordinadas ao Centro de Documentação e Informação, criado por Portaria. O Coordenador do Centro de Documentação e Informação era o Prof. Antonio Carlos Torres Vianna. A ligação hierárquica entre as bibliotecas e a coordenação era através de uma bibliotecária. Em fevereiro de 1985, conforme Portaria do Reitor Prof. Ruy Brasil Barbedo Antunes, foi aprovada nova reestruturação administrativa da UFPel, quando às Bibliotecas passaram a integrar a Pró- Reitoria de Graduação e

Assistência. O cargo de ligação hierárquica entre as Bibliotecas do Campus, Biblioteca de Ciências Humanas e Bibliotecas de Saúde era a Coordenadoria de Bibliotecas.

(Contato realizado por telefone. Posteriormente enviado o roteiro, via e-mail, respondido pela entrevistada. A transcrição da entrevista não passou por correção de português).

Apêndice E - Entrevista com a terceira bibliotecária da UFPel/FAEM Clarice Raphael Pilownic

Legenda: CRP - Entrevistada Clarice Raphael Pilownic
CLG – Autora

Data: 01/12/2011

Roteiro:

CLG - Por gentileza, seu nome.

CRP – Clarice Raphael Pilownic

CLG - Tempo de atuação profissional (tempo de trabalho).

CRP – 32 anos (1977 a 2009)

CLG – A criação da Biblioteca Central, foi em 1977 ou 78, além dela, quantas Bibliotecas Setoriais existiam?

CRP – Acredito que em 1978, a criação da Biblioteca Central. As demais: Biblioteca da Agronomia, do Direito, da Medicina, da Odontologia.

CLG – Se possível, podes me descrever alguns fatos dos períodos descritos, relevantes e que ajudaram a melhorar os serviços oferecidos pelas Bibliotecas?

CRP – Acredito que um dos pontos positivos, sem dúvida a reunião de acervos. Depois do caos estabelecido em 1986 (18 bibliotecas). Entre elas a Biblioteca de Ciências Sociais que juntou acervos de 5 pequenas bibliotecas espalhadas.

CLG – Lembras de algum fato que influenciou negativamente a prestação de serviços oferecidos pelas Bibliotecas? Em que períodos?

CRP – Acredito que as diversas mudanças físicas das Bibliotecas dividindo acervos, foi um dos fatos, que influenciou negativamente, a prestação de serviços oferecidos pelas Bibliotecas. Começaram em 1979 e foram até 1986.

CLG – E quanto às mudanças físicas das bibliotecas? Qual mudou e para que local?

CRP – Em 1978 quando começaram as mudanças físicas, a Biblioteca da Agronomia, funcionava no 2º andar do prédio da FAEM e a Biblioteca Central, num prédio ao lado do prédio da Biologia. Ambas mudaram para o novo prédio construído para as Bibliotecas, foi apelidado de “redondo”.

CLG – Os dirigentes de cada período? Eram bibliotecários ou funcionários administrativos que chefiavam essas bibliotecas?

CRP – A Biblioteca da Agronomia, que na verdade tinha um acervo geral, sempre teve Bibliotecário, desde sua criação (1946). A Biblioteca Central, que tinha um acervo muito pequeno, tinha um Diretor (cargo almejado e nunca conseguido pelos Bacharéis em Biblioteconomia da UFPel). Era um professor, do Instituto de Ciências Humanas. As Bibliotecas do Direito, Odontologia e Medicina, durante muitos anos, foram mantidas por funcionários administrativos. Somente a partir de 1978, começaram a contratar mais bibliotecários.

CLG - Era efetuado o processo de desbastamento (retirada da coleção "de pouco uso" para outro local)?

CRP – Sim. Ficavam em depósito, sem organização.

CLG - E quanto ao descarte (retirada definitiva da estante), eram efetuadas baixas no acervo?

CRP – Não.

(Contato realizado por telefone. Posteriormente enviado o roteiro, via e-mail, respondido pela entrevistada. A transcrição da entrevista não passou por correção de português).

Apêndice F – Sugestão da Política para a Biblioteca Retrospectiva do Sistema de Bibliotecas da Universidade federal de Pelotas (UFPel)

O processo de desbastamento é a ação de exclusão das coleções ativas das bibliotecas, títulos e/ou exemplares de livros, total ou em parte de títulos das coleções de periódicos, teses, dissertações e trabalhos acadêmicos dos diversos cursos de graduação e pós-graduação da UFPel, a serem remanejados para a Biblioteca Retrospectiva. Deve ser um processo contínuo, cujo principal objetivo seja o de conservar adequado o espaço físico e a qualidade dos acervos ativos das bibliotecas que atendem os diversos cursos. Esta ação deve ter a participação de professores da área em avaliação e deve ocorrer de acordo com as necessidades das bibliotecas do Sistema de Bibliotecas da UFPel.

A transferência de acervos para a Biblioteca Retrospectiva deve ser apenas em relação às obras com data de publicação anterior a 10 anos e com baixa frequência de uso nos últimos 5 anos na biblioteca de origem.

DO ACERVO

• será formado pelos acervos desbastados das demais bibliotecas que compõem o Sistema de Bibliotecas da Universidade;
• será colocada etiqueta que caracterize a Biblioteca Retrospectiva para melhor identificação;
• haverá uma seção especial para abrigar as obras raras, oriundas das demais bibliotecas da UFPel ou doadas por pesquisadores, professores etc., observadas as necessidades de conservação e preservação especiais destes acervos;
• não haverá livros exclusivos para consulta local, exceto os que farão parte da seção especial de obras raras.

Acervos que podem ser remanejados, em qualquer suporte físico:

a) livros;
b) periódicos;
c) teses da UFPel;
d) dissertações da UFPel;
e) trabalhos acadêmicos da UFPel;
f) obras raras.

CRITÉRIOS A SEREM OBSERVADOS:

a) todo acervo remanejado deve ter a sua transferência realizada no Sistema Pergamum, pela biblioteca de origem;
b) o transporte dos acervos fica sob a responsabilidade da biblioteca que o está enviando;
c) a biblioteca de origem do acervo deve enviar pessoal para a organização do acervo no novo local;
d) os livros e periódicos remanejados e não consultados no período de 10 (dez) anos na Biblioteca Retrospectiva, serão novamente avaliados e, se for o caso, descartados, exceto as obras raras;
e) os acervos remanejados para a Biblioteca Retrospectiva poderão ser novamente incorporados ao acervo da biblioteca de origem ou outra, se avaliado como necessário.

Por exemplo, caso um bibliotecário solicite retorno do material por ter solicitação de uso pelo curso, exceto as obras raras.

DA SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

É uma biblioteca que compõe e é regida pelos regulamentos do Sistema de Bibliotecas da Universidade, coordenada pelo Núcleo de Bibliotecas.

DO FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA RETROSPECTIVA

Deverá ser aberta ao público, com o objetivo de visitação pública e/ou localização de acervos, exceto a seção especial das obras raras, que deverá ser visitada apenas por pesquisadores e com luvas para manuseio dos materiais que a compõem.

DAS ATRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA RETROSPECTIVA

• manter o acervo organizado nas estantes;
• conservar e preservar os acervos;
• manter a seção especial de obras raras climatizada para conservação e preservação de seu acervo;
• recuperar as informações;
• criar mecanismos com vistas à divulgação de seus acervos;
• atender seus usuários;
• controlar o fluxo de empréstimos e devolução dos acervos;
• controlar a frequência de uso dos acervos;
• o Núcleo de Bibliotecas pode interferir na análise e seleção dos acervos gerais, que serão transferidos.

DO USO DO ACERVO

• estará disponível aos usuários internos e externos;
    - usuários internos: os alunos, professores e convênios ligados a UFPel;
    - usuários externos: público em geral;

• seu acervo será consultado nas dependências da biblioteca e retirado por empréstimo, exceto as obras raras;

• o empréstimo será exclusivo aos usuários com vínculo com a UFPel.

.

NORMAS DE EMPRÉSTIMO

• o controle do empréstimo será feito através do Sistema Pergamum.

Anexos

Anexo A – Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), criação da Biblioteca Central

ESTATUTO DA UNIVERSIDADE

Processo MEC nº 209.559-77
Processo CFE nº 5543-76
Parecer CFE nº 553-77

Homologado pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura: "Nos termos e para os efeitos do artigo 14 do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, Homologado o Parecer nº 553-77 do Conselho Federal de Educação, favorável aos novos Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal de Pelotas".

(Publicado no Diário Oficial da União de 22.04.77, 4.648).

Art. 1º - A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPel), criada pelo Decreto-lei nº 750, de 08 de agosto de 1969, é uma Fundação de Direito Público, dotada de personalidade jurídica como órgão da administração federal indireta, com autonomia administrativa, financeira, didático-científica e disciplinar, de duração ilimitada, com sede e fôro jurídico no Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, regendo-se pela legislação federal do ensino, pelas demais leis que lhe forem atinentes, pelo estatuto da Fundação, pelo presente Estatuto e pelo Regimento Geral.

Art. 2º - A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS tem, como objetivo fundamental, a educação, o ensino, a pesquisa e a formação profissional e pós-graduada em nível universitário, bem como o desenvolvimento científico, tecnológico, filosófico e artístico, estruturando-se de modo a manter a sua natureza orgânica, social e comunitária:
a) como instituição orgânica, assegurando perfeita integração e intercomunicação de seus elementos constitutivos;
b) como instituição social, pondo-se a serviço do desenvolvimento e das aspirações coletivas;
c) como instituição comunitária, contribuindo para o estabelecimento de condições de convivência, segundo os princípios de liberdade, justiça e respeito aos direitos e demais valores humanos.

Art. 3º - Na consecução de seus objetivos, a Universidade observará os princípios estabelecidos nas leis que regem a Reforma Universitária, com plena utilização dos recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes.

Art. 4º - A missão da Universidade será cumprida mediante o desenvolvimento simultâneo e associado das atividades do ensino, pesquisa e extensão.

d 1º - A ação docente, de ensino, pesquisa e extensão se desenvolverá nas seguintes áreas fundamentais:
I. Ciências Exatas e Tecnologia;
II. Ciências Biológicas;
III. Filosofia e Ciências Humanas;
IV. Letras e Artes.

d 2º - As formas, métodos, sistemas e meios destinados a disciplinar e possibilitar o correto exercício das suas atividades serão estabelecidas no Regimento Geral da Universidade e nos Regimentos das Unidades.

TÍTULO II
DA ESTRUTURA
CAPÍTULO ÚNICO

Art. 5º - Compõem a Universidade:
I. a Administração Superior;
II. as Unidades Universitárias;
III. os Órgãos Suplementares;
IV. os Órgãos de Segundo Grau.

TÍTULO III
DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Art. 6º - São órgãos da Administração Superior da Universidade:
I. o Conselho Diretor da Fundação, criado pelo Decreto nº 65.881, de 16 de dezembro de 1969;
II. o Conselho Universitário;
III. o Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa (COCEP);
IV. a Reitoria.

CAPÍTULO I
DA FUNDAÇÃO

Art. 7º - A Fundação é administrada por um Conselho Diretor que se constitui em órgão angariador de recursos, supervisor da gestão econômico-financeira e responsável principal pelas relações entre a Universidade e a Comunidade, nos termos do art. 17 do Decreto nº 65.881, de 16 de dezembro de 1969.

Art. 8º - O Conselho Diretor compõem-se:
I do Reitor, seu Presidente;
II do Vice-Reitor;
III de um representante indicado pelo Ministério da Educação e Cultura;
IV de um representante indicado pelo Governo do Estado;
V de um representante indicado pelo Governo do Município;
VI de um representante indicado pela rede bancária;
VII de um representante indicado pela Associação Comercial de Pelotas;
VIII de um representante indicado pela Associação Rural de Pelotas;
IX de um representante indicado pelo Centro de Indústrias de Pelotas;
X de três (3) representantes dos professores da Universidade, indicados pelo Conselho Universitário;
XI de um representante do Corpo Discente.

Parágrafo Único - Cada representante terá um suplente, referido no mesmo ato que designe o titular (art. 18 do Decreto nº 65.881).

Art. 9º - O mandato dos representantes e de seus suplentes é de dois anos, permitida a recondução.

Parágrafo Único - A renovação dos representantes se fará pela metade, anualmente (art. 19 do Decreto nº 65.881).

Art. 10º - Os membros do Conselho Diretor não terão direito a remuneração, podendo, entretanto, perceber "jeton", diárias e transporte quando necessário, conforme dispuser o Regimento da Fundação (art. 20 do Decreto nº 65.881).

Art. 11 - O Conselho Diretor se reunirá, ordinariamente, uma vez em cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu Presidente ou pela metade de seus membros.
Parágrafo Único - O "quorum" para deliberar é o da maioria absoluta (art. 21 do Decreto nº 65.881).

Art. 12 - Compete ao Conselho Diretor:
I elaborar seu Regimento Interno;
II decidir sobre aceitação de doações, auxílios e subvenções de qualquer natureza;
III aprovar a realização de convênios ou acordos com entidades públicas ou privadas, que importem em compromissos extraorçamentários para a Fundação;
IV aprovar e julgar, no primeiro trimestre de cada ano, o relatório anual das atividades da Fundação e da Universidade, referentes ao exercício anterior, encaminhando as respectivas prestações de contas aos órgãos competentes;
V aprovar o orçamento da Universidade, proposto pelo Conselho Universitário, encaminhando-o aos órgãos competentes da União;
VI aprovar, no quarto trimestre de cada ano, o plano de trabalho para o ano seguinte;
VII autorizar modificações orçamentárias, por proposta do Conselho Universitário;
VIII apresentar, anualmente, ao Ministério da Educação e Cultura, proposta, devidamente justificada, da dotação necessária a ser incluída no Orçamento da União;
IX autorizar a abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, mediante proposta do Conselho Universitário;
X autorizar a criação de fundos especiais, por proposta do Conselho Universitário;
XI propor ao Governo da União alterações ao presente Estatuto, mediante resolução aprovada por dois terços (2/3) da totalidade de seus membros;
XII conceder títulos honoríficos criados pela Fundação, excetuados os de caráter universitários;
XIII deliberar sobre casos omissos atinentes a seus objetivos.

Parágrafo Único - Em casos de urgência, na forma disciplinada pelo Regimento Interno, poderá o Presidente exercer as atribuições previstas nos incisos II, III, V, VII, IX e XIII deste artigo, "ad referendum" do Conselho Diretor (artigo 22 do Decreto nº 65.881).

Art. 13 - A Fundação é representada em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, pelo Presidente do Conselho Diretor (art. 23 do Decreto nº 65.881).

CAPÍTULO II
DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Art. 14 - O Conselho Universitário é o órgão supremo da Universidade, com funções normativa, consultiva e deliberativa.
Parágrafo Único - Das decisões do Conselho Universitário caberá recurso ao Conselho Federal de Educação, com fundamento exclusivo em argüição de ilegalidade.

Art. 15 - Integram o Conselho Universitário:
I O Reitor, seu Presidente;

II o Vice-Reitor;
III os Pró-Reitores;
IV os Diretores das Unidades Universitárias;
V os Coordenadores de Cursos de Graduação;
VI um representante dos Órgãos de Segundo Grau;
VII um representante de cada classe da carreira do magistério;
VIII um representante dos auxiliares de ensino;
IX dois representantes do Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa;
X três representantes da comunidade indicados pelo Conselho Diretor da Fundação;
XI dois representantes do Corpo Discente.

d 1º - O representante dos Órgãos de Segundo Grau terá mandato de dois anos e será escolhido por eleição de seus diversos diretores em reunião presidida pelo Vice-Reitor, podendo ser reconduzido uma vez.
d 2º - Os representantes das classes da carreira do magistério serão eleitos por seus pares em votação secreta de maioria simples, pelo prazo de dois (2) anos, em eleições convocadas e presididas pelo Vice-Reitor, podendo ser reconduzidos uma vez, sendo inelegíveis os professores porventura já pertencentes ao Conselho Universitário, por outro título.
d 3º - Os representantes do Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa serão eleitos pelo respectivo órgão em eleição secreta, de maioria simples, pelo prazo de dois (2) anos, podendo ser reconduzidos uma vez, sendo inelegíveis os membros que, porventura, já pertençam ao Conselho Universitário por outro título.
d 4º - Os representantes da comunidade serão eleitos pelo Conselho Diretor da Fundação em eleição secreta, de maioria simples, pelo prazo de dois (2) anos, podendo ser reconduzidos uma vez.
d 5º - Os representantes do corpo discente serão eleitos pelo prazo de um ano, em eleições secretas, em toda a Universidade, mediante critérios em que influam o aproveitamento escolar.
d 6º - A mudança da classe de magistério (d 1º), a perda do mandato originário (d 2º), e o afastamento da Universidade (d 3º), importarão em perda do mandato, procedendo-se a novas eleições.
d 7º - O funcionamento do Conselho Universitário e as disposições complementares deste artigo e seus parágrafos serão disciplinadas pelo Regimento Geral da Universidade.

Art. 16 - O comparecimento dos membros do Conselho Universitário às sessões respectivas é obrigatório, salvo motivo justificado, importando a ausência nas sanções previstas no Regimento Geral.

Art. 17 - São atribuições do Conselho Universitário, além das demais previstas neste Estatuto:
I - Originariamente:
a) Exercer a jurisdição superior da Universidade;
b) elaborar ou alterar o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade;
c) aprovar os Regimentos das Unidades, dos Órgãos Suplementares e de Segundo Grau e suas alterações;
d) propor ao Conselho Diretor da Fundação, sem prejuízo de idêntica atribuição do Reitor, modificações orçamentárias, abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, bem como a criação de fundos especiais;
e) propor ao Conselho Diretor da Fundação, sem prejuízo de idêntica atribuição do Reitor, a realização de convênios ou acordos com entidades públicas ou privadas, que importem em compromissos extraorçamentários para a Fundação;
f) organizar, em sessão conjunta com o Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa, sob a presidência do Reitor, em votação uninominal e secreta, as listas

sêxtuplas para a nomeação do Reitor e do Vice-Reitor pelo Presidente da República;
g) propor, motivadamente, ao Presidente da República em reunião conjunta com os Conselhos Diretor da Fundação e Coordenador do Ensino e da Pesquisa, pelo voto secreto de dois terços (2/3) da totalidade de seus membros, a destituição do Reitor e/ou do Vice-Reitor na forma do Regimento Geral da Universidade;
h) apreciar, no âmbito de sua competência, comunicações e propostas oriundas do Conselho Diretor da Fundação e do Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa;
i) acompanhar a execução orçamentária e dos fundos patrimoniais e especiais da Universidade;
j) eleger, nos casos previstos, os membros integrantes de órgãos colegiados;
k) tomar conhecimento das resoluções dos outros altos órgãos colegiados da Universidade;
l) aprovar o plano geral da administração e desenvolvimento apresentado pelo Reitor;
m) autorizar mandatos universitários;
n) deliberar sobre a criação de novos cursos;
o) autorizar a criação de Faculdades, Escolas e Institutos, bem como seu desdobramento;
p) propor ao Conselho Diretor da Fundação o orçamento anual da Universidade;
q) autorizar, em conjunto com o Conselho Diretor da Fundação, a alienação ou oneração de bens patrimoniais, na forma da lei;
r) deliberar sobre o regime disciplinar em casos especiais, ressalvado o disposto neste Estatuto;
s) deliberar sobre anuidades e demais emolumentos, nos termos da lei e do presente Estatuto;
t) deliberar sobre a incorporação e agregação à Universidade de instituições públicas ou privadas, assim como de órgãos não previstos neste Estatuto.

II Em grau de recurso:
Julgar, em última instância, os recursos interpostos das decisões de outros órgãos universitários, respeitadas, previamente, as respectivas hierarquias.

Art. 18 - O Conselho terá Comissões Permanentes e Especiais, na forma do regimento Geral da Universidade.

CAPÍTULO III
DO CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO E DA PESQUISA (COCEP)

Art. 19 - O Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa (COCEP) é órgão central de supervisão do ensino e da pesquisa com funções consultiva, normativa e deliberativa.
Parágrafo Único - Das decisões do Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa caberá recurso ao Conselho Universitário com fundamento exclusivo em argüição de ilegalidade.

Art. 20 - Integram o Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa:
I o Vice-Reitor, seu Presidente;
II os Pró-Reitores de Graduação e Assistência, de Pós-Graduação e Pesquisa e de Extensão;
III um representante do Conselho Universitário;
IV um representante de cada área prevista no d 1º do art. 4º deste Estatuto, no total de quatro, sendo dois da área profissionalizante, eleitos pelos Coordenadores dos Colegiados de Curso;
V dois representantes do Corpo Discente.

Parágrafo Único - Os mandatos dos Conselheiros previstos nos ítens III e IV terão o prazo de dois (2) anos, podendo ser reconduzidos e os dos previstos no item V, coincidirão com o prazo de mandato eleitoral discente.

Art. 21 - O Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa poderá constituir Comissões Permanentes e eleger Comissões Especiais, na forma que dispuser o Regimento Geral da Universidade.

Art. 22 - Compete ao Conselho, além das demais atribuições previstas neste Estatuto:
I Originariamente:
a) coordenar as atividades acadêmicas;
b) traçar e definir as diretrizes gerais e prioridades da política de ensino e pesquisa da Universidade, nos termos deste Estatuto e do Regimento Geral:
c) decidir, em grau consultivo, as questões suscitadas pelos órgãos inferiores do ensino e da pesquisa;
d) elaborar em conjunto com o Conselho Universitário as listas sêxtuplas de Reitor e Vice-Reitor;
e) pronunciar-se sobre a distribuição dos cargos de magistério superior, a ser feita por atos de lotação baixados pelo Reitor;
f) indicar seus representantes no Conselho Universitário e na Comissão Permanente dos Regimes de Trabalho (COPERT);
g) promover a articulação entre as várias Unidades, Órgãos Suplementares, de Segundo Grau e Instituições agregadas.
h) supervisionar a execução dos programas, projetos e planos de pesquisa e extensão em andamento na Universidade, submetendo-os à avaliação;
i) supervisionar os programas de pós-graduação.

II Em grau de recurso:
Julgar os recursos das decisões em matéria de sua competência.
Parágrafo Único - Sempre que necessário e a seu critério, o Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa poderá ser assessorado pelos órgãos administrativos da Universidade.

CAPÍTULO IV
DA REITORIA

Art. 23 - A Reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão executivo central, que coordena, fiscaliza e superintende as atividades universitárias, cabendo-lhe a competência que não seja privativa dos demais órgãos.

Art. 24 - Substitui o Reitor, nas suas faltas e impedimentos, o Vice-Reitor, que é, também, seu auxiliar na administração da Universidade.
Parágrafo Único - Nas faltas e impedimentos simultâneos do Reitor e do Vice-Reitor, a Reitoria será exercida pelo professor mais antigo na carreira do magistério, dentre os membros do Conselho Universitário, e, em igualdade de condições, pelo mais idoso.

Art. 25 - Os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão exercidos em regime de tempo integral com ou sem dedicação exclusiva.

Art. 26 - O afastamento do Reitor e ou do Vice-Reitor, por mais de trinta (30) dias, dependerá de autorização do Conselho Universitário.

Art. 27 - Em caso de vacância, o cargo de Reitor será exercido pelo Vice-Reitor até que seja empossado o novo titular nomeado pelo Presidente da República, conforme lista sêxtupla organizada no prazo máximo de trinta (30) dias após a vacância, na forma prevista neste Estatuto.

Art. 28 - Vagando ambos os cargos, a Reitoria será exercida pelo professor mais antigo na carreira do magistério, dentre os membros do Conselho Universitário, que procederá na forma do artigo anterior.

Art. 29 - O Reitor poderá vetar, fundamentadamente, total ou parcialmente, as decisões e resoluções dos Conselhos Diretor da Fundação, Universitário e Coordenador do Ensino e da Pesquisa, dentro de cinco (5) dias, a partir da respectiva sessão.
d 1º - Nesse caso, o Reitor convocará, dentro de cinco (5) dias, o Conselho respectivo, que tomará conhecimento das razões do veto.

d 2º - A rejeição do veto, pelo voto secreto de dois terços (2/3) dos conselheiros presentes, importará em aprovação definitiva da decisão vetada.

Art. 30 - Em situação de emergência e no interesse superior da Universidade, o Reitor poderá tomar decisões "ad referendum" dos Conselhos.
Parágrafo Único - O Conselho respectivo apreciará o ato em votação secreta dentro de dez (10) dias e a ratificação por maioria simples, acarretará sua nulidade e ineficácia "ex tunc".

Art. 31 - A Reitoria compreende:
I o Gabinete do Reitor e Assessorias;
II a Pró-Reitoria Administrativa;
III a Pró-Reitoria de Graduação e Assistência;
IV a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa;
V a Pró-Reitoria de Extensão;
VI as Comissões.

Art. 32 - A Pró-Reitoria Administrativa compreenderá os vários órgãos responsáveis pela administração geral da Universidade.

Art. 33 - As Pró-Reitorias de Graduação e Assistência, de Pós-Graduação e Pesquisa e a de Extensão, observadas as respectivas áreas de competência, funcionarão integradas na indissolubilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Art. 34 - Os Pró-Reitores serão de livre nomeação do Reitor, exercendo suas atividades no regime que for acordado.

Art. 35 - A Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento, independentemente de outras que poderão ser criadas, será composta de 3 (três) membros, nomeados pelo Reitor, com a atribuição de planejar o desenvolvimento, com os critérios de prioridade relativos à política geral da Universidade.

Art. 36 - O Gabinete se comporá de Chefe de Gabinete, assessores, oficiais, auxiliares e ajudantes, nos termos do respectivo Quadro de Representação.

Art. 37 - São Comissões Permanentes, sem prejuízo de outras que venham a ser criadas:
I Comissão do Concurso Vestibular, integrada por 5 (cinco) membros nomeados pelo Reitor e pelo representante estudantil designado, pelo prazo de 1 (um) ano, pelo

Diretório Central de Estudantes (DCE);
II Comissão Permanente dos Regimes de Trabalho (COPERT), que terá a seguinte constituição:
a) 4 (quatro) docentes representando os setores básico e profissional, escolhidos dois pelo Conselho Universitário e dois pelo Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa;
b) O Assessor chefe da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento;
c) O Chefe do Serviço de Pessoal;
d) De um representante do corpo discente escolhido pelos representantes discentes junto aos Departamentos.
III A Comissão Orçamentária composta de 5 (cinco) membros nomeados pelo Reitor, dentre professores e funcionários da Universidade.

Parágrafo Único - Os membros eleitos da COPERT terão os mandatos previstos no Decreto nº 76.924, de 29.12.1975.

Art. 38 - O Regimento Geral da Universidade disporá sobre as atribuições e funcionamento dos órgãos da Reitoria, ressalvado o disposto neste Estatuto.

TÍTULO IV
DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS
CAPÍTULO I
DOS DEPARTAMENTOS

Art. 39 - Os Departamentos, reunidos ou não em unidades mais amplas, constituem a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal.

Art. 40 - A criação, supressão, desdobramento ou fusão de departamentos se processará por iniciativa deles próprios, dos conselhos departamentais, dos colegiados de cursos e do Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa.
Parágrafo Único - Em qualquer hipótese, a medida somente se concretizará com a aprovação da maioria simples dos membros do Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa, em sessão ordinária.

Art. 41 - Cada Departamento compreende:
I corpo docente, pessoal técnico e científico e auxiliares, quando for o caso;
II instalações e recursos materiais;
III serviços de administração e chefia.

d 1º - O Departamento reúne disciplinas afins correspondentes a determinada área do conhecimento, congregando, simultaneamente, os docentes respectivos e os meios de ação.
d 2º - O Departamento ministrará o ensino e realizará a pesquisa no campo de sua especialidade, vedada a duplicação de atividades idênticas em departamentos distintos e de forma a satisfazer os interesses científicos e culturais de seu pessoal docente.
d 3º - A Chefia do Departamento caberá a professor da carreira do magistério, mediante lista tríplice organizada pelo seu pessoal docente e escolhido pelo Reitor.
d 4º - Todo o pessoal docente participará das reuniões dos departamentos.
d 5º - Cada departamento terá um representante do corpo discente, matriculado pelo menos em uma de suas disciplinas.

Art. 42 - Ressalvado o disposto neste Estatuto, a estrutura, as atribuições e as normas de funcionamento dos departamentos serão definidas pelo Regimento Geral da Universidade.

TÍTULO II
DOS CONSELHOS DEPARTAMENTAIS

Art. 43 - O Conselho Departamental é o órgão superior da unidade universitária com funções normativa, consultiva e deliberativa.
Parágrafo Único - Das decisões do Conselho Departamental caberá recurso, em razão da matéria, ao Conselho Universitário ou ao Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa.

Art. 44 - Integram o Conselho Departamental:
I o Diretor da Unidade, seu presidente;
II o Vice-Diretor;
III os Chefes de Departamentos;
IV um representante dos professores titulares;
V um representante dos professores adjuntos;
VI um representante dos professores assistentes;
VII um representante dos auxiliares de ensino;
VIII um representante do Corpo Discente.

Art. 45 - Compete ao Conselho Departamental:
a) elaborar o Regimento da Unidade;
b) aprovar os Regimentos dos órgãos auxiliares dependentes da Unidade;
c) aprovar os Regimentos dos Departamentos;
d) opinar sobre convênios e aceitação de legados ou doações em benefício da Unidade;
e) propor ao Conselho Universitário a outorga de títulos e dignidades universitárias;
f) propor, mediante voto secreto de 2/3 de seus integrantes, ao Conselho Universitário, para consideração da autoridade superior, a destituição do Diretor e/ou Vice-Diretor;
g) pronunciar-se sobre qualquer assunto respeitante à organização universitária e aos interesses da unidade;
h) promover a articulação das atividades departamentais da Unidade;
i) elaborar, com base na manifestação dos Departamentos, a proposta orçamentária da unidade, para apreciação dos órgãos superiores da Universidade;
j) promover a distribuição, entre os Departamentos, dos recursos orçamentários, instalações, material e pessoal auxiliar de que dispuser a Unidade;
k) deliberar sobre as propostas dos Departamentos;
l) apreciar, em primeira instância, os recursos dos Departamentos;
m) opinar sobre criação, fusão ou desdobramento dos Departamentos e sobre o desempenho das funções de chefia;
n) emitir normas unificadoras sobre funcionamento dos Departamentos e sobre o desempenho das funções de chefia;
o) deliberar sobre a prestação de contas do Diretório Acadêmico;
p) assessorar o Diretor em todas as tarefas de organização e direção da Unidade.

Art. 46 - O funcionamento dos Conselhos Departamentais será regulado pelo Regimento Geral da Universidade.

CAPÍTULO III
DOS INSTITUTOS

Art. 47 - Os Institutos são unidades que atuam no domínio dos conhecimentos fundamentais.
d 1º - Os Institutos serão administrados por diretores, nomeados pelo Presidente da República, de lista sêxtupla organizada por votação secreta e uninominal.
d 2º - O colégio eleitoral respectivo será composto pelos chefes de departamentos, pelos professores titulares, pelos docentes responsáveis por disciplinas, por um representante dos professores adjuntos, por um representante dos professores assistentes, por um representante dos auxiliares de ensino e por um representante do corpo discente.
d 3º - Os Diretores serão substituídos, nas suas faltas e impedimentos, pelos Vice-Diretores escolhidos e nomeados também na forma do parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 48 - São os seguintes, sem prejuízo de outros que venham a ser criados, os Institutos da Universidade:
I Instituto de Letras e Artes;
II Instituto de Biologia;
III Instituto de Ciências Humanas;
IV Instituto de Física e Matemática;
V Instituto de Química e Geociências;
VI Instituto de Sociologia e Política.
Parágrafo Único - Os cinco primeiros Institutos Básicos foram criados pelo Decreto nº 65.881, de 16 de dezembro de 1969, e o último foi transferido, como Instituto Especializado, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a Universidade Federal de Pelotas, pelo Decreto-lei nº 750, de 8 de agosto de 1969.
Art. 49 - Cada Instituto compreende:
I o Conselho Departamental;
II a Direção;
III serviços de secretaria;
IV departamentos;
V instalações, serviços próprios e outros comuns a seus departamentos.

Art. 50 - Os institutos têm por finalidade específica:
I ministrar, no campo de sua especialidade, o ensino básico e de graduação;
II ministrar, no seu campo, o ensino de especialização e pós-graduação;
III desenvolver e coordenar planos de pesquisa e extensão.

Art. 51 - O Regimento Geral disporá sobre a composição, estrutura, funcionamento e atribuições dos Institutos, ressalvado o disposto neste Estatuto.

CAPÍTULO IV
DAS FACULDADES E ESCOLAS

Art. 52 - As Faculdades e Escolas são unidades que atuam no campo profissional.
d 1º - As Faculdades e Escolas serão administradas por diretores nomeados pelo Presidente da República, de lista sêxtupla organizada por votação secreta e uninominal.
d 2º - O Colégio eleitoral respectivo será composto pelos chefes de departamentos, pelos professores titulares, pelos docentes responsáveis por disciplinas, por um representante dos professores adjuntos, por um representante dos professores

assistentes, por um representante dos auxiliares de ensino e por um representante do corpo discente.
d 3º - Os Diretores serão substituídos, nas suas faltas e impedimentos, pelos Vice-Diretores escolhidos e nomeados também na forma do parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 53 - São as seguintes, sem prejuízo de outras que venham a ser criadas, as Faculdades e Escolas da Universidade:
I Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel;
II Faculdade de Odontologia;
III Faculdade de Direito;
IV Conservatório de Música;
V Faculdade de Veterinária;
VI Faculdade de Ciências Domésticas;
VII Faculdade de Medicina;
VIII Escola Superior de Educação Física;
IX Faculdade de Educação.

Parágrafo Único - Até que seja incorporado, o Conservatório de Música é unidade agregada à Universidade.

Art. 54 - As Faculdades e Escolas compreendem:
I o Conselho Departamental;
II a Direção;
III serviços de secretaria;
IV departamentos;
V instalações, serviços próprios e outros comuns a seus departamentos.

Art. 55 - As faculdades e Escolas têm por finalidade:
I ministrar, no seu campo, o ensino profissional de graduação;
II ministrar, no seu campo, o ensino de especialização e pós-graduação;
III desenvolver e coordenar planos de pesquisa e extensão.

Art. 56 - O Regimento Geral disporá sobre a composição, estrutura, funcionamento e atribuições das Faculdades e Escolas, ressalvado o disposto neste Estatuto.

TÍTULO V
CAPÍTULO ÚNICO
DOS ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

Art. 57 - São Órgãos Suplementares, sem prejuízo de outros que venham a ser criados ou incorporados, nos termos do art. 15 do Decreto nº 65.881, de 16 de dezembro de 1969:
I a Estação Experimental de Piratini;
II a Estação Experimental da Palma;
III o Centro de Treinamento do Sul (CETREISUL);
IV a Gráfica Universitária;
V a Biblioteca Central;
VI o Museu;
VII a Casa para Estudantes;
VIII o Refeitório Estudantil;
IX o Centro Desportivo;
X o Núcleo de Processamento de Dados, sediado no Instituto de Física Matemática;
XI o Sistema de Apropriação de Custos;

XII o Coral da Universidade;
XIII o Biotério;
XIV o Centro de Teledifusão Educativa;
XV o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC);
XVI o Teatro Universitário;
XVII a Colônia de Férias;
XVIII a Estação Agro-Climatológica;
XIX o Hospital de Clínicas Veterinária.

Parágrafo Único - A composição, estrutura, funcionamento e atribuição dos órgãos suplementares serão disciplinados pelo Regimento Geral da Universidade.

TÍTULO VI
CAPÍTULO ÚNICO
DOS ÓRGÃOS DE SEGUNDO GRAU

Art. 58 - É Órgão de Segundo Grau, sem prejuízo de outros que venham a ser criados ou incorporados, o Conjunto Agrotécnico "Visconde da Graça".

Art. 59 - O Regimento Geral da Universidade disciplinará a estrutura e funcionamento do Conjunto Agrotécnico "Visconde da Graça", obedecido o princípio da não duplicação de meios para fins idênticos.

Art. 60 - Os Órgãos de Segundo Grau serão dirigidos por coordenadores nomeados pelo Reitor.

TÍTULO VII
DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA
CAPÍTULO I
DOS CURSOS

Art. 61 - Curso é um conjunto sistematizado de disciplinas, cujo estudo confere um certificado, diploma ou grau acadêmico.

Art. 62 - Disciplina é um programa de estudos e trabalhos, de ensino e pesquisa, oferecido por um departamento e desenvolvido no máximo em um semestre letivo.

Art. 63 - A aprovação em uma disciplina confere um determinado número de créditos, conforme dispuser o Regimento Geral da Universidade.

Art. 64 - A Universidade ministrará cursos de:
I graduação;
II pós-graduação;
III especialização;
IV extensão

Parágrafo Único - O Regimento Geral da Universidade disciplinará as categorias e funcionamento dos cursos, ressalvado o disposto neste Estatuto.

CAPÍTULO II
DOS COLEGIADOS DE CURSOS

Art. 65 - O Colegiado de Curso é o órgão de coordenação didática que tem por finalidade superintender o ensino no âmbito de cada curso.

Art. 66 - Haverá, para cada Curso, um Colegiado composto de um representante de cada Departamento necessário a estrutura do Curso e um representante discente.

Art. 67 - O Colegiado de Curso será dirigido por um Coordenador, escolhido pelo Reitor, dentre seus membros pelo período de dois (2) anos, podendo ser reconduzido, exceto nos Cursos ministrados independentemente de Faculdades e Escolas, cujo Coordenador será também o Coordenador do Colegiado do Curso.
Parágrafo Único - Ressalvado o disposto neste Estatuto, a composição, o funcionamento e as atribuições dos Colegiados de Cursos serão disciplinados pelo Regimento Geral da Universidade.

CAPÍTULO III
DO CALENDÁRIO ESCOLAR

Art. 68 - O semestre letivo é o período base da atividade didática, abrangendo, no mínimo, noventa (90) dias de trabalho escolar efetivo, não incluindo o tempo destinado a provas e exames.
Parágrafo Único - O semestre letivo será prorrogado até se completarem os noventa (90) dias de trabalho mínimo, a juízo do Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa, caso tenham sido interrompidas as atividades didáticas.

Art. 69 - Em dezembro de cada ano, o Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa publicará o Calendário Escolar para os semestres letivos do ano seguinte.

Art. 70 - Ressalvado o disposto neste Estatuto, o Regimento Geral da Universidade disporá sobre o Calendário Escolar.

CAPÍTULO IV
DA SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO

Art. 71 - Haverá concurso vestibular para ingresso na Universidade, nele podendo inscrever-se portadores de certificados de conclusão de 2º grau ou equivalente.
Parágrafo Único - A Comissão Central do Vestibular disciplinará, em cada ano, as condições de realização de cada concurso vestibular, observadas as disposições legais e regulamentares.

Art. 72 - O Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa, ouvidos previamente os colegiados de cursos, fixará, anualmente, o número de vagas para ingresso na Universidade.

Art. 73 - Haverá na Pró-Reitoria de Graduação e Assistência um órgão destinado a acompanhar os candidatos ao Concurso Vestibular e todos os alunos da Universidade.

Art. 74 - Haverá, para cada curso, professores orientadores escolhidos pelo respectivo colegiado de curso.

Art. 75 - A estrutura, o funcionamento e as atribuições dos órgãos de seleção e orientação serão disciplinados pelo Regimento Geral da Universidade, ressalvado o disposto neste Estatuto.

CAPÍTULO V
DA MATRÍCULA

Art. 76 - A matrícula na Universidade é centralizada na Pró-Reitoria de Graduação e Assistência e se fará por disciplina, em cada semestre letivo.

Art. 77 - Nos cursos de graduação será permitida a matrícula simultânea em no máximo dois cursos e a transferência de um curso para outro, mediante plano elaborado pelo respectivo colegiado.

Art. 78 - Os demais aspectos relativos à matrícula serão disciplinados pelo Regimento Geral da Universidade.

CAPÍTULO VI
DA TRANSFERÊNCIA

Art. 79 - A Universidade poderá, nos termos de sua capacidade, aceitar a transferência de alunos provenientes de cursos de graduação idênticos ou equivalentes aos seus.
Parágrafo Único - O colegiado de curso prescreverá as condições de matrícula para cada caso, incluindo as opções de adaptação.

Art. 80 - Da decisão do colegiado de curso caberá recurso para o Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa, que decidirá em última instância, não necessitando publicar as razões da decisão.

Art. 81 - As épocas para os pedidos de transferência, bem como as formas e os prazos, serão disciplinados pelo Regimento Geral da Universidade.

CAPÍTULO VII
DO ENSINO E AVALIAÇÃO

Art. 82 - O ensino e a avaliação serão objeto de regime próprio, prescrito no Regimento Geral da Universidade.

TÍTULO VIII
DO PATRIMÔNIO, RECURSOS E REGIME FINANCEIRO
CAPÍTULO I
DO PATRIMÔNIO

Art. 83 - O patrimônio da Universidade será administrado pelo Reitor, com observância das prescrições legais, estatutárias e regimentais aplicáveis em cada caso.

Art. 84 - O patrimônio da Universidade será constituído:
I pelos bens móveis, imóveis, semoventes, instalações, títulos e direitos da Universidade;
II pelos bens móveis, imóveis, semoventes, instalações, títulos e direitos das entidades que lhe forem incorporadas;
III pelos bens móveis, imóveis, semoventes, instalações, títulos e direitos que venha a adquirir ou construir;

IV pelas doações ou legados, com ou sem encargos, que vier a receber, inclusive para a constituição de fundos especiais, ampliação de instalações ou custeios de determinados serviços;
V pelos saldos dos exercícios financeiros anteriores, transferidos à conta do Fundo Patrimonial;
VI pelo Fundo Patrimonial;
VII de outras incorporações que resultem de trabalhos realizados pela Universidade.

Art. 85 - Os bens e direitos da Universidade serão utilizados exclusivamente na consecução de seus objetivos, podendo, para tal fim, serem alienados.

Parágrafo Único - A alienação de bens imóveis dependerá de autorização dos Conselhos Diretor da Fundação e Universitário, em sessão conjunta.

Art. 86 - A aquisição de bens, direitos e valores pela Universidade independem de aprovação do Governo Federal.

Art. 87 - É permitida a inversão de valores em fundos para valorização patrimonial e obtenção de rendas.

CAPÍTULO II
DOS RECURSOS

Art. 88 - São recursos financeiros:
I as dotações consignadas, obrigatoriamente, em cada exercício financeiro, no Orçamento da União;
II as dotações que, a qualquer título, forem destinadas nos orçamentos dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios;
III as dotações e ajudas financeiras de qualquer origem;
IV o produto de financiamento e empréstimo;
V as dotações e contribuições oriundas de convênios, acordos ou contratos, celebrados com pessoas naturais e jurídicas, entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais;
VI os saldos de exercícios financeiros encerrados;
VII as rendas de aplicações de bens e valores patrimoniais;
VIII as rendas de sua atividade educacional, industrial, de prestação de serviços ou assistência;
IX anuidades, taxas e outros emolumentos resultados de inscrições, matrícula e freqüência;
X os fundos especiais;
XI as taxas e emolumentos;
XII as rendas eventuais de qualquer natureza.

CAPÍTULO III
DO REGIME FINANCEIRO

Art. 89 - O exercício financeiro da Universidade coincidirá com o da União Federal.

Art. 90 - O orçamento da Universidade será uno.

Art. 91 - É vedada a retenção de receita própria por parte das unidades universitárias e órgãos suplementares ou de segundo grau. A Universidade estimulará suas fontes de receita própria.

Art. 92 - É vedado o depósito bancário em nome das unidades universitárias ou órgãos suplementares e de segundo grau, inclusive de suas direções ou de qualquer de seus componentes, excetuando-se os relativos a adiantamentos e suprimentos;

Art. 93 - O Reitor abrirá créditos adicionais, com cobertura na receita própria até o limite de arrecadação realizada, independente de autorização do Conselho Universitário.

Art. 94 - Para a organização da proposta orçamentária da Universidade, as unidades e os órgãos suplementares e de segundo grau remeterão à Reitoria, devidamente discriminada e justificada, a previsão de suas receitas e despesas, mediante estimação por programa.

Art. 95 - A Universidade constitui uma única unidade financeira centralizada na Reitoria.

Art. 96 - À Reitoria caberá fazer a prestação anual de contas ao Conselho Diretor da Fundação e ao Ministério da Educação e Cultura, para posterior apreciação pelo Tribunal de Contas da União.
Parágrafo Único - A Reitoria poderá contratar serviços especializados para trabalhos de auditoria interna.

Art. 97 - O Regimento Geral da Universidade disciplinará a matéria constante deste título, ressalvado o disposto neste Estatuto.

TÍTULO IX
DO PESSOAL
CAPÍTULO I
DO PESSOAL EM GERAL

Art. 98 - A Universidade tem o seu Quadro Único de Pessoal, Extinto, aprovado pelo Decreto nº 67.700, de 3 de dezembro de 1970.

Art. 99 - Para realização de suas atividades, a Universidade poderá contratar pessoal, segundo a legislação do ensino e trabalhista, observadas as prescrições deste Estatuto e do Regimento Geral da Universidade.

Art. 100 - As funções gratificadas constarão do Quadro Único de Pessoal sob a Legislação trabalhista, com os níveis correspondentes de vencimentos.

Art. 101 - As nomeações dos cargos do Quadro Único de Pessoal, bem como as admissões ao sistema da legislação trabalhista serão feitas por ato do Reitor, salvo os de competência do Presidente da República.

CAPÍTULO II
DO PESSOAL DOCENTE

Art. 102 - Entende-se por corpo docente o conjunto constituído por quantos exerçam atividades de ensino e pesquisa, nos termos deste Estatuto, do Regimento Geral e dos Regimentos das Unidades.

Art. 103 - Os membros do corpo docente de nível superior serão admitidos de acordo com o regime jurídico do Estatuto do Magistério Superior, das leis posteriores e da Legislação do Trabalho e, subsidiariamente, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Art. 104 - O pessoal docente de nível superior compreende os professores integrantes da carreira do magistério, os auxiliares de ensino e os admitidos temporariamente.

Art. 105 - Os cargos e funções da carreira do magistério abrangem as seguintes classes:
I Professor Titular;
II Professor Adjunto;
III Professor Assistente;

Art. 106 - Haverá apenas uma carreira docente, obedecendo ao princípio de unidade entre o ensino e pesquisa.

Art. 107 - Os cargos e funções do magistério superior da Universidade serão preenchidos com observância dos seguintes princípios:
I os cargos e funções do magistério serão desvinculados de campos específicos de conhecimento;
II serão considerados em caráter preferencial, para o ingresso e a promoção nos cargos ou funções, os títulos universitários e o teor científico dos trabalhos dos candidatos;
III o título de Doutor, obtido em curso credenciado, assegura direito à inscrição para provimento de qualquer cargo ou função na carreira do magistério;
IV exigir-se-á dos candidatos ao cargo de Professor assistente a condição de graduado no setor correspondente de estudos e que haja concluído curso de especialização ou aperfeiçoamento e, após transcorrido o prazo de seis (6) anos, será exigido dos candidatos o título de Mestre, obtido em curso credenciado;
V exigir-se-á dos candidatos ao cargo de professor adjunto a condição de professor assistente e, após transcorrido o prazo de oito (8) anos, será exigido dos candidatos o título de Doutor, obtido em curso credenciado;
VI a admissão no cargo de professor assistente será feita mediante concurso público de títulos e provas;
VII a admissão no cargo de professor adjunto será feita mediante concurso público de títulos e provas;
VIII a admissão no cargo de professor titular será feita mediante concurso público de títulos e provas;
IX a admissão de professores pelo regime da legislação do trabalho, para as classes do magistério superior, se fará mediante provas de seleção, por concurso público de títulos e provas, observadas as exigências respectivas quanto à titulação e comissões julgadoras previstas neste artigo e no Regimento Geral da Universidade.

Parágrafo Único - O Regimento Geral complementará as disposições necessárias para ingresso na carreira do magistério.

Art. 108 - Os professores regidos pela legislação trabalhista, na forma deste Estatuto e do Regimento Geral, terão os mesmos direitos e deveres, no que se refere ao ensino, pesquisa, administração e extensão, que os professores regidos pelo sistema estatutário.

Art. 109 - Aos professores regidos pela legislação trabalhista aplicam-se as seguintes regras especiais:
I a aquisição de estabilidade é condicionada à natureza efetiva da admissão, não

ocorrendo nos casos de interinidade ou substituição, ou quando a permanência no emprego depender da satisfação de requisitos especiais de capacidade, apurados segundo as leis do ensino;
II a aposentadoria extingue a relação de emprego, independentemente de indenização, cabendo à Universidade completar os proventos da aposentadoria previdenciária se não forem iguais aos percebidos, a qualquer título, na atividade, observados o regime de trabalho desempenhado pelo docente e a classe da carreira do magistério a que pertencer;
III no caso de afastamento por doença, em todo o transcurso dela, o docente terá complementada pela Universidade a remuneração que, a qualquer título, perceber do órgão previdenciário, de modo a equipará-la ao salário que faz jus quando em atividade, observados o regime de trabalho docente e sua classe na carreira do magistério;
IV não se aplicam aos professores visitantes e colaboradores os dispositivos dos itens anteriores.

Art. 110 - Os auxiliares de ensino serão graduados de curso de nível superior, admitidos em caráter probatório, pelo sistema da legislação do trabalho, para iniciação nas atividades docentes.
d 1º - A admissão será feita para preenchimento de função existente, mediante proposta do Departamento interessado, com aprovação do Conselho Departamental e encaminhado pelo Diretor da Unidade ao Reitor.
d 2º - A admissão será feita pelo prazo de dois (2) anos, que poderá ser renovada, a juízo do Conselho Departamental, comprovados o aproveitamento e a adaptação do indicado no período anterior.
d 3º - No prazo máximo de quatro (4) anos, o auxiliar de ensino deverá obter certificado de aprovação em curso de especialização ou aperfeiçoamento, sem o que seu contrato não poderá ser renovado.
d 4º - O Regimento Geral disporá sobre normas complementares para a seleção dos candidatos a auxiliar de ensino.

Art. 111 - O Regimento Geral disporá sobre o sistema de concursos para os cargos e funções do magistério superior, bem como sobre acumulação, transferência, remoção, licença, afastamento, vantagens, regime disciplinar, disponibilidade, exoneração, dispensa, aposentadoria e outros aspectos das relações do pessoal docente com a Universidade.

CAPÍTULO III
DO PESSOAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

Art. 112 - As atividades, não especificadamente relacionadas com o ensino e a pesquisa, serão desempenhadas por pessoal técnico e administrativo de diversas categorias profissionais, classificadas na forma da legislação em vigor.
d 1º - A admissão de pessoal técnico e administrativo será procedida de conformidade com a legislação própria.
d 2º - Compete ao Reitor nomear ou admitir o pessoal a que se refere o presente artigo.
d 3º - No provimento dos cargos de chefia e de funções gratificadas, bem como de assessoria, serão observadas as condições de habilitação e capacidade indispensáveis ao exercício, devendo ser dada preferência, sempre que possível, a pessoal de nível superior,
d 4º - Aplica-se, no que couber, o disposto nos incisos II e III do art. 109 ao pessoal técnico e administrativo.

TÍTULO X
DO REGIME DISCIPLINAR
CAPÍTULO ÚNICO

Art. 113 - O Regimento Geral da Universidade e os Regimentos das Unidades disporão sobre o regime disciplinar a que ficarão sujeitos o pessoal docente, o pessoal discente, técnico e administrativo, respeitadas as disposições legais e do presente Estatuto.

Art. 114 - São penas disciplinares:
I advertência;
II repreensão;
III suspensão:
IV exclusão;
V demissão;
VI dispensa.

Art. 115 - As penas de demissão, exclusão e suspensão, esta por prazo superior a quinze (15) dias, somente poderão ser impostas após inquérito, assegurada plena defesa.

Art. 116 - Dos atos que impuserem sanções disciplinares caberá recurso para a autoridade imediatamente superior.

Art. 117 - O recurso será interposto em petição fundamentada, encaminhada através da autoridade a que estiver subordinado o recorrente.

Art. 118 - Nas faltas preliminares dos docentes, o Conselho Universitário será a última instância.

TÍTULO XI
DO REGIME DE TRABALHO
CAPÍTULO ÚNICO

Art. 119 - O regime de trabalho do pessoal administrativo será o previsto, conforme o caso, no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, na legislação trabalhista, nas leis, decretos e portarias, bem como neste Estatuto e no Regimento Geral.

Art. 120 - O regime de trabalho do pessoal docente será o previsto, conforme o caso, nas leis que regem o ensino, na legislação trabalhista, neste Estatuto e no Regimento Geral.

TÍTULO XII
DO CORPO DISCENTE
CAPÍTULO ÚNICO

Art. 121 - O corpo discente da Universidade é constituído pelos estudantes regularmente matriculados nos semestres letivos dos diferentes cursos.

Art. 122 - Será obrigatória nos cursos a freqüência dos alunos, na forma estabelecida no Regimento Geral da Universidade e nos Regimentos das Unidades.

Art. 123 - Aos alunos que demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem carência ou insuficiência de recursos serão concedidas bolsas de estudo, na medida das disponibilidades orçamentárias, na forma da legislação em vigor.

Art. 124 - As bolsas de estudo serão custeadas por dotações próprias da Universidade, com recursos do Ministério da Educação e Cultura ou por outras fontes.

Art. 125 - A Universidade, na medida das suas possibilidades, prestará assistência ao estudante e proporcionará o cumprimento do disposto no art. 40 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, na forma disposta no Regimento Geral e Regimentos das Unidades.

Art. 126 - Haverá, nos termos das disponibilidades orçamentárias, bolsas de monitoria.
Parágrafo Único - O exercício das funções de monitor constitui título para posterior ingresso na carreira do magistério superior.

Art. 127 - O Corpo Discente terá representação com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados da Universidade e em Comissões cuja constituição assim o preveja, na forma deste Estatuto e do Regimento Geral da Universidade.

Art. 128 - A representação estudantil terá por objetivo a cooperação do corpo discente com a administração e os corpos docente e técnico-administrativo na condução dos trabalhos universitários.

Art. 129 - A escolha de representação estudantil prevista neste Estatuto far-se-á de acordo com as disposições constantes do Regimento Geral.

Art. 130 - O Corpo Discente da Universidade poderá se congregar em diretório.
d 1º - Poderá haver diretórios setoriais.
d 2º - O Regimento Geral disporá sobre as normas que disciplinarão os diretórios.

TÍTULO XIII
DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E DIGNIDADES UNIVERSITÁRIAS
CAPÍTULO ÚNICO

Art. 131 - A Universidade expedirá diplomas e certificados para habilitar profissionais ou distinguir personalidades.

Art. 132 - A Universidade outorgará diploma, que assegure o exercício profissional correspondente, somente após a obtenção da totalidade dos créditos correspondentes a determinado curso.

Art. 133 - Aos concluintes dos cursos dos órgãos de segundo grau a Universidade outorgará diplomas ou certificados.

Art. 134 - Haverá, ainda, diplomas ou certificados para cursos e programas de pós-graduação, extensão, especialização ou aperfeiçoamento.

Art. 135 - Haverá os seguintes títulos e dignidades universitárias:
I Doutor "honoris causa", destinado a personalidades que se hajam distinguido pelos relevantes serviços prestados à causa da educação e dos princípios fundamentais da nacionalidade;
II Professor "honoris causa", destinado a professores e cientistas insignes, alheios à

Universidade, que tenham contribuído para o desenvolvimento do ensino e pesquisa;
III Professor Emérito, destinado aos professores aposentados que tenham alcançado posição eminente na Universidade;
IV Medalha do Mérito Universitário, destinada a premiar quantos, dentro ou fora da Universidade, se tenham salientado por relevantes serviços prestados à instituição.

TÍTULO XIV
CAPÍTULO ÚNICO
DA VIDA UNIVERSITÁRIA

Art. 136 - A Universidade estimulará a solidariedade universitária, desenvolvendo a assistência social, autorizando a criação e funcionamento das entidades que congreguem os que nela trabalhem ou estudem, bem como os egressos de seus quadros ou de seus cursos.

Art. 137 - O Regimento Geral disporá sobre a organização e funcionamento das entidades previstas no artigo anterior.

TÍTULO XV
CAPÍTULO ÚNICO
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 138 - O presente Estatuto poderá ser modificado por proposta do Reitor ou de um terço (1/3), pelo menos, dos membros do Conselho Universitário.
Parágrafo Único - Na sessão especial convocada para esse fim, a proposta terá que ser aprovada por dois terços (2/3), no mínimo, da totalidade de seus membros.

Art. 139 - Os Institutos, Faculdades e Escolas, poderão ser abolidos, transformada a Universidade num conjunto de departamentos, quando assim for considerado oportuno.

Art. 140 - Os Regimentos dos demais órgãos deverão manter estrita consonância com os princípios deste Estatuto e do Regimento Geral.

Art. 141 - Serão consideradas automaticamente incorporadas aos demais Regimentos quaisquer novas disposições legais ou alterações do presente Estatuto.

Art. 142 - Os órgãos colegiados da Universidade somente poderão deliberar com a presença da maioria absoluta de seus membros.

Art. 143 - A Universidade estimulará, por todas as formas e meios, a integralização de seu "campus", para ele transferindo gradativamente todas as suas unidades de ensino e pesquisa de nível superior.

Art. 144 - Na criação de novas Faculdades, Escolas ou Cursos observar-se-á o critério de plena utilização de equipamentos, instalações e departamentos pré-existentes.

Art. 145 - Nas eleições da Universidade, havendo empate, será considerado eleito o docente mais antigo no magistério e, entre os de igual antigüidade, o mais idoso.

Art. 146 - Nas eleições do corpo discente, em caso de empate, será considerado eleito o estudante que apresentar maior número de créditos em seu currículo, persistindo o empate, o de mais idade.

Art. 147 - A Universidade articular-se-á com instituições nacionais, estrangeiras, internacionais e multinacionais, para o intercâmbio de professores e outros propósitos relacionados com os seus objetivos e funções.

Art. 148 - O ato de investidura em função ou cargo, bem como o ato de matrícula na Universidade, importa em compromisso formal de respeitar a Lei, este Estatuto, os Regimentos e as autoridades universitárias.

Art. 149 - Os diplomas e certificados obtidos no estrangeiro poderão ser revalidados na Universidade.
Parágrafo Único - A revalidação de que trata este artigo será feita de acordo com a legislação vigente e com as normas emanadas dos respectivos colegiados de cursos e aprovadas pelo Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa (COCEP) na forma do Regimento Geral da Universidade.

Art. 150 - O ano letivo regular, independente do ano civil, abrangerá, no mínimo, cento e oitenta (180) dias de trabalho escolar efetivo, não incluindo o tempo reservado a exames, na forma do calendário escolar a ser aprovado conforme dispuser o Regimento Geral da Universidade.

Art. 151 - O Regimento Geral da Universidade regulará o processo para obtenção do título de Livre-Docente.

Art. 152 - Em casos especiais, amplamente justificados, a requerimento do interessado e mediante proposta do Conselho Departamental, poderá ser concedida, pelo Conselho Universitário, aos ocupantes de cargos de magistério superior a dispensa temporária das obrigações na Universidade até dois (2) anos, a fim de que se devote a assuntos de sua especialização no país e no estrangeiro, sem prejuízo de seus direitos ou vantagens financeiras, conforme o caso, atendida a legislação em vigor.
Parágrafo Único - Em casos especiais, a licença poderá ser prorrogada.

Art. 153 - Das decisões do Conselho Universitário caberá recurso para o Conselho Federal de Educação, por estrita argüição de ilegalidade.

Art. 154 - Os casos omissos do presente Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Universitário.

Art. 155 - A Universidade terá, como símbolos, bandeira e brasão.

Art. 156 - A Universidade definirá a política universitária de planejamento e expansão de modo a preservar as diretrizes da Reforma Universitária e a concentração de meios e recursos - materiais e humanos em seu "campus", sem prejuízos do exercício normal de suas atividades de ensino e pesquisa.

Art. 157 - Os regimentos das unidades, órgãos e assessorias serão submetidos à aprovação do Conselho Universitário no prazo de noventa (90) dias, a contar da data da aprovação do Regimento Geral da Universidade pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 158 - A implantação de órgãos e serviços novos e as alterações nos existentes se farão progressivamente, à medida que se efetivarem as condições indispensáveis para a reestruturação determinada neste Estatuto.
Parágrafo Único - Enquanto não forem implantados os novos órgãos, as atribuições

definidas neste Estatuto serão exercidas pelos existentes, salvo determinação em contrário dos órgãos da Administração Superior da Universidade.

Art. 159 - Os ocupantes dos cargos e funções de magistério e administrativos das instituições, que formaram inicialmente a Universidade, serão redistribuídos pelas diversas unidades universitárias, órgãos suplementares e de segundo grau que passam a constituir a atual estrutura.
Parágrafo Único - Nenhum integrante do pessoal docente da Universidade, salvo caso de acumulação permitida, poderá, após sua remoção ou redistribuição para atendimento ao disposto no presente artigo, integrar departamentos de unidades diferentes.

Art. 160 - Para efeito do Concurso de Títulos e de Títulos e Provas, visando o provimento efetivo de cargos de professor, nas unidades que não possuam "quorum" suficiente, o Conselho Universitário indicará os nomes que complementarão o respectivo colegiado.

Art. 161 - As portarias do Reitor, que visam a implantar a Reforma Universitária na Universidade Federal de Pelotas, perderão sua vigência uma vez aprovado o Regimento Geral da Universidade pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 162 - O concurso Vestibular totalmente unificado, com ou sem ponderação, com ou sem pré-opção, deverá ser implantado em 1973.

Art. 163 - A implantação da Reforma Universitária constante desse Estatuto e do Regimento Geral ficará sob a supervisão direta do Reitor.

Art. 164 - Enquanto não houver número suficiente de professores titulares, adjuntos e assistentes, as disciplinas poderão ser ministradas, em cada Departamento, por auxiliares de ensino.
Parágrafo Único - O Regimento Geral disporá sobre o assunto.

Art. 165 - Nos termos do artigo 30, d 2º do Decreto nº 65.881 de 16 de dezembro de 1969, enquanto não forem providas na forma da Lei, as direções dos Institutos e Faculdades serão designadas pelo Reitor, em caráter temporário.

Art. 166 - O presente Estatuto entrará em vigor após aprovado pelo Conselho Federal de Educação e homologado pelo Ministério da Educação e Cultura.

Anexo B - Decreto-Lei nº 750, de 8 de Agosto de 1969, criação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968;

CONSIDERANDO que a Reforma Universitária fixou as características que devem condicionar a presença da universalidade no sistema nacional de ensino exigindo, entre outras, a universidade de campo e a unidade de funções de ensino e pesquisa;

CONSIDERANDO que, de acôrdo com os princípios estabelecidos, a instituição isolada de ensino superior somente será permitida a título excepcional e transitório; e

CONSIDERANDO o disposto no Art. 52 e seu Parágrafo único, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, com a redação que lhe deu o Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É criada a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), mediante a transformação e incorporação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, e das Faculdades de Direito e de Odontologia e do Instituto de Sociologia e Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A Universidade Federal de Pelotas, com sede na cidade e município do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Sul, será uma fundação de direito público vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, com antonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, nos têrmos da legislação federal e de seu estatuto.

Parágrafo único. O Presidente da República designará o representante da União nos atos constitutivos da fundação.

Art. 3º São fins da UFPEL a realização e o desenvolvimento da educação superior e da pesquisa, e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística.

Art. 4º A UFPEL será constituída das seguintes unidades:

I - Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel";
II - Faculdade de Ciências Domésticas;
III - Faculdade de Direito;
IV - Faculdade de Odontologia;
V - Faculdade de Veterinária;
VI - Instituto de Sociologia e Política.

§ 1º Passam a ser instituições particulares agregadas à UFPEL o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes "Dona Carmem Trápaga Simões" e a Faculdade de Medicina da Instituição Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (IPESSE).

§ 2º Por deliberação do Conselho Universitário, a Universidade poderá promover a criação de novas unidades, ressalvado o disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e no art. 9º do Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 5º O patrimônio da UFPEL será constituído:

I - do patrimônio da atual Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul;
II - do patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Pelotas;
III - dos bens e direitos que vier a adquirir;
IV - das dotações que receber;
V - de outras incorporações que resultem de trabalhos realizados peIa Universidade.

§ 1º Os atos, a que se refere o parágrafo único do art. 2º, compreenderão o tombamento, a avaliação e todos os que se relacionarem com a integração, mediante escritura pública, no patrimônio da fundação, sem ônus para esta, dos bens e direitos enumerados neste artigo.

§ 2º Os bens e direitos da fundação serão utilizados ou aplicados exclusivamente na consecução de seus objetivos, podendo, para tal fim, ser alienados.

§ 3º No caso de extinguir-se a fundação, seus bens e direitos serão incorporados ao patrimônio da União.

Art. 6º São recursos financeiros da UFPEL:

I - as dotações consignadas anualmente no Orçamento da União;
II - as ajudas financeiras de qualquer origem;
III - as contribuições oriundas de convênio, acôrdo ou contrato;
IV - os saldos de exercícios financeiros encerrados;

Art. 7º Até o preenchimento dos cargos, na forma da lei e do estatuto, a Reitoria e a Vice-Reitoria serão providas pro-tempore, pelo Presidente da República.

Art. 8º São automàticamente transferidos à UFPEL todos os serviços, servidores e verbas pertencentes ou destinados à Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, e os das Faculdades de Direito e Odontologia, e do Instituto de Sociologia e Política, atualmente integrados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mantidos os direitos dos atuais servidores.

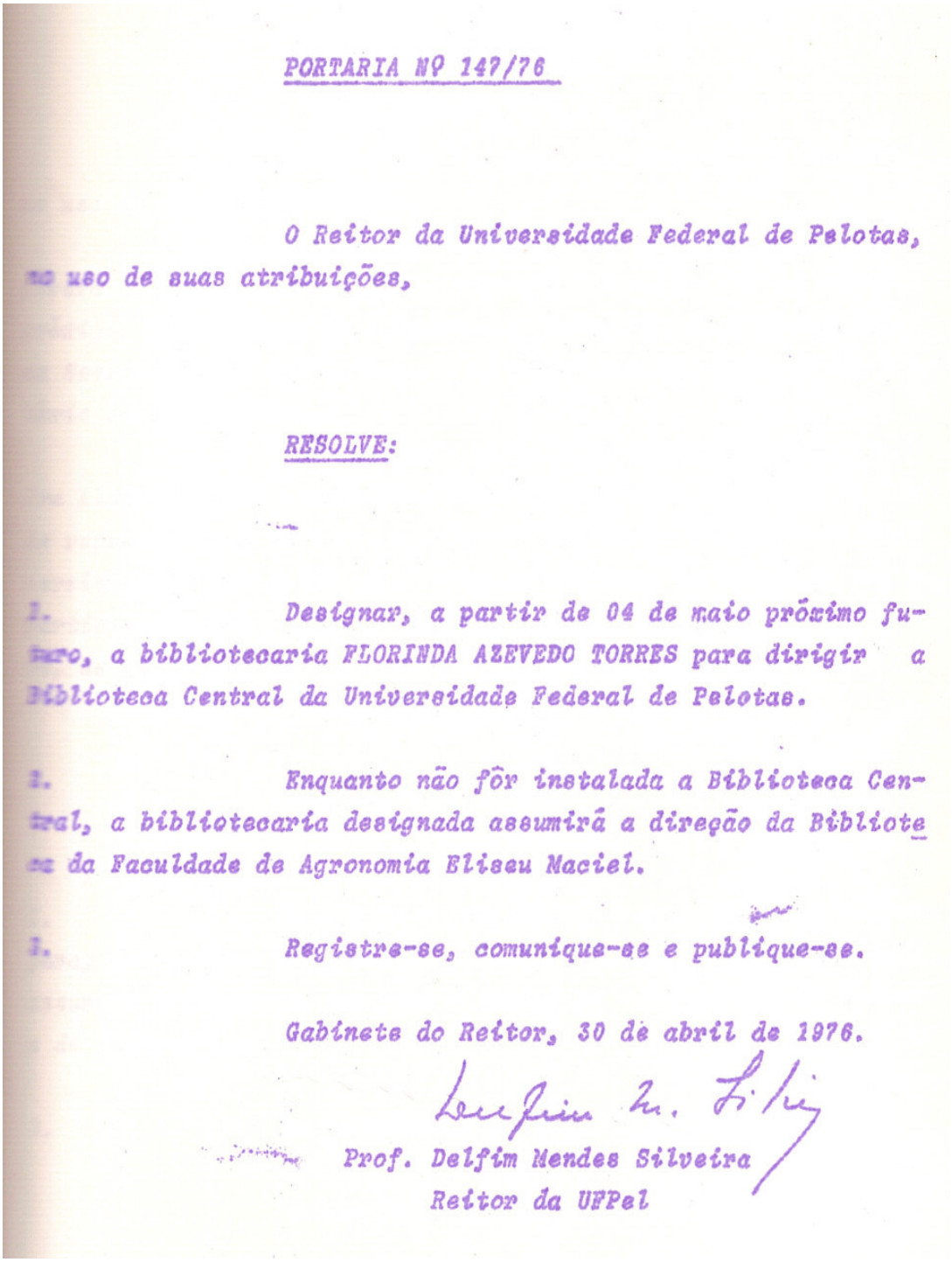
Art. 9º Dentro de 60 (sessenta) e 120 (cento e vinte) dias, respectivamente, serão elaborados o estatuto da fundação, para aprovação do Presidente da República e inscrição no Cartório de Pessoas Jurídicas, e o estatuto da Universidade, para aprovação do Conselho Federal de Educação, na forma da lei.

Art. 10. Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 8 de agôsto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

Anexo C - Portaria 147/76 - Designação do Primeiro Diretor da Biblioteca Central



PORTARIA Nº 147/76

O Reitor da Universidade Federal de Pelotas, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1. Designar, a partir de 04 de maio próximo futuro, a bibliotecaria FLORINDA AZEVEDO TORRES para dirigir a Biblioteca Central da Universidade Federal de Pelotas.

2. Enquanto não fôr instalada a Biblioteca Central, a bibliotecaria designada assumirá a direção da Biblioteca da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel.

3. Registre-se, comunique-se e publique-se.

Gabinete do Reitor, 30 de abril de 1976.

Prof. Delfim Mendes Silveira
Reitor da UFPel

Anexo D - Portaria 238/76 - Dispensar Primeiro Diretor da Biblioteca Central

PORTARIA Nº 238/76

O Reitor da Universidade Federal de Pelotas, no uso de suas atribuições,

Considerando os termos do Processo UFPel protocolado sob o nº 5211/76,

RESOLVE:

1. Dispensar, a pedido, FLORINDA AZEVEDO TORRES da função de Diretora da Biblioteca Central da Universidade Federal de Pelotas, a partir de 06 de julho de 1976.

2. Registre-se, comunique-se e publique-se.

Gabinete do Reitor, 21 de julho de 1976.

Prof. Delfim Mendes Silveira
Reitor da UFPel

Anexo E - Portaria 239/76 - Substituição do Diretor da Biblioteca Central

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 239/76

O Reitor da Universidade Federal de Pelotas, no uso de suas atribuições,

Considerando a urgente necessidade da instalação e funcionamento da Biblioteca Central, órgão suplementar previsto no Estatuto e no Regimento Geral da instituição;

Considerando a complexidade própria de iniciativa dessa natureza, envolvendo aspectos físicos de áreas, aquisição de equipamentos, material permanente, organização do quadro de pessoal a ser nela lotado, aspectos técnicos de sistematização, catalogação, organização de fichário central, reunião administrativa das várias bibliotecas descentralizadas, que passarão a constituir um todo sob uma só direção;

Considerando os fatores conhecidos que vêm retardando a existência desse órgão de finalidades tão essenciais para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa, em todos os graus;

Considerando que já existem, no "campus", espaços físicos indispensáveis à sua instalação e funcionamento provisórios;

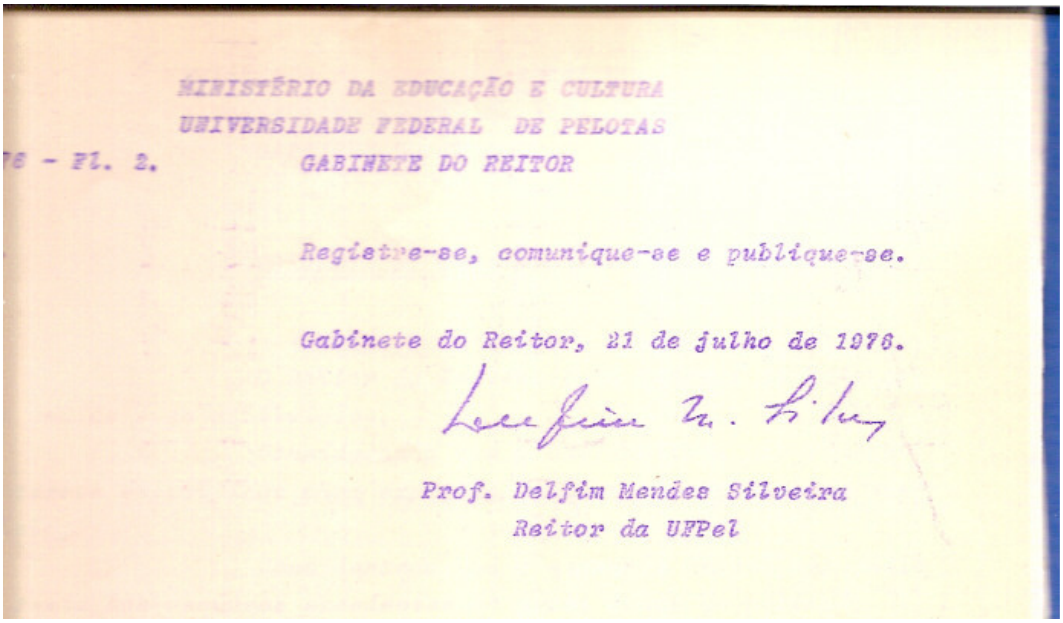
Considerando o próximo reinício das obras do prédio que será a sede definitiva da Biblioteca Central;

Considerando, ainda, a prioridade que se impõe, por todos os motivos, visando a alcançar, no mais breve espaço de tempo, a consecução desse objetivo, o relacionamento com as demais Bibliotecas Centrais, com o INL, com os editores e demais fontes de fornecimento de acervos bibliográficos, as justas aspirações de professores e estudantes de disporem de realização modelar, nesse sentido;

RESOLVE:

1. Designar Diretor da Biblioteca Central da Universidade Federal de Pelotas o Professor GILBERTO DA COSTA GIGANTE, que ficará com todas as atribuições inerentes ao cargo.

.....



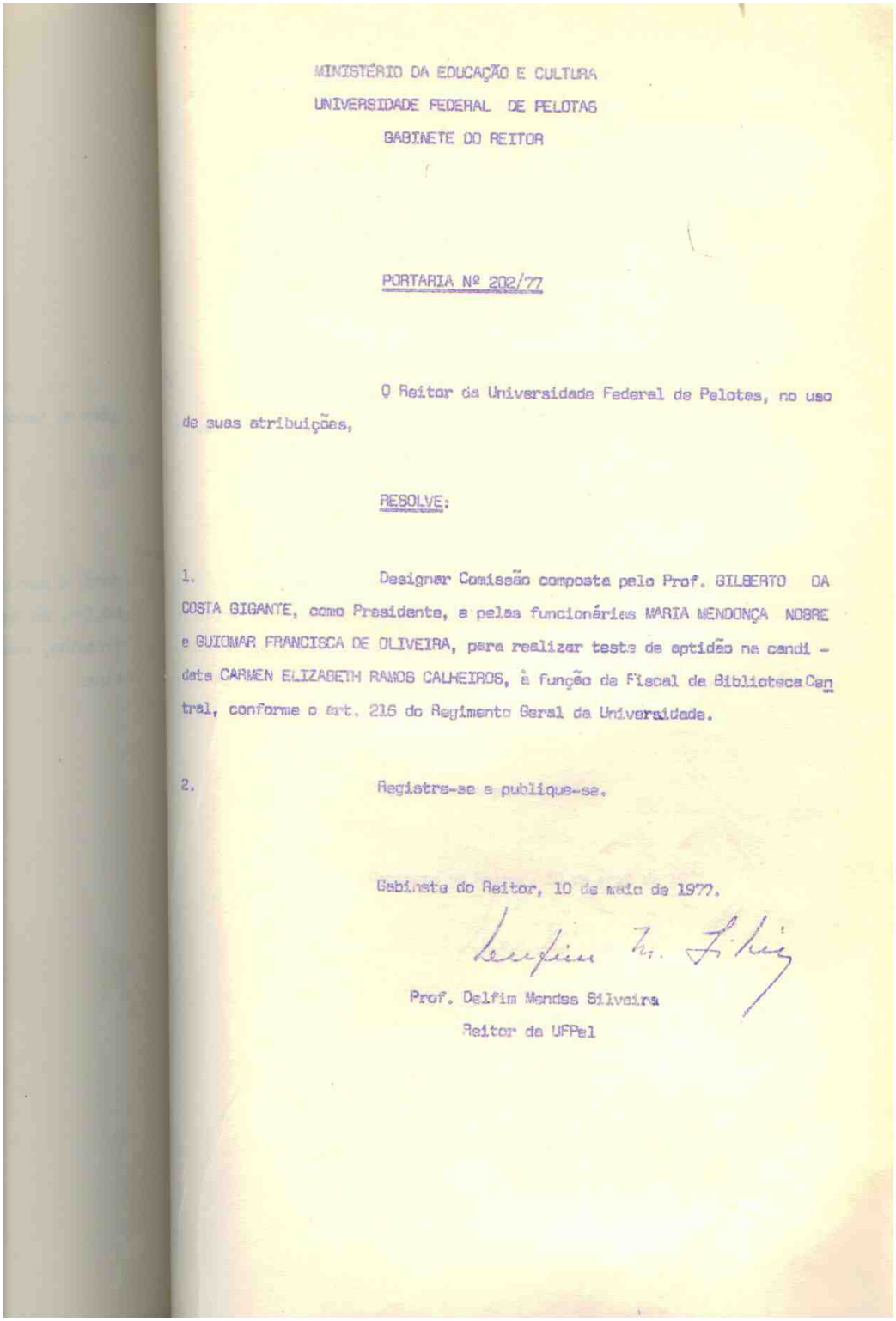
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
76 - Fl. 2. GABINETE DO REITOR

Registre-se, comunique-se e publique-se.

Gabinete do Reitor, 21 de julho de 1976.

Prof. Delfim Mendes Silveira
Reitor da UFPel

Anexo F - Portaria 202/77 – Fiscal da Biblioteca Central



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 202/77

O Reitor da Universidade Federal de Pelotas, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

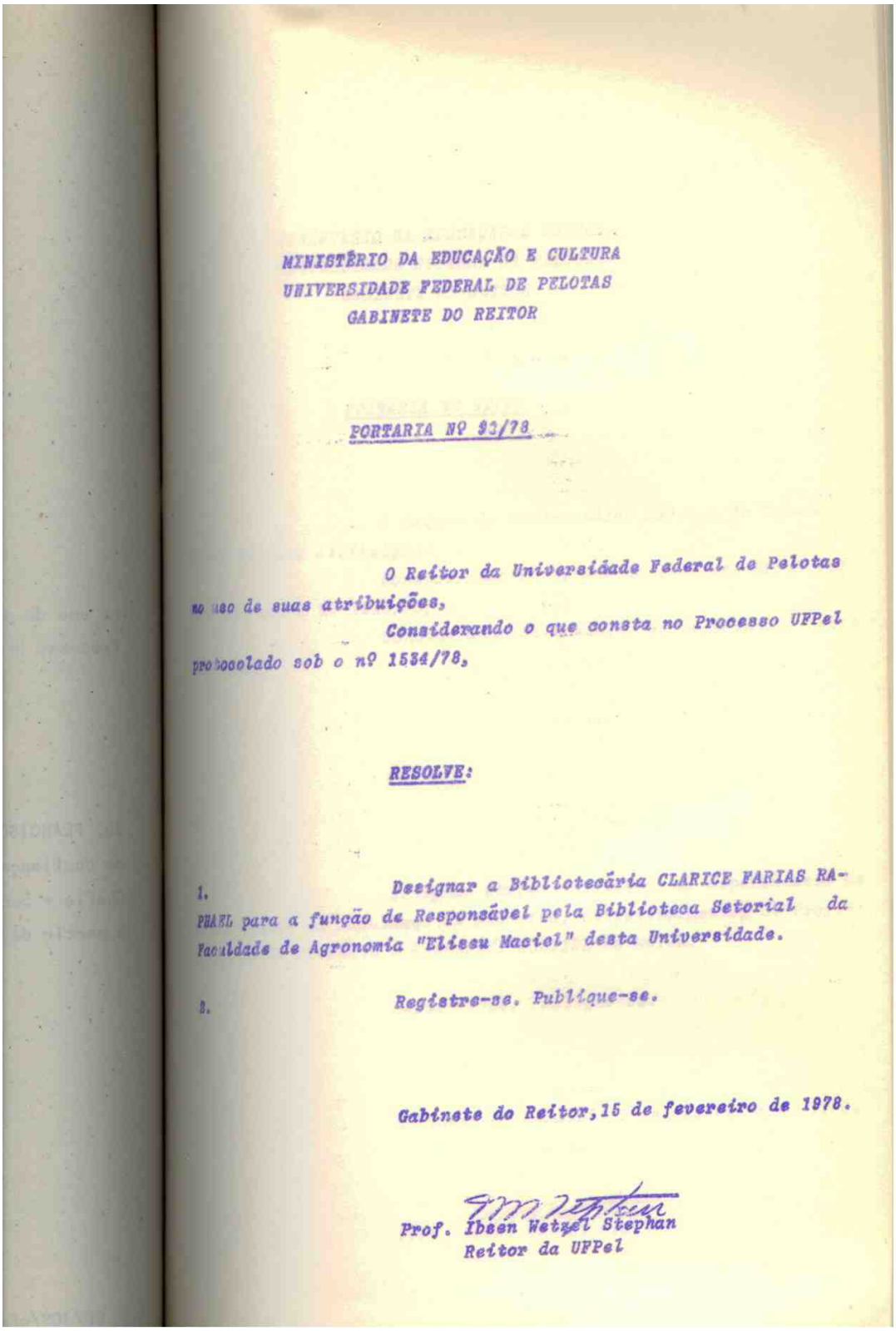
1. Designar Comissão composta pelo Prof. GILBERTO DA COSTA GIGANTE, como Presidente, e pelas funcionárias MARIA MENDONÇA NOBRE e GUIOMAR FRANCISCA DE OLIVEIRA, para realizar teste de aptidão na candidata CARMEN ELIZABETH RAMOS CALHEIROS, à função de Fiscal de Biblioteca Central, conforme o art. 216 do Regimento Geral da Universidade.

2. Registre-se e publique-se.

Gabinete do Reitor, 10 de maio de 1977.

Prof. Delfim Mendes Silveira
Reitor da UFPel

Anexo G - Portaria 91/78 – Clarice Raphael Pilownic Responsável pela Biblioteca da FAEM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 91/78

O Reitor da Universidade Federal de Pelotas no uso de suas atribuições,

Considerando o que consta no Processo UFPel protocolado sob o nº 1534/78,

RESOLVE:

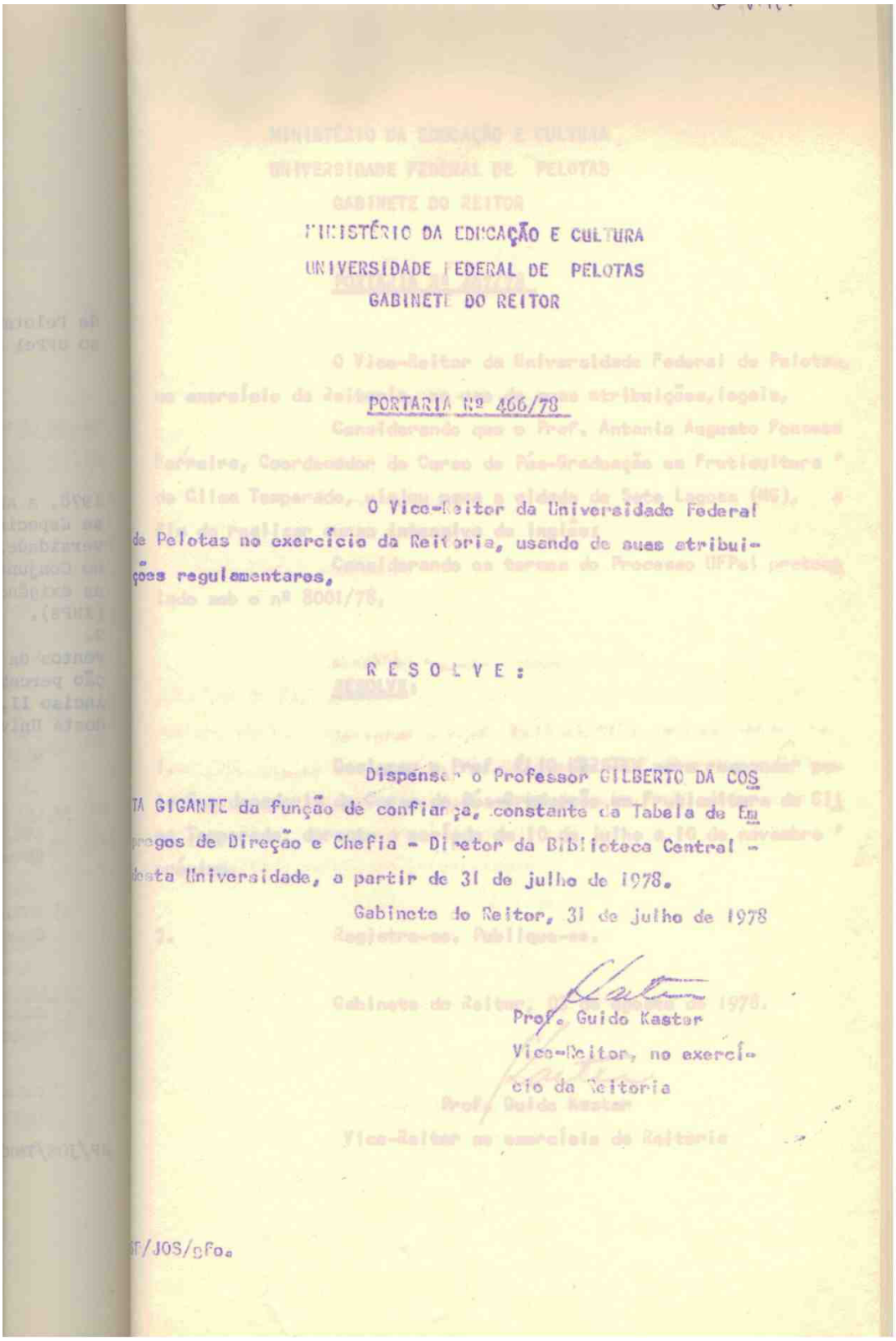
1. Designar a Bibliotecária CLARICE FARIAS RAPHAEL para a função de Responsável pela Biblioteca Setorial da Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel" desta Universidade.

2. Registre-se. Publique-se.

Gabinete do Reitor, 15 de fevereiro de 1978.

Prof. Ibsen Wetzel Stephan
Reitor da UFPel

Anexo H - Portaria 466/78 – Dispensa Prof. Gilberto Gigante de Diretor da Biblioteca Central



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 466/78

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Pelotas no exercício da Reitoria, usando de suas atribuições regulamentares,

R E S O L V E :

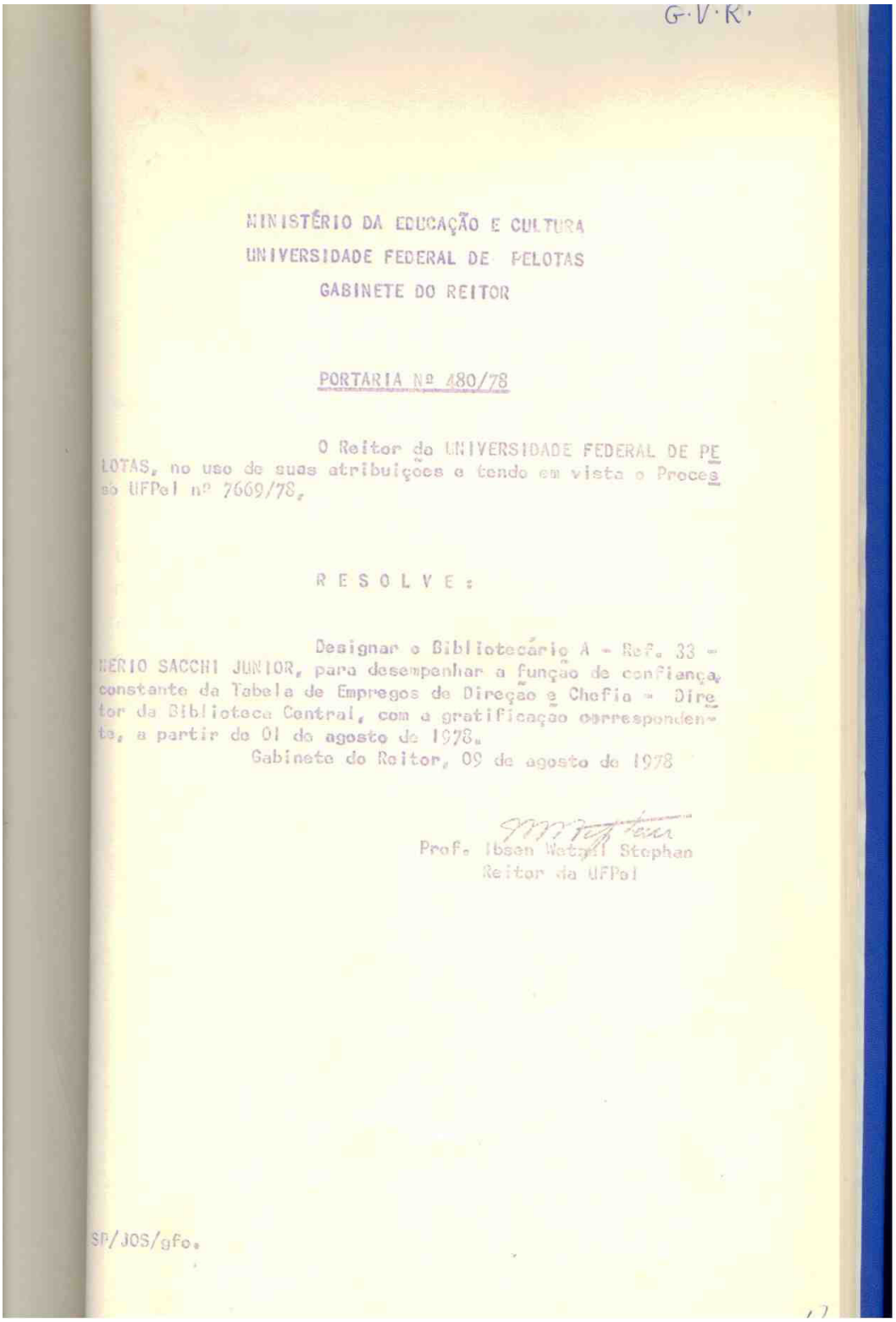
Dispensar o Professor GILBERTO DA COSTA GIGANTE da função de confiança, constante da Tabela de Empregos de Direção e Chefia - Diretor da Biblioteca Central - desta Universidade, a partir de 31 de julho de 1978.

Gabinete do Reitor, 31 de julho de 1978

Prof. Guido Kaster
Vice-Reitor, no exercício da Reitoria

SF/JOS/gFo.

Anexo I - Portaria 480/78 – Designa o Bibliotecário Nério Sacchi Jr., Diretor da Biblioteca Central



G.V.R.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 480/78

O Reitor da UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Processo UFPel nº 7669/78,

R E S O L V E :

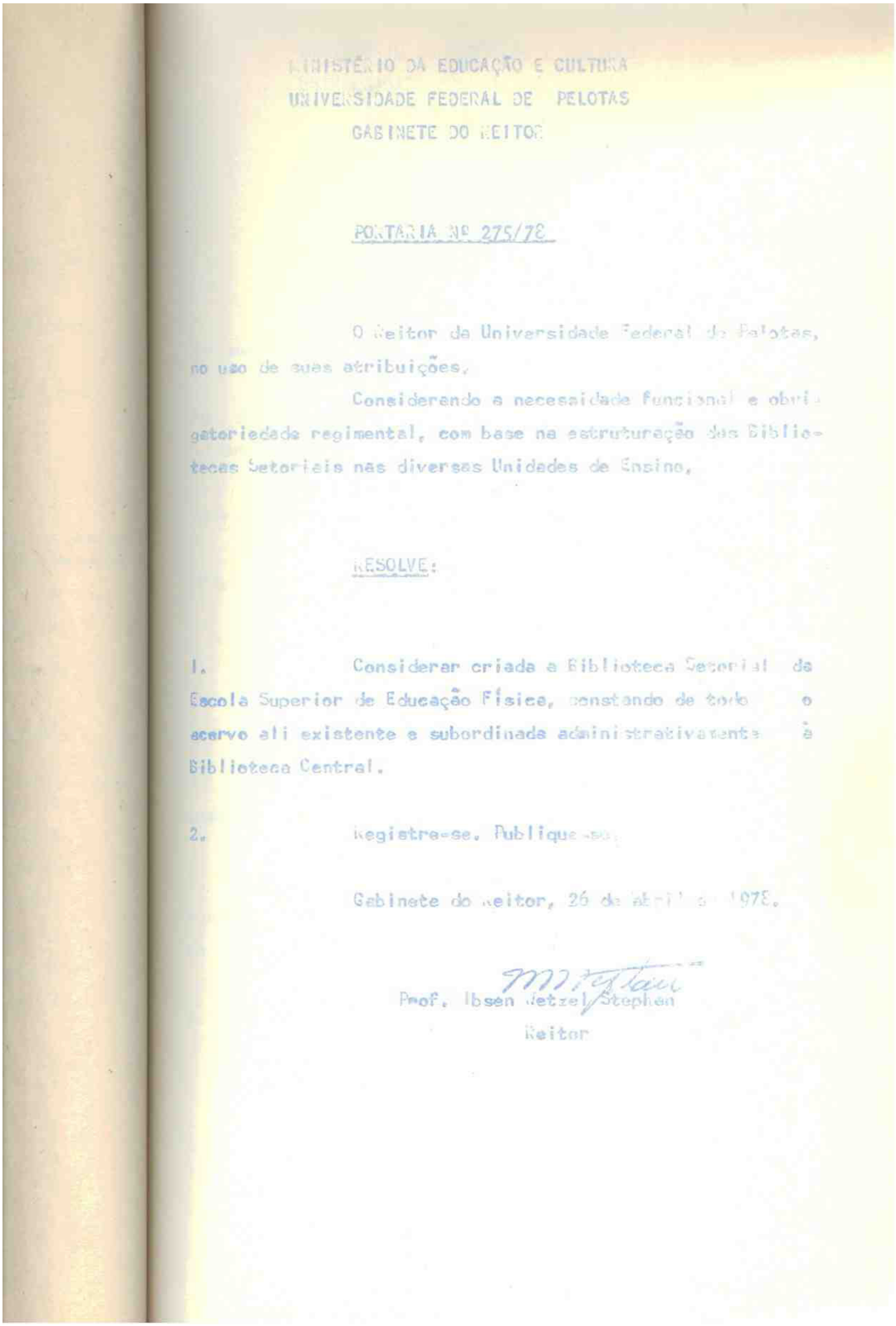
Designar o Bibliotecário A - Ref. 33 - NÉRIO SACCHI JUNIOR, para desempenhar a função de confiança, constante da Tabela de Empregos de Direção e Chefia - Diretor da Biblioteca Central, com a gratificação correspondente, a partir de 01 de agosto de 1978.

Gabinete do Reitor, 09 de agosto de 1978

Prof. Ibsen Wetzel Stephan
Reitor da UFPel

SP/JOS/gFo.

Anexo J - Portaria 275/78 – Criação da Biblioteca Setorial da ESEF



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 275/78

O Reitor da Universidade Federal de Pelotas, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade funcional e obrigatoriedade regimental, com base na estruturação das Bibliotecas Setoriais nas diversas Unidades de Ensino,

RESOLVE:

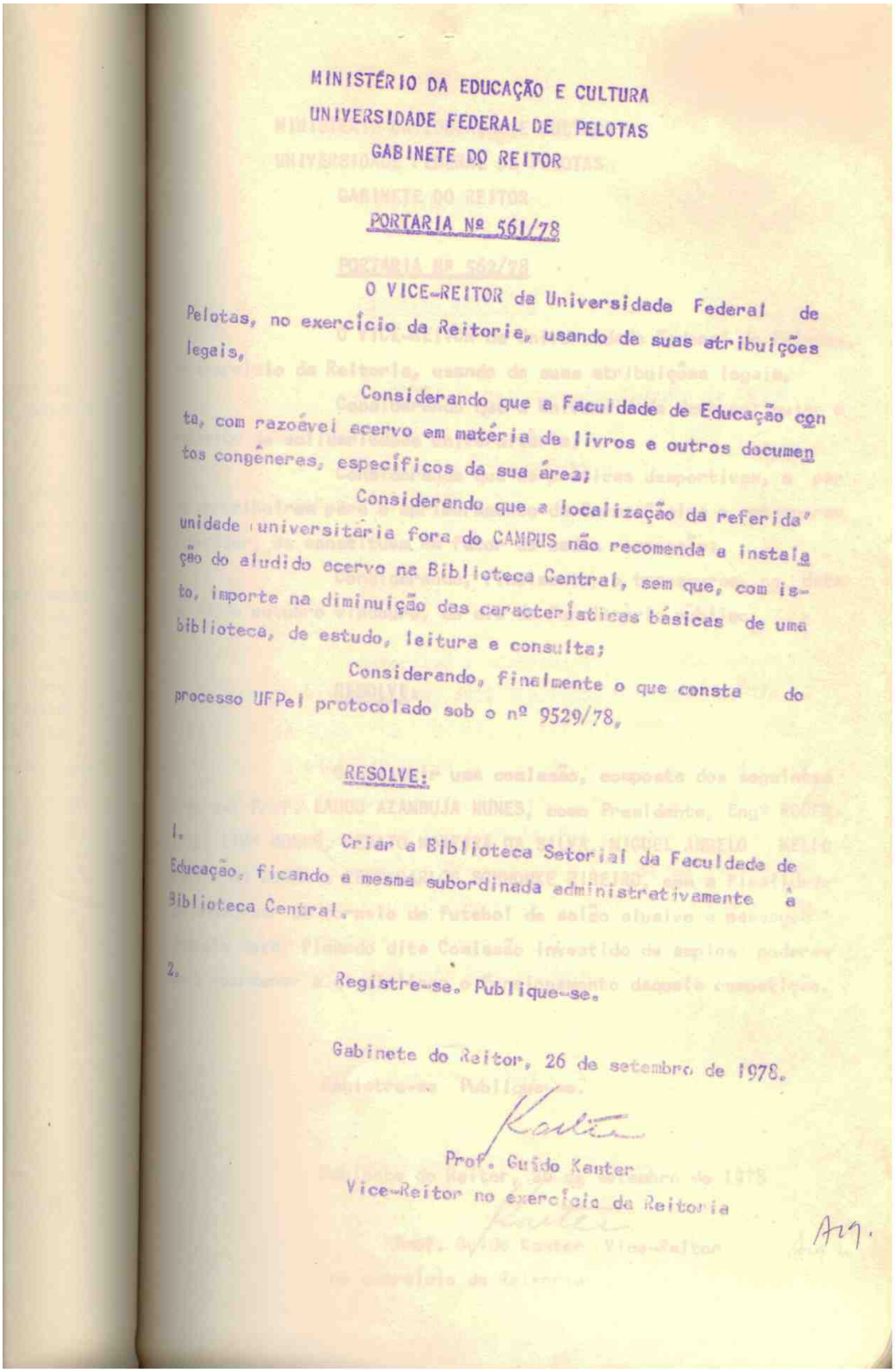
1. Considerar criada a Biblioteca Setorial da Escola Superior de Educação Física, constando de todo o acervo ali existente e subordinada administrativamente à Biblioteca Central.

2. Registre-se. Publique-se.

Gabinete do Reitor, 26 de Abril de 1978.

Prof. Ibsen Hetzel Stephan
Reitor

Anexo K - Portaria 561/78 – Criação da Biblioteca Setorial de Educação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 561/78

O VICE-REITOR da Universidade Federal de Pelotas, no exercício da Reitoria, usando de suas atribuições legais,

Considerando que a Faculdade de Educação conta, com razoável acervo em matéria de livros e outros documentos congêneres, específicos da sua área;

Considerando que a localização da referida unidade universitária fora do CAMPUS não recomenda a instalação do aludido acervo na Biblioteca Central, sem que, com isto, importe na diminuição das características básicas de uma biblioteca, de estudo, leitura e consulta;

Considerando, finalmente o que consta do processo UFPel protocolado sob o nº 9529/78,

RESOLVE:

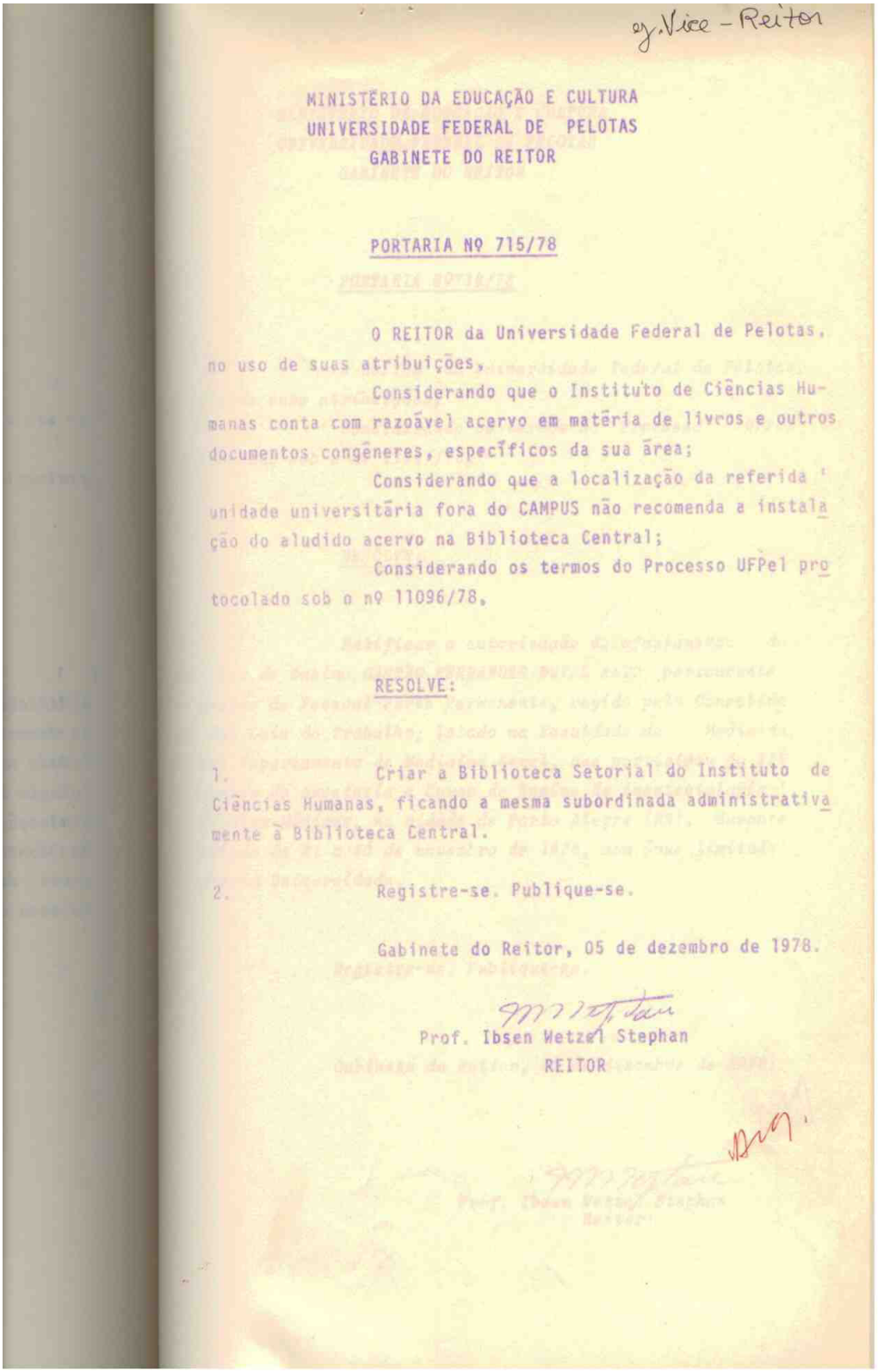
1. Criar a Biblioteca Setorial da Faculdade de Educação, ficando a mesma subordinada administrativamente à Biblioteca Central.

2. Registre-se. Publique-se.

Gabinete do Reitor, 26 de setembro de 1978.

Prof. Guido Kanter
Vice-Reitor no exercício da Reitoria

Anexo L - Portaria 715/78 – Criação da Biblioteca Setorial do ICH



ag. Vice - Reitor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 715/78

O REITOR da Universidade Federal de Pelotas, no uso de suas atribuições,

Considerando que o Instituto de Ciências Humanas conta com razoável acervo em matéria de livros e outros documentos congêneres, específicos da sua área;

Considerando que a localização da referida unidade universitária fora do CAMPUS não recomenda a instalação do aludido acervo na Biblioteca Central;

Considerando os termos do Processo UFPel protocolado sob o nº 11096/78,

RESOLVE:

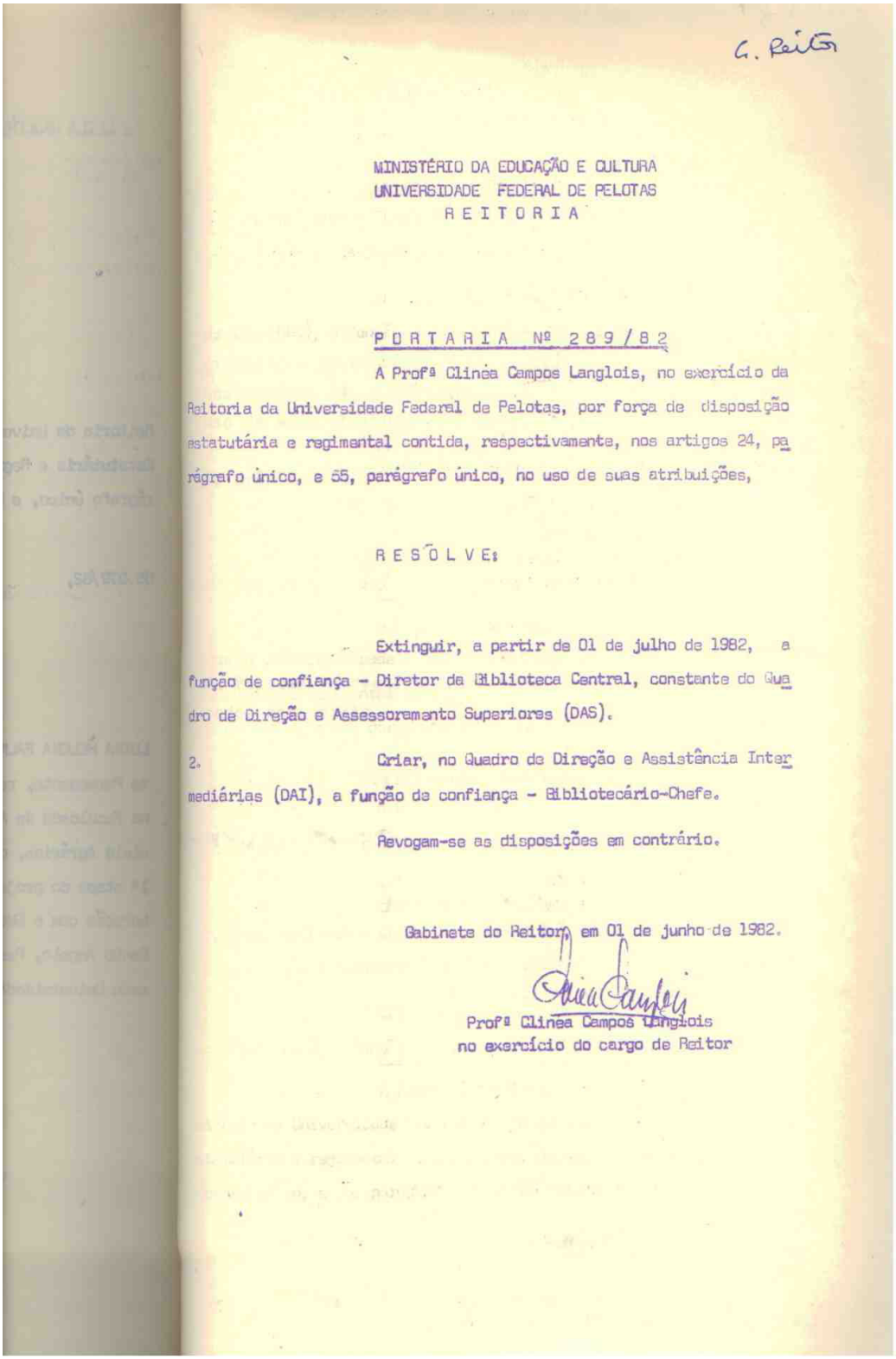
1. Criar a Biblioteca Setorial do Instituto de Ciências Humanas, ficando a mesma subordinada administrativamente à Biblioteca Central.

2. Registre-se. Publique-se.

Gabinete do Reitor, 05 de dezembro de 1978.

Prof. Ibsen Wetzel Stephan
REITOR

Anexo M - Portaria 289/82 – Extinção do cargo de Diretor da Biblioteca e criação do cargo de Bibliotecário-Chefe



C. Reitor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
R E I T O R I A

P O R T A R I A Nº 2 8 9 / 8 2

A Profª Clinea Campos Langlois, no exercício da Reitoria da Universidade Federal de Pelotas, por força de disposição estatutária e regimental contida, respectivamente, nos artigos 24, parágrafo único, e 55, parágrafo único, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

Extinguir, a partir de 01 de julho de 1982, a função de confiança - Diretor da Biblioteca Central, constante do Quadro de Direção e Assessoramento Superiores (DAS).

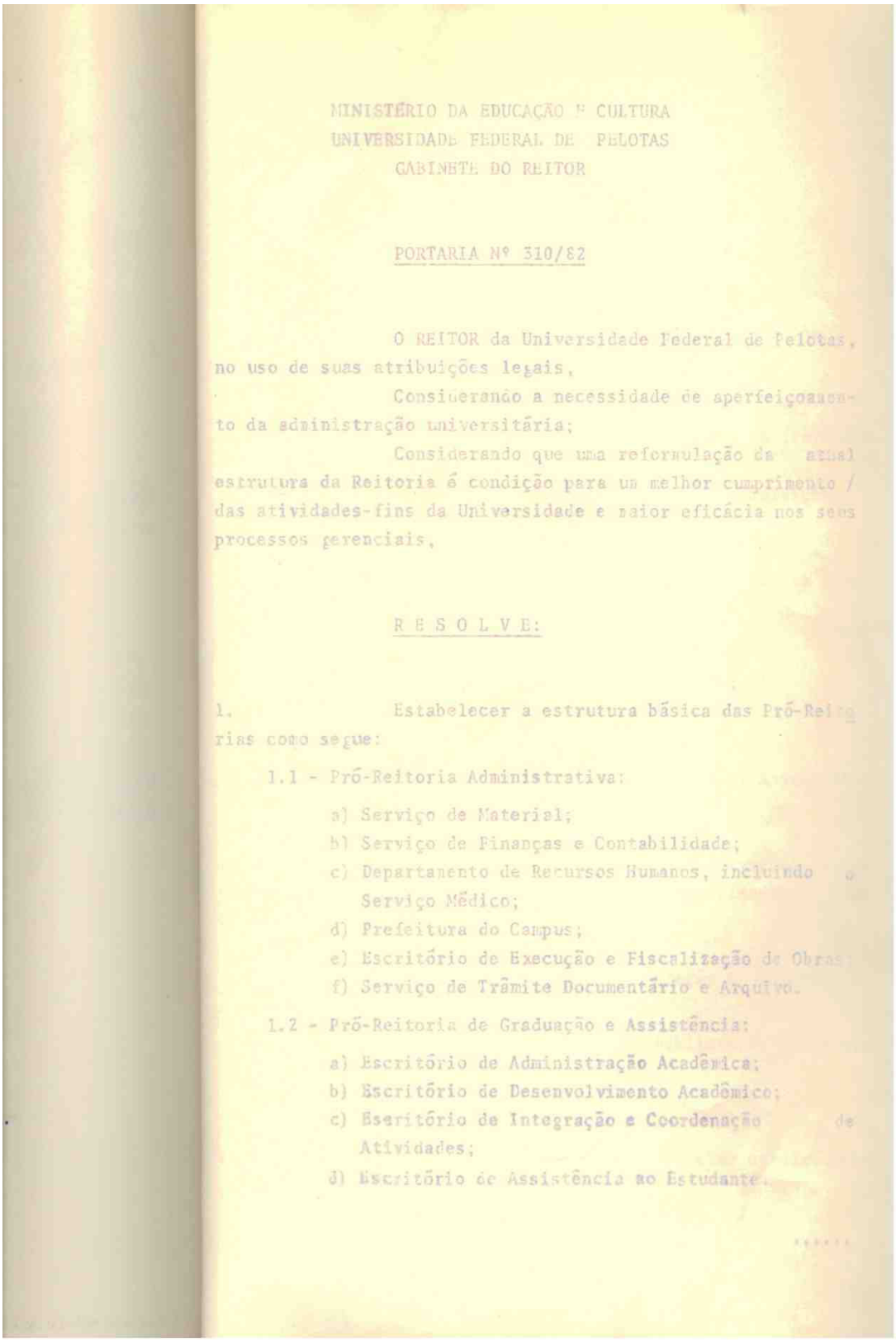
2. Criar, no Quadro de Direção e Assistência Intermediárias (DAI), a função de confiança - Bibliotecário-Chefe.

Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor, em 01 de junho de 1982.

Profª Clinea Campos Langlois
no exercício do cargo de Reitor

Anexo N - Portaria 310/82 - Criação do Centro de Documentação e Informação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 310/82

O REITOR da Universidade Federal de Pelotas, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento da administração universitária;

Considerando que uma reformulação da atual estrutura da Reitoria é condição para um melhor cumprimento das atividades-fins da Universidade e maior eficácia nos seus processos gerenciais,

R E S O L V E:

1. Estabelecer a estrutura básica das Pró-Reitorias como segue:

1.1 - Pró-Reitoria Administrativa:

a) Serviço de Material;
b) Serviço de Finanças e Contabilidade;
c) Departamento de Recursos Humanos, incluindo o Serviço Médico;
d) Prefeitura do Campus;
e) Escritório de Execução e Fiscalização de Obras;
f) Serviço de Trâmite Documentário e Arquivo.

1.2 - Pró-Reitoria de Graduação e Assistência:

a) Escritório de Administração Acadêmica;
b) Escritório de Desenvolvimento Acadêmico;
c) Escritório de Integração e Coordenação de Atividades;
d) Escritório de Assistência ao Estudante.

.....

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
GABINETE DO REITOR

Port.nº 310/82 - Fl.2

1.3 - Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa:

a) Escritório de Coordenação da Pesquisa;
b) Escritório de Coordenação da Pós-Graduação.

1.4 - Pró-Reitoria de Extensão:

a) Escritório de Divulgação Cultural e Artística;
b) Escritório de Extensão Rural e de Transferência de Tecnologia;
c) Escritório de Apoio e Prestação de Serviços à Comunidade.

2. Estabelecer a seguinte estrutura básica para a Assessoria de Planejamento:

2.1 - Escritório de Planejamento Educacional;

2.2 - Escritório de Planejamento Orçamentário;

2.3 - Escritório de Planejamento Físico.

3. Vincular ao Gabinete do Reitor as Assessorias criadas pela Portaria nº 171/82.

4. Desvincular o Núcleo de Processamento de Dados do Instituto de Física e Matemática, vinculando-o ao Gabinete do Reitor.

5. Criar o Centro de Documentação e Informação, que compreenderá:

a) a Biblioteca Central e as Bibliotecas Setoriais;
b) a Editora da Universidade;
c) a Gráfica Universitária.

6. Extinguir a Assessoria de Ensino criada pela Portaria nº 171/82.

.....

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
GABINETE DO REITOR

Port.nº 310/82 - Fl.3

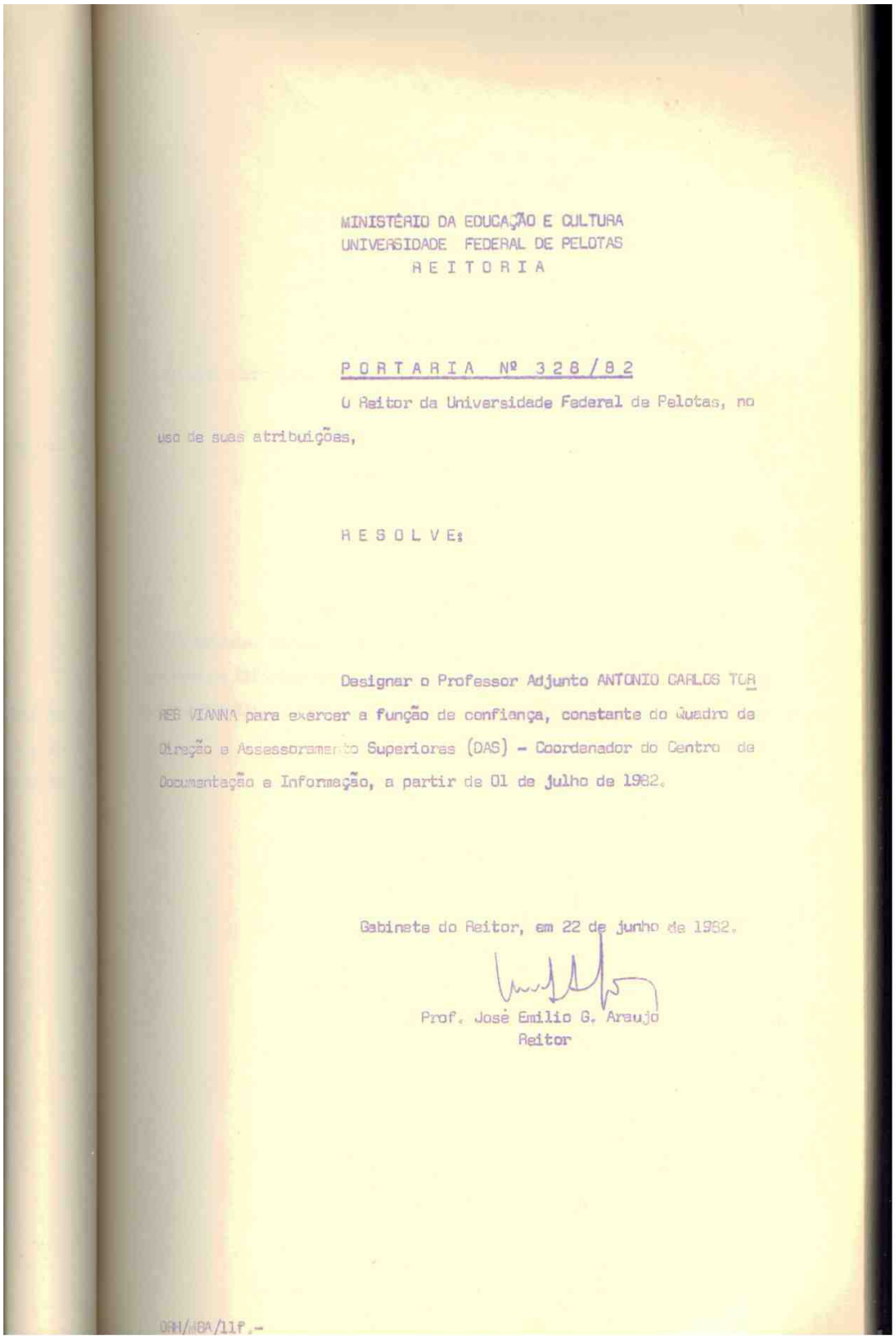
7. Revogar as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

Gabinete do Reitor, 15 de junho de 1982.

Prof. José Emilio G. Araujo
REITOR

Anexo O - Portaria 328/82 – Designação do Prof. Antonio Carlos Torres Vianna, Coordenador do CDI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
R E I T O R I A

P O R T A R I A Nº 3 2 8 / 8 2

O Reitor da Universidade Federal de Pelotas, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

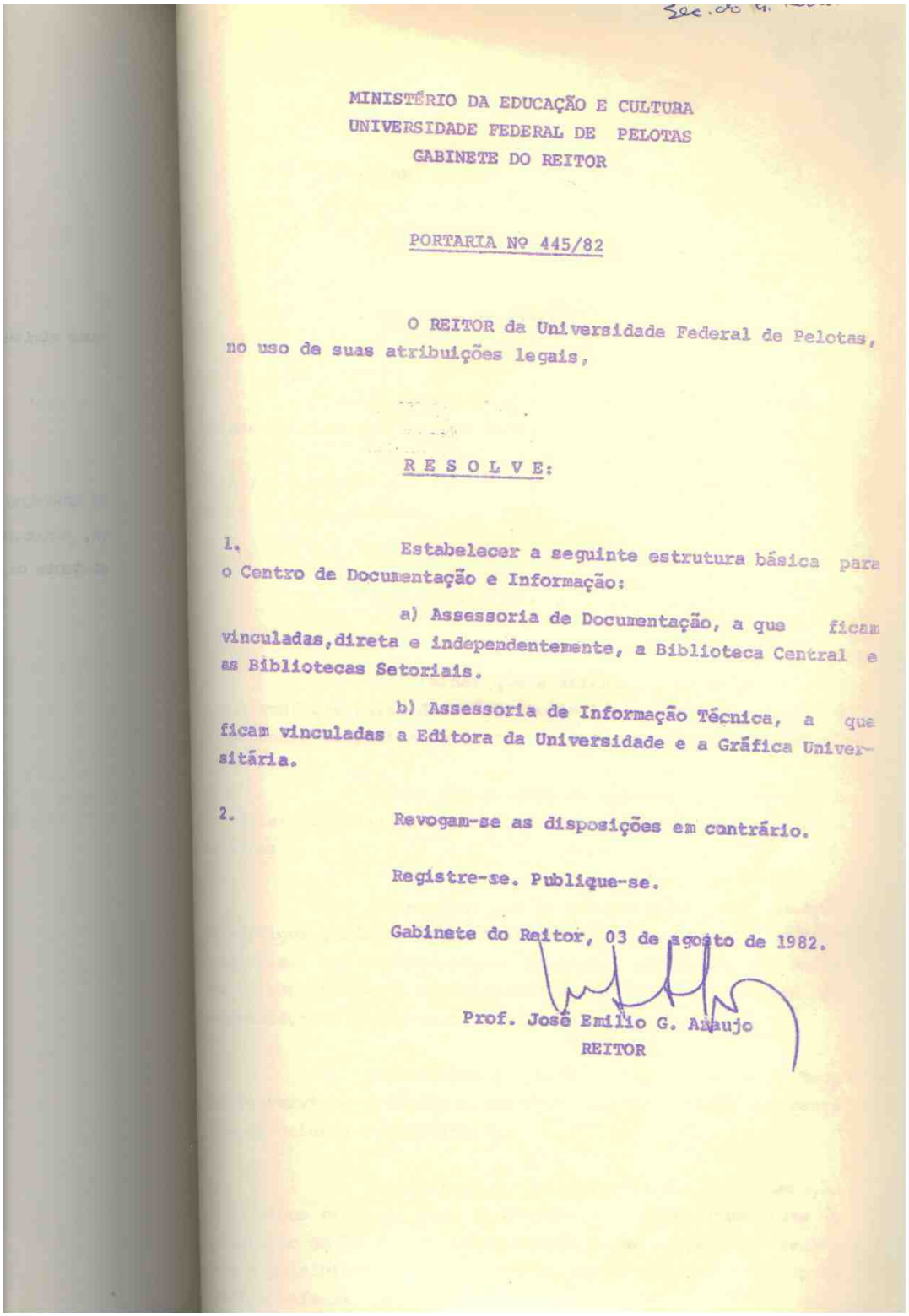
Designar o Professor Adjunto ANTONIO CARLOS TORRES VIANNA para exercer a função de confiança, constante do Quadro de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) - Coordenador do Centro de Documentação e Informação, a partir de 01 de julho de 1982.

Gabinete do Reitor, em 22 de junho de 1982.

Prof. José Emilio G. Araujo
Reitor

DRH/MBA/11f.-

Anexo P - Portaria 445/82 - Criação da Estrutura do Centro de Documentação e In formação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 445/82

O REITOR da Universidade Federal de Pelotas, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

1. Estabelecer a seguinte estrutura básica para o Centro de Documentação e Informação:

a) Assessoria de Documentação, a que ficam vinculadas, direta e independentemente, a Biblioteca Central e as Bibliotecas Setoriais.

b) Assessoria de Informação Técnica, a que ficam vinculadas a Editora da Universidade e a Gráfica Universitária.

2. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

Gabinete do Reitor, 03 de agosto de 1982.

Prof. José Emílio G. Araújo
REITOR

Anexo Q - Portaria 325/86 - Troca de Coordenadoria de Bibliotecas para Divisão de Bibliotecas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

PORTARIA Nº 325, DE 02 DE MAIO DE 1986.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 02/86 do Egrégio Conselho Universitário;

CONSIDERANDO a aprovação da estrutura organizacional da UFPEL consoante a Portaria nº 260, de 17 de abril de 1986, do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 18 de abril de 1986,

R E S O L V E:

NA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ASSISTÊNCIA

1- TRANSFORMAR:

- Secretário Geral dos Cursos, do Escritório de Administração Acadêmica da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência para Diretor da Secretaria Geral dos Cursos da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, permanecendo o servidor Eurico Guimarães de Castro Neves no cargo ora transformado CC 5;
- Chefe do Escritório de Assistência da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência para Diretor do Departamento de Assistência à Comunidade Universitária da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, permanecendo a servidora Angela Terres Marasco no cargo ora transformado CC 5;
- Chefe do Escritório de Desenvolvimento Acadêmico da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, para Diretor do Departamento de Desenvolvimento Educacional da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, permanecendo a servidora Anne Marie W. Schaefer no cargo ora transformado CC 5;
- Chefe da Coordenadoria de Diplomas e Certificados do Escritório de Administração Acadêmcia da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência para Chefe da Seção de Registro de Diplomas da Secretaria Geral dos Cursos da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, permanecendo a servidora Bernardina Mendes Torres no cargo ora transformado - Chefe de Seção FG 4;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

PORTARIA Nº 325/86/fl.02

- Encarregado do Setor de Matrículas da Secretaria Geral dos Cursos do Escritório de Administração Acadêmica da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência para Encarregado do Setor de Matrículas e Programação da Secretaria Geral dos Cursos da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, permanecendo o servidor José Antonio Costa Fernandes no cargo ora transformado - Encarregado do Setor FG 6;
- Encarregado do Setor de Admissão e Arquivo da Secretaria Geral dos Cursos do Escritório de Administração Acadêmica da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência para Encarregado do Setor de Documentação e Arquivo da Secretaria Geral dos Cursos da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, permanecendo o servidor Luiz Guilherme N. de Oliveira no cargo ora transformado - Encarregado do Setor FG 6;
- Encarregado do Setor de Currículos e Históricos, da Secretaria Geral dos Cursos do Escritório de Administração Acadêmica da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência para Encarregado do Setor de Currículos e Históricos da Secretaria Geral dos Cursos da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência , permanecendo a servidora Maria Joaquina de Oliveira Rosinha no cargo ora transformado - Encarregado do Setor FG 6;
- Chefe da Coordenadoria de Benefícios Sociais, do Escritório de Assistência da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência para Chefe da Seção de Benefícios Sociais do Departamento de Assistência à Comunidade Universitária da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, permanecendo a servidora Marlene Al-Alam Pouey no cargo ora transformado - Chefe de Seção FG 4;
- Chefe da Coordenadoria de Vivência Comunitária do Escritório de Assistência da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência para Chefe da Seção de Integração Comunitária do Departamento de Assistência à Comunidade Universitária da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, permanecendo a servidora Márcia de Andrade Lindner no cargo ora transformado - Chefe de Seção FG 4;;
- Chefe da Coordenadoria de Alojamentos Estudantis do Escritório de Assistência da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência para Chefe da Seção de Alojamentos Estudantis, do Departamento de Assistência à Comunidade Universitária da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, permanecendo a servidora Ana Lúcia Gastaud Lobo da Rocha no cargo ora transformado - Chefe de Seção FG 4 ;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

PORTARIA Nº 325/86/fl.03

- Chefe da Coordenadoria de Restaurantes do Escritório de Assistência da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência para Chefe da Divisão de Restaurantes, do Departamento de Assistência à Comunidade Universitária da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, permanecendo a servidora Sandra Carlos Magno Santoro no cargo ora transformado - Chefe de Divisão FG 3;
- Chefe da Coordenadoria de Orientação Psicológica do Escritório de Assistência da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência para Chefe da Seção de Orientação Psicológica do Departamento de Assistência à Comunidade Universitária da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, permanecendo a servidora Tônia Cunha Duarte da Silva no cargo ora transformado - Chefe de Seção FG 4;
- Secretário da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência para Secretário do Pró-Reitor de Graduação e Assistência, permanecendo do servidor Valdoir Irineu de Oliveira no cargo ora transformado - Secretário FG 5;
- Chefe da Coordenadoria de Bibliotecas do Escritório de Desenvolvimento / Acadêmico da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência para Chefe da Divisão de Bibliotecas, do Departamento de Desenvolvimento Educacional da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, permanecendo a servidora Maria Helena Miguelles no cargo ora transformado - Chefe de Divisão FG 3;
- Encarregado do Setor de Recepção da Secretaria Geral dos Cursos do Escritório de Administração Acadêmica da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência para Encarregado do Setor de Atendimento e Informação da Secretaria Geral dos Cursos da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, permanecendo a servidora Verilândia Oliveira Viégas no cargo ora tansformado - Encarregado do Setor FG 6;

2. CONFIRMAR nos cargos abaixo, apenas com alteração dos níveis CC e FG e denominação do órgão de lotação em decorrência da nova estrutura:

- Rosa Gitânia Porto Nogueira, no cargo de Chefe da Seção Odontológica do Departamento de Assistência à Comunidade Universitária da Pró-Reitoria / de Graduação e Assistência - FG 4;
- Regina Maria Lima da Silva, no cargo de Secretário da COPERV - FG 6;

3. DEMITIR, face à extinção dos respectivos cargos consoante a nova estrutura organizacional da Universidade aprovada nos termos dos dispositivos / legais supra referidos, ou em decorrência da substituição dos respectivos titulares, os servidores:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

PORTARIA Nº 325/86/fl.04

- Elásio Soares de Faria, no cargo de Chefe do Escritório de Administração Acadêmica da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86;
- Eurico Guimarães de Castro Neves, do cargo de Diretor da Secretaria Geral dos Cursos da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência , a partir de 30.4.86;
- Déia Maria Alcântara Goulart, do cargo de Encarregado do Setor de Informação e Dados da Secretaria Geral dos Cursos do Escritório de Administração Acadêmica da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86;
- Neida Pereira Monks, do cargo de Encarregado do Setor de Avaliação e Estágio da Secretaria Geral dos Cursos do Escritório de Administração Acadêmica da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86;
- Wasty Câmara de Carvalho Soares, no cargo de Encarregado do Setor de Controle de Horários da Secretaria Geral dos Cursos do Escritório de Administração Acadêmica da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86;
- Vera Lúcia Tavares Ferreira, do cargo de Secretário da Secretaria Geral dos Cursos do Escritório de Administração Acadêmica da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86;
- Jane Alves Rewell, do cargo de Secretário do Escritório de Administração Acadêmica da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86;
- Miriam Paz Garcêz Marroni, do cargo de Secretário do Escritório de Assistência da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86 ;
- Marcia de Andrade Lindner, do cargo de Chefe da Seção de Integração Comunitária do Escritório de Assistência à Comunidade Universitária da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, a partir de 30.4.86;
- Carla Beatriz Oriente Mussi, do cargo de Chefe da Coordenadoria de Emprego e Trabalho do Escritório de Assistência da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86;
- Samuel Duval da Silva, no cargo de Chefe da Coordenadoria de Assistência Médica e Odontológica do Escritório de Assistência da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86;
- Martha Berruti Aleixo, do cargo de Secretário do Escritório de Desenvolvimento Acadêmico da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

PORTARIA Nº 325/86/fl.05

- Heloisa Helena Lamas Marsico do cargo de Chefe "pro tempore" da Coordenadoria de Monitores do Escritório de Desenvolvimento Acadêmico da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86;
- Antonio Ivan Porto da Silva, do cargo de Encarregado do Setor de Emissão de Diplomas da Coordenadoria de Diplomas e Certificados do Escritório de Administração Acadêmica da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86;
- Loriana Antunes de Aguilar, do cargo de Encarregado do Setor de Registros de Diplomas da Coordenadoria de Diplomas e Certificados do Escritório de Administração Acadêmica da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86;
- Clarice Raphael Pilownic, do cargo de Chefe da Biblioteca do Campus, do Escritório de Desenvolvimento Acadêmico da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86;
- Mary Luisa Zunino Ruiz, do cargo de Chefe da Biblioteca de Ciências Humanas, do Escritório de Desenvolvimento Acadêmico da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86;
- Susana Celina B. Medeiros, do cargo de Chefe da Biblioteca da Saúde do Escritório de Desenvolvimento Acadêmico da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86;
- Manoel Luis Brenner de Moraes, do cargo de Chefe da Coordenadoria do PADES, do Escritório de Desenvolvimento Acadêmico da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86 ;
- Pedro Luiz Antunes, do cargo de Chefe da Coordenadoria de Estágios não Curriculares, do Escritório de Desenvolvimento Acadêmico da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86;
- Marize Rodrigues, do cargo de Secretário da Coordenadoria de Apoio Pedagógico do Escritório de Desenvolvimento Acadêmico da Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência, a partir de 30.4.86.

4. DESIGNAR, para provimento dos cargos abaixo relacionados, na forma do que dispõe o art. 5º e respectivo parágrafo 1º do PCS, os servidores:

- Manoel Luis Brenner de Moraes, para o cargo de Diretor da Secretaria Geral dos Cursos CC 5, a partir de 1º.5.86;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

PORTARIA Nº 325/86/fl.06

- Vera Lúcia Tavares Ferreira para o cargo de Encarregado do Setor de Microfilmagem FG 6, da Secretaria Geral dos Cursos da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, a partir de 1º.5.86;
- Samuel Duval da Silva para o cargo de Chefe da Seção Médica FG 4, do Departamento de Assistência à Comunidade Universitária da Pró-Reitoria/ de Graduação e Assistência, a partir de 1º.5.86;
- Maria Nara Pires Rangel para o cargo de Chefe da Seção de Apoio de Ensino de 1º e 2º Graus, do Departamento de Desenvolvimento Educacional da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, a partir de 1º.5.86;
- Francisco Curcio Neto para o cargo de Presidente da COPERV, a partir de 1º.5.86.

5. Os efeitos financeiros dos itens 1 e 2 desta Portaria retroagem a 1º de janeiro de 1986, em conformidade com o que dispõe a Portaria nº 260, de 17.4.86, do Senhor Ministro de Estado da Educação.

Prof. Ruy Brasil Barbedo Antunes

Anexo R - Portaria 522/2009 - Extinção da Divisão de Bibliotecas e criação do Núcleo de Bibliotecas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
GABINETE DO REITOR

PORTARIA N° 522, DE 09 DE ABRIL DE 2009

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 123/2009, do Gabinete do Reitor, de 08 de abril de 2009,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora ELIONARA GIOVANA RECH, ocupante do cargo de Bibliotecário-Documentalista/NS, para exercer a função de Chefe do Núcleo de Bibliotecas, da Pró-Reitoria de Graduação, a contar de 08 de abril de 2009, percebendo FG-2.

EXTINGUIR a Divisão de Bibliotecas, da Pró-Reitoria de Graduação.

Sala Prof. Delfim Mendes Silveira

Prof. Antonio Cesar Gonçalves Borges
Reitor